

Iniciativas premiadas no



Concurso Inovação no Setor Público

2021



Enap, 2022.

Este trabalho está sob a Licença Creative Commons – Atribuição: Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Internacional. As informações e opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

SAIS – Área 2-A – 70610-900 — Brasília-DF, Brasil

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente

Diogo Godinho Ramos Costa

Diretora-Executiva

Rebeca Loureiro de Brito

Diretora de Altos Estudos

Diana Coutinho

Diretor de Educação Executiva

Rodrigo Torres

Diretor de Desenvolvimento

Profissional

Paulo Marques

Diretora de Inovação

Bruna Silva dos Santos

Diretora de Gestão Interna

Alana Regina Biagi Silva Lisboa

Revisão ortográfica

Adriana Braga

Projeto gráfico e Editoração eletrônica

Yasmin Carvalho

Equipe Coordenação Geral de Inovação

Andréa Marina Lins Lacerda

Carolina Sólía Nasser

Marizaura Reis de Souza Camões

Arthur Pomnitz de Gouvêa

Camila Antonelli Ribeiro Pires

Carolina Sólía Nasser

Cecília Ishikawa Lariú

Daniela Gomes Metello

Joselene Pereira Lemos

Leticia Koepfel Mendonça

Marcia Knop

Viviane Letícia Guimarães Rocha

Equipe do projeto

Andréa Marina Lins Lacerda

Carolina Sólía Nasser

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

I561	Iniciativas premiadas no 25º Concurso Inovação no Setor Público - 2021 / Organizado pela Coordenação-Geral de Inovação. -- Brasília: Enap, 2022. 163 p. : il. -- ISBN: 978-65-87791-33-3 1. Administração Pública. 2. Inovação. 3. Serviços Públicos. 4. Políticas Públicas. 5. Atendimento ao Cidadão. 6. Processos Organizacionais. 7. Tecnologias. 8. Modernização Administrativa. I. Título. II. Escola Nacional de Administração Pública.
------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CDD 350

Bibliotecária: Tatiane de Oliveira Dias – CRB1/2230

Sumário



Concurso Inovação
no Setor Público

2021

pág. **5** **Apresentação**

pág. **7** **Introdução**

pág. **8** **Histórico**

pág. **12** **Avaliação**

pág. **13** **Premiação**

Vencedoras na Categoria Inovação em Processos Organizacionais no Poder Executivo federal, estadual e do Distrito Federal

pág. **17** **1º Lugar** | Programa de mobilização de parcerias Unidos Contra a Covid-19 – Fundação Oswaldo Cruz

pág. **24** **2º Lugar** | Verificação de conformidade da folha de pagamento de benefícios – Instituto Nacional do Seguro Social

pág. **35** **3º Lugar** | Automatização do mapeamento diário das machas de óleo no litoral - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Sumário



Concurso Inovação
no Setor Público

2021

Vencedoras na Categoria Inovação em Serviços ou Políticas Públicas no Poder Executivo federal

- pág. 48** **1º Lugar** | Pix – Banco Central do Brasil
- pág. 57** **2º Lugar** | Conecta gov.br – Ministério da Economia
- pág. 66** **3º Lugar** | Novos modelos de trabalho no serviço público (Free-LA! e time volante) Ministério da Economia

Vencedoras na Categoria Inovação em Serviços ou Políticas Públicas no Poder Executivo estadual, do Distrito Federal e municipal

- pág. 80** **1º Lugar** | Segurança alimentar em tempos de pandemia - o caso de Belo Horizonte – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
- pág. 90** **2º Lugar** | Quero impactar – Prefeitura Municipal de Recife
- pág. 95** **3º Lugar** | Monitora saúde – Prefeitura Municipal de Campo Grande

Apresentação

Há 25 anos, o Concurso Inovação no Setor Público tem a missão de incentivar e reconhecer os servidores públicos que, com a implementação de ideias e soluções inovadoras, entregam valor público à sociedade. A premiação é realizada durante a Semana de Inovação, o principal evento de inovação em governo do Brasil e da América Latina.

Além de promover a união de ideias com valores e de visão com projetos, o concurso propicia espaço para a conexão entre pessoas e propósitos. É um espaço para boas práticas da gestão pública brasileira serem multiplicadas pela troca de conhecimento e experiência entre gestores e instituições públicas.

As iniciativas premiadas nesta edição, por sua alta qualidade e diversidade, revelam o quanto a inovação é um recurso ilimitado e perene. Os avanços e as conquistas alcançadas por meio delas demonstram que a capacidade de inovar estimula a criação de novas ideias para que desafios públicos sejam superados. Mais além, por sua capacidade de gerar resultados e impactos sociais, permitem a gestão de serviços e políticas públicas mais simples, digitais e acessíveis para os cidadãos brasileiros.

O cientista político Bruno Mações, *keynote speaker* da Semana de Inovação em 2021, destaca que “a aceleração digital vivenciada nesse período pandêmico pode ser vista no futuro como o início de uma nova aceleração tecnológica”. A velocidade com que esses avanços impulsionam as transformações digitais no setor público está relacionada à necessidade de a máquina pública oferecer ferramentas, métodos e sistemas cada vez mais capazes de solucionar os problemas públicos de forma mais ágil e responsiva. As iniciativas desta edição são parte desses avanços e buscam, também, possibilitar a comunicação eficiente e o contato interativo entre governo e sociedade.

No ano passado, o Banco Mundial reconheceu o Brasil como o sétimo país líder em transformação digital, no *ranking* de 198 países do mundo. Boa parte das iniciativas que ergueram o país a essa posição foram premiadas por esse concurso. O destaque deste ano vai para o Pix do Banco Central, implementado em 2020 e premiado nesta edição. A solução digital para pagamentos e transferências inova por ser uma ferramenta simples, *online* e gratuita. Os usuários se beneficiaram com a otimização de tempo e sem taxas de transações ou atritos na experiência do usuário.

Até Janeiro de 2022, mais de 111 milhões de pessoas já se cadastraram na ferramenta, realizando mais de 11 bilhões de transações, que totalizam mais de R\$ 6 trilhões de reais. Além de gerar mais competitividade e eficiência no mercado, o Pix permitiu também uma inclusão bancária sem precedentes no país.

A Enap tem o compromisso de ser incubadora da transformação cultural do serviço público brasileiro. Temos orgulho em ser a Escola de governo que reconhece e premia os protagonistas dessas iniciativas. Esperamos que, por meio desta publicação, a Enap contribua com a disseminação do conhecimento e das boas práticas, sendo a referência em inspirar e mobilizar os inovadores públicos do Brasil.

Desejo a vocês uma leitura inspiradora e transformadora.

Diogo G. R Costa

Presidente da Enap

Introdução

Nesta publicação, a Enap apresenta os relatos das nove iniciativas premiadas na 25ª edição do Concurso, constituindo uma importante fonte de referência para dirigentes e equipes que buscam novas soluções para melhorar a qualidade da gestão no setor público brasileiro e dos serviços prestados à população.

A série de livros sobre as iniciativas vencedoras do Concurso Inovação reúne os relatos das inovações desenvolvidas por equipes de servidores que dedicaram conhecimento, tempo e criatividade para reinventar as práticas de gestão nas suas instituições, implementando pequenas ou grandes mudanças nas suas atividades cotidianas. Ao reconhecer essas experiências, temos provas concretas de que o setor público pode, a partir de ações inovadoras construídas dentro de uma mesma organização ou trabalhando com parcerias melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

A inovação no setor público é um tema central, que deve ser analisado e colocado em prática para superar os desafios existentes na administração. A inovação gera resultados positivos não apenas para a instituição, mas também para os servidores e para a sociedade em geral.

Na administração pública, dizer que um serviço prioriza o cidadão não é suficiente. As expectativas dos cidadãos podem não ser percebidas como atendidas, simplesmente, pela opção por utilização de abordagens tradicionais que podem se mostrar esgotadas. Por outro lado, cabe ressaltar que processos de inovação não devem ser confundidos, tão somente, com processos de incorporação de novas tecnologias.

A complexidade dos desafios impostos ao setor público reforça a importância de construir sua capacidade para inovar e desenvolver soluções criativas e eficientes. A evolução tecnológica e o fenômeno de uma sociedade em rede clamam pela utilização de abordagens novas e criativas, tecnológicas ou não, para enfrentar os desafios de políticas públicas no contexto social contemporâneo – que nos desafia à incorporação de novos serviços para atender às emergentes demandas de cidadãos cada vez mais conectados e críticos em relação à atuação do setor público.

Esta publicação está dividida em três partes, além desta introdução. A primeira apresenta as iniciativas premiadas na categoria inovação em processos organizacionais no Poder Executivo federal, estadual e do Distrito Federal, onde são relatadas iniciativas inovadoras da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Na segunda parte, disponibilizamos os relatos premiados na categoria inovação em serviços ou políticas públicas no Poder Executivo federal, implementados em diferentes instituições como o Banco Central do Brasil e Ministério da Economia.

Finalmente, na terceira parte do livro, são apresentadas as iniciativas das Prefeituras de Belo Horizonte, Recife e Campo Grande premiadas na categoria inovação em serviços ou políticas públicas no Poder Executivo estadual, do Distrito Federal e municipal.

Com esta publicação, visa-se disseminar os aprendizados trazidos pelas experiências premiadas e reconhecer o relevante papel dos servidores responsáveis por elas. Tais casos de sucesso podem ser de grande interesse para os programas de capacitação e de pesquisa da Enap e de outras escolas de governo.

Esperamos contribuir para que o leitor, ao percorrer esta publicação, perceba a inovação como um processo em curso, uma busca constante, que se apoia em um novo modelo mental buscando um olhar curioso do sujeito em face do mundo, a partir da riqueza do conhecimento coletivo e que, se incorporada à rotina de uma organização, pode implicar em sua reinvenção e, com isso, atender às demandas e expectativas de seus usuários e da sociedade como um todo.

Boa leitura!



Histórico

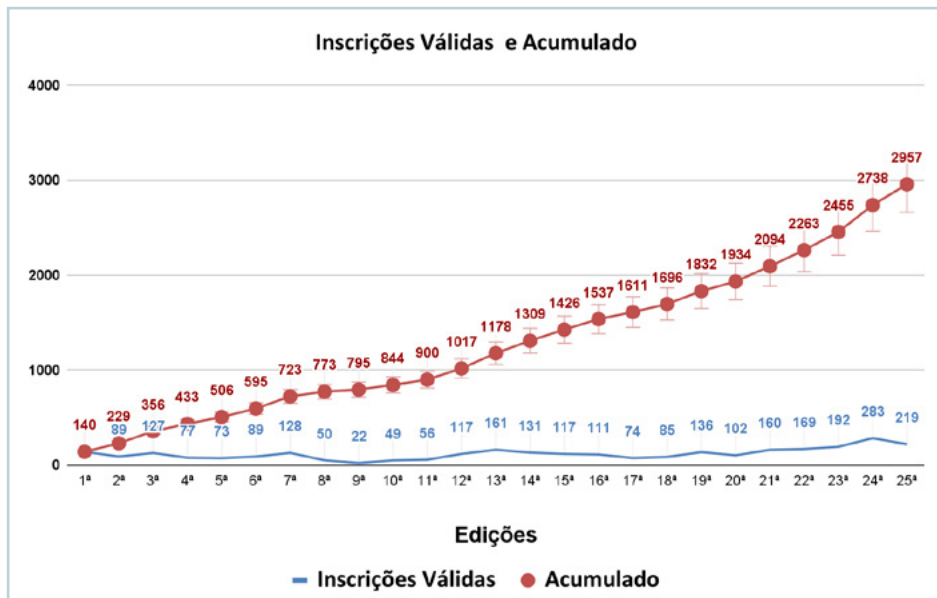
O Concurso Inovação no Setor Público é realizado desde 1996 pela Escola Nacional de Administração Pública. Com o propósito de incentivar a inovação, o prêmio reconhece e valoriza os servidores que promovem práticas inovadoras na administração pública e dissemina o conhecimento produzido pelos inovadores em suas soluções. A premissa subjacente ao concurso é que o reconhecimento e a disseminação do trabalho de servidores e equipes que colocam em prática novas ideias melhoram a gestão das organizações e políticas públicas, contribuindo para o aumento da qualidade dos serviços prestados à população.

Nesse período, o concurso passou por diversas mudanças, em sintonia com os pressupostos dos modelos de gestão vigentes. Ainda, a partir de estudos desenvolvidos pela Enap, sua metodologia vem sendo revisada ao longo dos anos, o que resultou na inclusão de novos temas, no aperfeiçoamento dos relatos e na clarificação dos conceitos e critérios de seleção.

Em 25 anos de existência, o concurso recebeu 2.957 inscrições e premiou 425 iniciativas. Entre os participantes do Poder Executivo federal, destacam-se: Ministério da Economia, da Saúde, do Meio Ambiente, responsáveis por boa parte do número de iniciativas inscritas e das premiações.

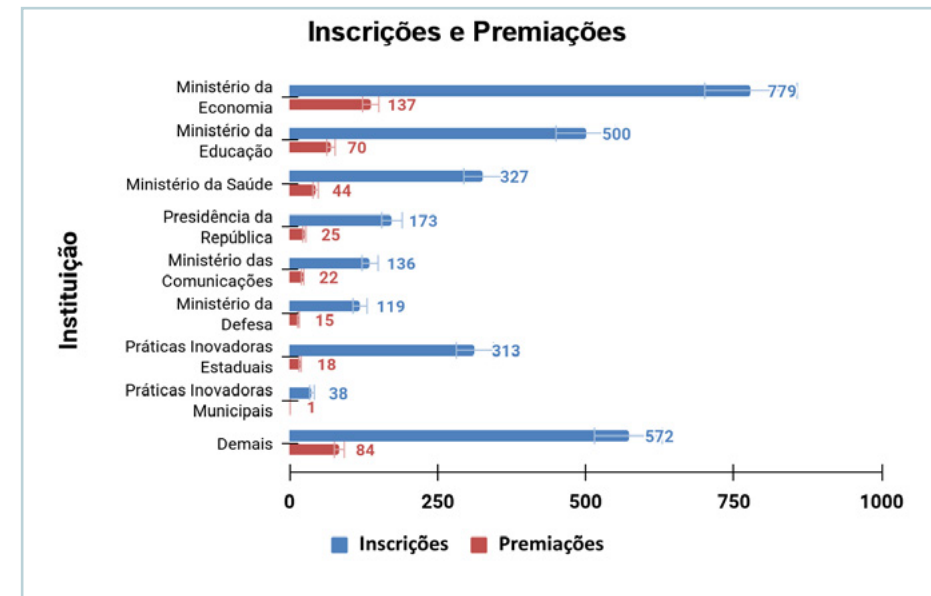
Os gráficos abaixo apresentam, respectivamente, a evolução do número de inscrições ao longo dos anos (Gráfico 1) e a distribuição das iniciativas e das premiações entre as instituições do Poder Executivo nas diferentes esferas: federal, estadual e a inclusão da esfera municipal ocorrida no ano de 2020 (Gráfico 2).

Gráfico 1 - Evolução do número de inscrições válidas, por edição e acumulado (1996-2021) (n = 2957)



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2 - Número de inscrições e premiações entre as instituições do Poder Executivo federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em 2021 (1996-2021) (n = 2.957)



Fonte: Elaboração própria

A 25ª edição do Concurso Inovação

A 25ª edição do Concurso Inovação foi realizada com os seguintes objetivos:

- incentivar a implementação de inovação, em serviços públicos do Governo Federal, dos Estados, do Distrito federal e daqueles municípios que também são capitais dos seus estados, que produza resultados positivos para o serviço público e para a sociedade;
- reconhecer e valorizar equipes de servidores públicos que atuem de forma criativa e proativa em suas atividades, em benefício do interesse público;
- disseminar soluções inovadoras que sirvam de inspiração ou referência para outras iniciativas e colaborem para fortalecer a capacidade de governo.

Para o Concurso Inovação no Setor Público, define-se inovação como o desenvolvimento e a implementação de um novo processo, serviço ou política pública que gere melhores resultados para o serviço público e valor público para a sociedade. Incluem-se nesta definição tanto a melhoria em processo, no serviço ou na política pública existente, que aperfeiçoa significativamente a situação anterior, como a inovação que cria novo processo, serviço, política pública que muda fundamentalmente a forma de organização e entregas à sociedade.

Nesse período de 25 anos, o concurso passou por algumas mudanças metodológicas, a partir de estudos desenvolvidos pela Enap, o que resultou na inclusão de novos temas, no aperfeiçoamento dos relatos e na clarificação dos conceitos e critérios de seleção.

O Concurso Inovação é dinâmico e vale ressaltar que a partir da 21ª edição, o público-alvo foi expandido, passando a abranger iniciativas do governo estadual e do Distrito Federal, o que permitiu maior intercâmbio e replicabilidade das inovações entre o nível federal e o estadual.

Devido ao sucesso dessa maior abrangência, o Concurso Inovação se propôs, desde a 24ª edição de 2020, a reconhecer e valorizar as inovações que ocorrem no Poder Executivo municipal, criando a categoria inovação em serviços ou políticas públicas no Poder Executivo estadual, do Distrito Federal e municipal.

Entendemos que essa ação seja relevante, uma vez que permite prospectar e disseminar iniciativas provenientes de várias regiões do país e de diferentes setores de atuação, o que constituirá um referencial representativo do que ocorre em termos de inovação no Brasil, no nível local.

A premiação é feita por categorias que não concorrem entre si e são reconhecidas separadamente. São elas:

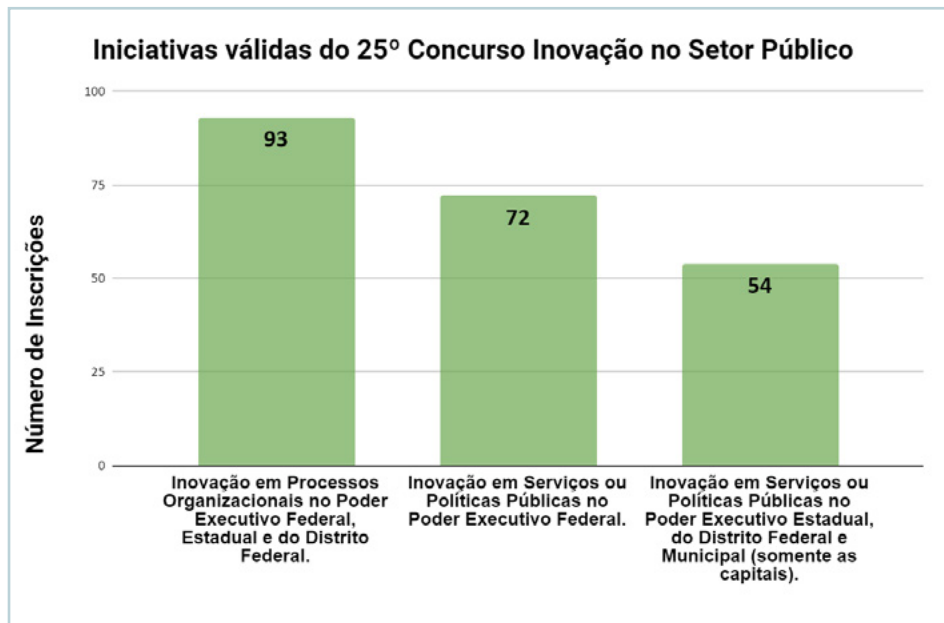
1. Inovação em processos organizacionais no Poder Executivo federal, estadual e do Distrito Federal.
2. Inovação em serviços ou políticas públicas no Poder Executivo federal.
3. Inovação em serviços ou políticas públicas no Poder Executivo estadual, do Distrito Federal e municipal (somente as capitais).

As experiências participantes da 25ª edição do Concurso Inovação

A 25ª edição do Concurso Inovação recebeu ao todo 251 inscrições, que foram inicialmente submetidas a um processo de triagem de conformidade, para verificação dos cumprimentos dos requisitos definidos no Edital nº 27/2021.

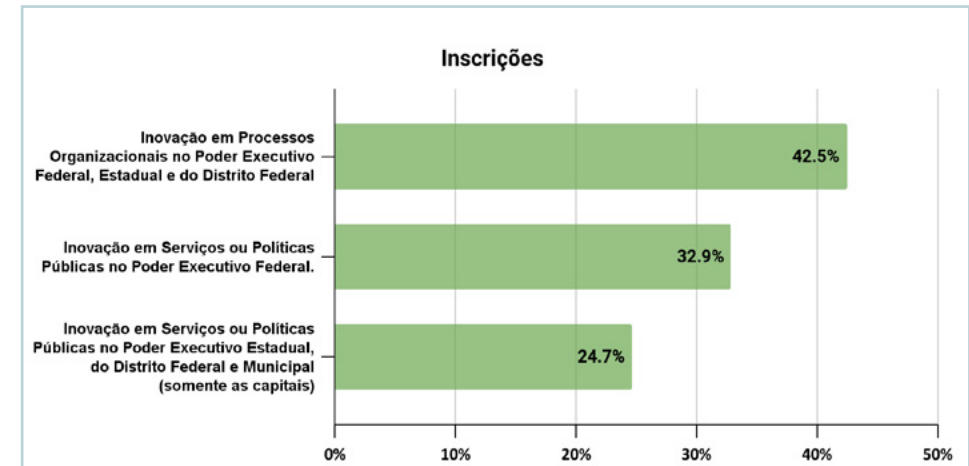
Ao final dessa etapa, restaram 219 inscrições válidas, distribuídas de acordo com os gráficos a seguir (Gráficos 3 a 5).

Gráfico 3 – Distribuição das iniciativas válidas, por categoria, na 25ª edição (2021) (n = 219)



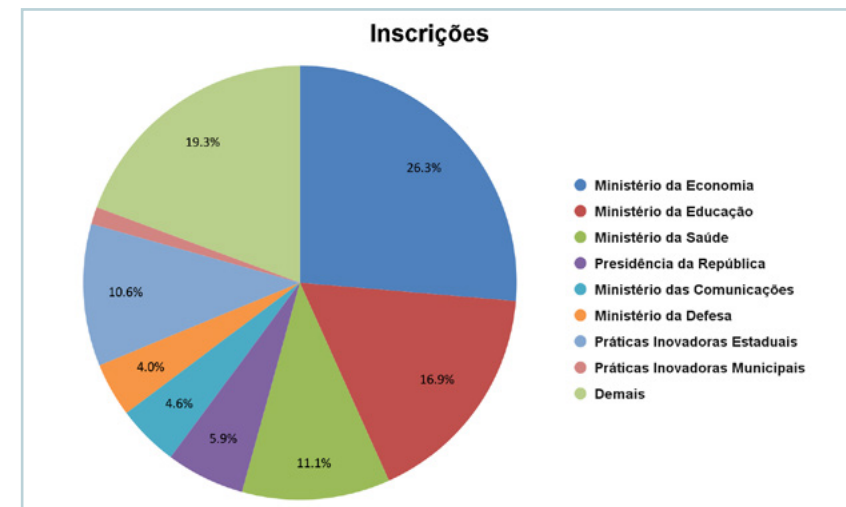
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4 – Distribuição percentual de iniciativas válidas, por categoria (2021) (n = 219)



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5 – Distribuição percentual de iniciativas inscritas entre as instituições do Poder Executivo federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em 2021 (1996-2021) (n = 2.957)



Fonte: Elaboração própria

Avaliação

As 251 inscrições passaram por três etapas de seleção distintas: triagem de conformidade, avaliação inicial e avaliação final.

A **Triagem de conformidade** é uma etapa interna, feita por servidores da própria Enap, e consiste na conferência dos seguintes requisitos previstos no Edital Enap nº 27/2021:

- ter sido implementada há pelo menos seis meses, completados até a data de abertura das inscrições;
- apresentar e comprovar resultados mensurados;
- não ter sido premiada em edições anteriores do Concurso Inovação no Setor Público e;
- pertencer ao Poder Executivo das esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

Como resultado da triagem de conformidade, 219 iniciativas foram consideradas válidas.

A segunda etapa de seleção **Avaliação final** consistiu na distribuição de cada iniciativa a, pelo menos, três avaliadores externos para atribuição de notas, sendo a nota final a média obtida a partir das notas atribuídas pelos avaliadores. A avaliação das práticas inovadoras foi realizada por um grupo de 58 avaliadores externos (ver Anexo 1), selecionados mediante chamamento público, e composto

por especialistas em gestão e por pesquisadores com reconhecida atuação nas áreas de inovação e gestão pública. O trabalho realizado pelos avaliadores foi responsável pela análise das iniciativas inovadoras, definindo as 18 finalistas da 25ª edição do concurso.

Os critérios para avaliação das experiências foram definidos no Edital Enap nº 27/2021:

- a) inovação;
- b) resultados;
- c) utilização eficiente de recursos;
- d) foco nas pessoas e;
- e) mecanismos de transparência e controle social.

A terceira etapa, apoiada por moderadores, foi a **Avaliação final** que consistiu na apresentação oral das práticas finalistas seguida da seleção, pelo comitê julgador, das nove iniciativas vencedoras do 25º Concurso Inovação.

Esta última etapa ocorreu no formato online, com a participação dos representantes das 18 iniciativas finalistas e dos 16 membros do comitê julgador (ver Anexo 2). Um representante de cada prática inovadora teve 10 minutos para apresentar, oralmente, a experiência do seu órgão aos membros do comitê julgador, que elegeram as três vencedoras em cada uma das três categorias do Concurso Inovação no Setor Público. Para a escolha das nove iniciativas vencedoras, os 16 membros do comitê julgador foram orientados a tomar como base, além dos cinco critérios do Concurso Inovação, os princípios da decisão sociocrática: equivalência, consentimento, escolha por argumentos e não por votos.

Premiação

As iniciativas premiadas receberam troféus destinados ao órgão responsável pela iniciativa; certificados individuais de premiação destinados a todos os integrantes da equipe executora; e o direito ao uso do Selo Inovação nos materiais de divulgação impressa ou eletrônica das iniciativas premiadas.

Além disso, as nove iniciativas vencedoras passaram a compor o Repositório Institucional da Enap, disponível no endereço <<http://repositorio.enap.gov.br>>, e estão automaticamente habilitadas a participar de eventos organizados ou viabilizados pela Enap e eventuais parceiros, com o objetivo de valorizar, aprimorar e disseminar a inovação no setor público.

É importante ressaltar que a Embaixada da Dinamarca deu um apoio, mais que especial, à 25ª edição do Concurso Inovação ao oferecer, aos nove premiados, cursos na Dinamarca, que poderão ocorrer ao longo de 2022, nos formatos online ou presencial, caso a pandemia permita, estreitando os laços de cooperação entre o Brasil e a Dinamarca.

Anexo 1 – Avaliadores da etapa Avaliação Inicial

Aline Canciani
Alzemerri Martins Ribeiro de Britto
Andréia Crocamo Scaliso
Argemiro Midonês Bastos
Barbara Krysttal Motta Almeida Reis
Camila Campos da Cruz
Carlos Wagner Costa Araújo
Carmen Silvia Sanches
Carolina Bessa Ferreira de Oliveira
Cesar Martins Barbosa
Cristina M. Ostermann
Daniel Moraes Pinheiro
Daniela Coimbra Swiatek
Denis Anisio Socorro Carvalho
Diego Henrique da Silva Baptista
Diogo Henrique Helal
Eduardo de Oliveira Castro
Erica de Lima Gallindo
Ery Jardim
Fernanda da Rosa Becker

Galba Freire Moita
Gisele Raulik Murphy
Graco Aurelio Camara de Melo Viana
Gustavo Henrique Moreira Alvares da Silva
Hilton Manoel Dias Ribeiro
Homel P. Marques
Jearbes Alexandre da Silva
João Guilherme de Melo Peixoto
José Arthur da Silva Sedrez
Joel de Freitas
José Luiz Alves
José Luiz de Souza
Joseane Aparecida Corrêa
Juliano de Morais Ferreira silva
Karla França
Laura Ibiapina Parente
Leandro Monteiro de Lima
Lucia Escalda
Luis Claudio Silva Frade
Magno Vila Castro Júnior

Márcia Adriana de Faria Ribeiro
Márcio Valério Ferreira Fernandes
Maria do Socorro Alves Nunes Actis Pereira
Maria Goretti Barbosa de Sampaio
Maria Luiza Costa Martins
Mary Anne Fontenele Martins
Nilton Nélio Cometti
Paula Moraes Pereira
Pedro Henrique Trindade de Souza
Pollyana de Carvalho
Roberio Jose Rogerio dos Santos
Silmary de Jesus Gonçalves Alvim
Silvânia Suely Caribé de Araújo Andrade
Taciana Neto Leme
Thereza Patrícia Pereira Padilha
Vinicius Reis Galdino Xavier
Virley Lemos de Souza
Zenia Maria Maciel Lavra

Anexo 2 – Membros do Comitê Julgador na etapa Avaliação Final

Ariana Frances
Caio Alves Werneck
Carolina Beserra Pfeilsticker
Christiane Coelho Paiva
Cláudio Nascimento
Daienne Amaral Machado
Karla França
Laura Ibiapina Parente
Marcos Ricardo dos Santos
Nara Calliman
Natália Teles da Mota Teixeira
Renata Alves de Oliveira Carvalho
Rodrigo Narcizo
Ronaldo Nogueira
Vanessa Almeida
Vitor Cipriano de Fazio

Categoria

Inovação em processos organizacionais no Poder Executivo federal, estadual e do Distrito Federal



1º Lugar

Programa de Mobilização de Parcerias Unidos Contra a Covid-19

Fundação Oswaldo Cruz



2º Lugar

Verificação de conformidade da folha de pagamento de benefícios

Instituto Nacional do Seguro Social



3º Lugar

Automatização do mapeamento diário das machas de óleo no litoral

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



1º Lugar

Programa de Mobilização de Parcerias Unidos Contra a Covid-19 Fundação Oswaldo Cruz

Por meio da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional e do seu Escritório de Captação, a Fiocruz criou o Programa de Parcerias Unidos Contra a Covid-19, iniciativa que constituiu uma plataforma para mobilização de recursos junto a empresas, indivíduos e órgãos do Judiciário, para cinco frentes de atuação: ampliação da capacidade de testagem; assistência à saúde; pesquisas; apoio a populações vulnerabilizadas; e produção da vacina. O programa captou R\$ 494 milhões, tornando-se uma das mais expressivas campanhas de mobilização do país. Até então, não se tinha no Brasil uma cultura de mobilização da sociedade e da iniciativa privada para instituições públicas. Dessa forma, a iniciativa foi inovadora, já que a Fiocruz, ainda no início da pandemia, constituiu seu próprio fundo, com mecanismo digitais para facilitar o processo de doação e com transparência, mobilizando doadores por diversas frentes, como *lives*, *matchfunding*, acordos judiciais e doações empresariais. Tudo isso de forma profissional em um cenário de muitas limitações para o investimento na Ciência e Tecnologia.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

A Covid-19 gerou desafios importantes ao mundo todo, convocando o setor de saúde a criar um plano estratégico de combate à pandemia, a maior crise humanitária e sanitária do século 21. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com a missão de produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), juntou-se à comunidade científica do mundo todo e à Organização Mundial da Saúde (OMS) na construção do conhecimento para o enfrentamento à doença.

Diante também dos desafios de investimento e celeridade de execução orçamentária que se fariam necessários, buscou a construção do Programa de Parcerias Unidos Contra a Covid-19, iniciativa que mobilizou no período de um ano centenas de instituições e milhares de indivíduos, apoiando a Fiocruz, no combate à pandemia.

Por meio do programa, realizamos um plano de ação com foco em cinco frentes de atuação: ampliação da capacidade de testagem; assistência à saúde por meio do SUS; pesquisas com foco na Covid-19; apoio a populações vulnerabilizadas; e produção da vacina.

Como principais resultados do Programa de Parceria Unidos Contra a Covid-19, foram implantadas duas centrais analíticas com capacidade de processamento de 36mil testes/dia; apoio à construção do Centro Hospitalar para a Pandemia de Covid-19 com 195 leitos de terapia intensiva; expansão da fábrica para produção da vacina; distribuição de 60 mil cestas básicas; implantação de cinco usinas para produção de oxigênio na região amazônica; entrega de 250 ventiladores pulmonares para a rede hospitalar do SUS, entre diversas outras ações.

Tudo isso foi resultado do esforço conjunto da Fiocruz e de diversos setores da sociedade no combate à pandemia do novo coronavírus.

Qual foi a inovação implementada?

Entendemos que a inovação implementada foi a construção de um Programa para Mobilização de Parcerias, pensado em todas as etapas da mobilização: captação - gestão - retorno - fidelização.

Ainda não é comum, no Brasil, a existência de programas que estimulem a cultura de doação para universidades, centros de pesquisas e demais instituições públicas. Algo corriqueiro, há décadas, em instituições da Europa e EUA. Mesmo no período da pandemia onde uma forte onda de doações aconteceu no país, essas, em sua quase totalidade, foram captadas por organizações não governamentais e poucas por centros de pesquisa e hospitais com atuação direta no enfrentamento do novo coronavírus. Algo que se deu não só pela falta de cultura de interação do setor público com empresas e sociedade enquanto possíveis apoiadores, mas também pela dificuldade operacional em se fazer uma doação para esses entes.

Nesse sentido, consideramos que a ação da Fiocruz foi inovadora por alguns aspectos:

1. A percepção do *timing* para construção do programa de parcerias, assim como sua rápida implantação.
2. A constituição de um modelo profissional de mobilização, considerando não só o recebimento do recurso, mas também sua gestão, governança, transparência, retorno ao financiador e fidelização do mesmo para continuidade do investimento em C&T.
3. Constituição de um fundo orçamentário exclusivo, gerido com eficiência e celeridade pela fundação de apoio da Fiocruz.
4. Construção de diversas iniciativas de captação de recursos, buscando uma ação ativa de prospecção de oportunidades, conversa direta junto aos potenciais financiadores e negociação dos projetos com segurança jurídica e operacional.

Quais são os objetivos da iniciativa?

Entre os principais objetivos do Programa de Mobilização de Parcerias Unidos Contra a Covid-19, estão:

1. Mobilizar uma rede de parceiros apoiadores entre os diversos setores da sociedade para fortalecimento e ampliação das ações da Fundação Oswaldo Cruz no enfrentamento da pandemia de Covid-19.
2. Estimular a cultura interna para apresentação de projetos que busquem financiamento de fontes não governamentais.
3. Criação da cultura de doação para a contínua participação e apoio a instituições e projetos públicos e estratégicos para o país.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

O público-alvo do programa se divide em três:

1. Rede de apoiadores: indivíduos, empresas, fundações, institutos e o Poder Judiciário (atores que participam diretamente do financiamento dos projetos que compõe o programa)
2. Rede de realizadores: pesquisadores da Fiocruz (atores que apresentam e executam projetos relacionados às frentes de atuação do programa)
3. Beneficiário: sociedade e sistema SUS (atores que são beneficiados direta e indiretamente pelas ações do programa em todo o território nacional)

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

O programa se dividiu em quatro fases principais:

1: *Conceito e criação de estrutura*

Nesta fase, refletimos sobre o modelo do programa, suas frentes de atuação, formas de captação e estruturação de TI da plataforma de doações. Esse processo levou cerca de 15 dias, um período curto e desafiador, considerando que nos encontrávamos no início do ciclo da pandemia no Brasil, ainda com um grande desconhecimento do ciclo epidemiológico da doença e dos impactos sociais e econômicos da mesma.

2: *Formalização e governança*

Aqui começamos a refletir sobre a sistematização e formalização de toda a operação, passando pela publicação de portaria para constituição de um fundo exclusivo para recebimento dos recursos, elaboração de regimento interno com os processos de governança e procedimentos da gestão orçamentária. Essa etapa levou cerca de 45 dias, dada a complexidade das avaliações jurídicas, discussões internas sobre governança e o próprio aprendizado/ajustes do processo da modelagem.

3: *Captação e fidelização*

Na terceira etapa, atuamos na construção das campanhas de captação, montagem de projetos para apresentação aos potenciais financiadores, prospecção de oportunidades, aberturas de reuniões, consolidação das parcerias, gestão dos relacionamentos e produção de relatórios de efeitos.

4: *Gestão e prestação de contas*

Aqui se deu o processo das elaborações contratuais, gestão orçamentária, compras, importações, articulação com coordenadores de projetos e prestações de contas individualizadas juntos aos doadores. Uma das etapas mais complexas de todo o programa e que teve seu êxito graças à experiência prévia da Fundação de Apoio da Fiocruz na gestão de projetos.

Por que a iniciativa é inovadora?

Na história da Fiocruz, que em 2020 completou 120 anos, nunca tivemos uma participação social tão forte em apoio aos projetos da Fundação.

Até o momento, foram R\$ 494 milhões de reais doados, por 121 diferentes instituições e 2600 pessoas, viabilizando dezenas de projetos e legados nas cinco regiões do país. Números que colocam o Programa de Parcerias Unidos Contra a Covid-19 como a mais expressiva campanha de mobilização do Brasil, segundo a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR).

Tantos os resultados financeiros como os efeitos gerados pelo programa já dão sinais de uma mudança na cultura interna e externa para construção de parcerias: Fiocruz - Iniciativa privada - Sociedade. Hoje, já passado o período mais intenso das doações para Covid-19, colhemos frutos de apoios para outras ações/projetos, assim como percebemos um maior engajamento dos pesquisadores na busca de novos modelos de financiamento.

Também consideramos como uma importante mudança implantada os mecanismos de captação construídos, como a plataforma digital para doações com régua de relacionamento, parcerias de *matchfunding*, recursos por acordos judiciais, parcerias de *marketing* relacionado a causa, entre outros.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou?
Mobilizar uma rede de parceiros apoiadores entre os diversos setores da sociedade, para fortalecimento e ampliação das ações da Fundação Oswaldo Cruz no enfrentamento da pandemia.	Captar parcerias	R\$ 494.706.347,32	Abril 2020/ Abril 2021	Recurso efetivado na conta.
Estimular a cultura interna para apresentação de projetos que busquem financiamento de fontes não governamentais.	Apresentação e realização de projetos com financiamento externo.	Produção e aquisição de 2.3 milhões de testes diagnósticos. Implantação de 2 Unidades de Apoio ao Diagnóstico da Covid-19 para processamento de 36 mil testes/dia. Realização de Programa de testagem e telemedicina em comunidades do Rio de Janeiro. Implantação do Centro Hospitalar para Pandemia Covid-19 com 195 leitos de UTI.	Abril 2020/ Abril 2021	Projetos Executados via recursos de parcerias.
Criação da cultura de doação para a contínua participação e apoio a instituições e projetos públicos e estratégicos para o país.	Manutenção da Plataforma de Parcerias.	Desdobramento das parcerias para outras ações.	Janeiro 2021	Abril 2021

Fonte: elaboração própria.

Outras informações sobre os resultados da iniciativa

Financeiro: R\$ 494.706.347,32 (entre abril 2020 - abril 2021)

Parcerias: 121 Instituições e 2608 indivíduos.

Alguns dos principais resultados:

- produção e aquisição de 2.3 milhões de testes diagnósticos;
- implantação de 2 Unidades de Apoio ao Diagnóstico da Covid-19 para processamento de 36 mil testes/dia;
- realização de programa de testagem e telemedicina em comunidades do Rio de Janeiro;
- implantação do Centro Hospitalar para Pandemia Covid-19 com 195 leitos de UTI;
- entrega de 2.5 milhões de EPIS e 250 ventiladores pulmonares a rede do SUS;
- adequação da fábrica para produção da vacina;
- realização de 14 diferentes pesquisas voltadas ao novo coronavírus;
- implantação de barco ambulatório;
- implantação de 5 usinas de oxigênio na região amazônica;
- distribuição de 68 mil cestas básicas;
- entre outros.

Como os recursos foram utilizados?

a) Recursos humanos:

O programa contou com quatro equipes com atuações distintas e interligadas por uma coordenação-geral.

1 - *Captação de recursos*

Equipe com quatro profissionais dedicados à construção de estratégias, prospecção, negociação e relacionamento com os financiadores.

2- *Gestão administrativa e financeira*

Equipe com cinco profissionais, sendo dois diretamente ligados ao programa e três da Fundação de Apoio, dedicados à gestão orçamentária dos projetos e suas prestações de contas.

3- *Comunicação*

Equipe com dois profissionais dedicados à comunicação dos resultados e efeitos do programa.

4- *Grupo de apoio*

Grupo com 10 profissionais de diferentes áreas e atuações na Fiocruz, que se dedicaram à discussão inicial da formatação do programa.

b) Recursos financeiros:

O programa aplicou cerca de R\$ 85.000,00 em sua estruturação e operação, que incluem:

- desenvolvimento da plataforma (<https://unidos.fiocruz.br/>);
- elaboração de materiais de comunicação;
- elaboração de projetos de apresentação;
- ajustes operacionais;
- elaboração de relatórios.

c) Recursos tecnológicos:

O principal recurso tecnológico foi a implantação do sistema de doação individual integrado a um CRM (*Customer relationship management*), o que possibilita ao programa definir toda uma classe de sistemas de informações ou ferramentas que automatizam as funções de contato com os doadores.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

Dado o cenário de urgência trazido pela pandemia, não houve tempo hábil para participação direta do usuário/cidadão nas fases de diagnóstico, desenho, elaboração, implementação e avaliação da iniciativa implementada. O nosso plano de ação de combate à Covid-19 focou em cinco frentes de atuação (ampliação da capacidade de testagem, assistência à saúde, pesquisas com foco na Covid-19, apoio a populações vulnerabilizadas e produção da vacina), definidas após profunda articulação com o Ministério da Saúde e a curva de aprendizado sobre melhores estratégias de enfrentamento ao novo coronavírus. O programa chegou ao conhecimento da população em geral após a divulgação interna, via redes sociais da Fiocruz e na imprensa.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

Pensando na importância e o desejo do doador em saber como os recursos doados estão sendo utilizados pelo programa Unidos Contra a Covid-19, demos visibilidade aos resultados e legados alcançados no site do programa. Também no site, construímos um canal de transparência, atualizado semanalmente, informando os novos números de doação e em qual iniciativa cada investimento está sendo aplicado.

Outras iniciativas foram a realização de um vídeo de agradecimento, com os principais resultados e um relatório de impactos enviado individualmente a cada doador. Atualmente estamos produzindo uma *onepage* para que esses dados possam ser mais bem visualizados por todos os doadores.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Com a identificação dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil, a falta de informação inicial sobre a doença, o isolamento social, a adaptação ao trabalho *home-office* e os tempos rápidos de respostas necessários que havíamos de dar à população, enfrentamos diversos desafios no processo de estruturação do programa de parcerias. Entre os quais, destacamos três:

1. tempo de troca com os dirigentes da instituição para definição do modelo do programa e suas frentes de atuação;
2. formalização da estrutura da governança e operação da gestão;
3. criação de um sistema que fosse rápido, seguro e transparente para receber as doações.

Essas barreiras foram vencidas com a constituição de um grupo de trabalho que ajudou na modelagem do programa, posteriormente apresentado e aprovado pela alta gestão; o apoio da Fiotec e do Escritório de Captação de Recursos da Fiocruz, que possuem expertise na gestão de projetos e captação respectivamente, dando as ferramentas necessárias para que a campanha fosse exitosa tanto na mobilização de recursos quanto na gestão orçamentária.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Acreditamos que o êxito do Programa de Parcerias Unidos Contra a Covid-19 pode ser explicado pelos seguintes fatores:

- Reputação da marca Fiocruz, assim como sua relevante atuação e exposição na pandemia.
- Estruturação de um programa com facilidade de doação e transparência nos resultados.
- Construção de estratégias e busca ativa de parcerias.
- Gestão orçamentária feita com celeridade e segurança nas prestações de contas.
- Governança institucional do fundo de doações.

Links

unidos.fiocruz.br

https://drive.google.com/drive/folders/1ON39ibDAz4mFW_8rAZV9fDb3nybJxgi2?usp=sharing

https://drive.google.com/drive/folders/1ON39ibDAz4mFW_8rAZV9fDb3nybJxgi2?usp=sharing

Responsável institucional

Mario Moreira – Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento

Equipe envolvida

Aryanne Valenzuela	Comunicação
Claudia Rita Souza	Captação de Recursos
Fabio Sacramento	Captação de Recursos
Luis Fernando Donadio	Captação de Recursos
Marcio Amorin	Gestão
Mario Moreira	Vice-Presidente
Vanessa Costa e Silva	Gestão

Parceiros

Hayne Felipe	Fiotec	Diretor
Pedro Ribeiro Barbosa	IBMP	Presidente



2º Lugar

Verificação de conformidade da folha de pagamento de benefícios Instituto Nacional do Seguro Social

Trata-se de iniciativa voltada ao desenvolvimento e implantação de metodologia automatizada de verificação contínua de conformidade da folha de pagamento de benefícios, por meio do cruzamento e tratamento de bases de dados, fortemente orientada à atuação preventiva, de maneira a conferir maior segurança na geração de créditos de benefícios, evitar pagamentos indevidos e aprimorar a qualidade na aplicação de recursos públicos.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é responsável pela manutenção de aproximadamente 36 milhões de benefícios, que representam uma folha mensal em torno de 50 bilhões de reais. Sob esse prisma, inclusive, convém citar que, segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019, há trajetória ascendente da despesa do RGPS, alcançando 16,8% do PIB em 2060, o que reforça a importância estratégica de medidas de controle.

Nesse aspecto, garantir a eficácia e a eficiência dos processos de controle de conformidade da folha de pagamento de benefícios, para além de obrigação institucional, constitui-se como medida de garantia da efetividade da política pública previdenciária.

Isto posto, o cenário exige o aprimoramento do sistema de conformidade dos pagamentos de benefícios, de maneira a garantir a higidez do próprio sistema previdenciário.

Ao longo dos anos, para além das ações de controle no nível operacional, bem como aqueles decorrentes de ações da auditoria interna, diversas foram as recomendações nessa mesma linha, oriundas de órgãos de controle tais como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU). Entretanto, o processo se dava de forma estanque, com baixo nível de integração e automatização, requerendo, dessa maneira, uso intensivo de força de trabalho, com frequente sombreamento de ações e baixo índice de uniformização.

Assim, o INSS, por meio de ação de sua Diretoria de Benefícios, identificou a necessidade de adotar medidas voltadas a superar os óbices até então observados, bem como garantir um ambiente de controle de conformidade consistente, uniforme e efetivo.

Para tanto, fez-se necessário mapear todos os elementos do processo de controle de conformidade, desde as fragilidades oriundas das regras de negócio até então implementadas, processos de trabalho em todas as fases da manutenção dos benefícios, bem como os procedimentos de identificação de inconsistências, notificação de interessados, recepção de documentos, correção e ações individuais ou em lote quanto à suspensão ou cessação de benefícios.

Para tanto, partiu-se das principais falhas até então identificadas, notadamente aquelas decorrentes das consistentes ações de controle, entre as quais cita-se:

ACÓRDÃO Nº 666/2013 – TCU – Plenário

9.2. Com fulcro na Lei 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que:

9.2.1. Promova, periodicamente, o cruzamento das informações das bases de dados de benefícios com outras bases de dados públicas, com o objetivo de identificar pensões concedidas a filhos maiores inválidos que não se enquadrem nas exigências da Lei 8.213/1991, art. 16, inciso I, c/c 77, §2º, incisos II e III;

9.2.2. Promova, periodicamente, o cruzamento das informações das bases de dados de benefícios com o objetivo de identificar pensões que não foram corretamente desdobradas;

9.2.3. Verifique a atualização de informações cadastrais dos benefícios concedidos pela Internet, em especial, o CPF do instituidor e o nome da mãe do instituidor;

9.2.4. Promova, periodicamente, o cruzamento das informações de suas bases de dados de benefícios com o objetivo de identificar pensões cuja renda mensal ultrapasse indevidamente o teto previdenciário;

9.2.5. Investigue periodicamente benefícios em que a relação de idade entre titulares e instituidores de pensão possa sugerir a existência de erro no vínculo de dependência cadastrado;

ACÓRDÃO nº 1857/2014 – TCU – Plenário

9.3. Recomendar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com fulcro na Lei 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:

9.3.1. Análise, caso a caso, as falhas nos mecanismos de controle que permitiram a ocorrência das acumulações indevidas e a concessão de benefícios de aposentadoria por idade e tempo de contribuição com erros cadastrais, promovendo as alterações necessárias em seus procedimentos e em seus sistemas de concessão, de maneira a evitar esse tipo de erro;

9.3.2. Promova, periodicamente, o cruzamento das informações das bases de dados de benefícios com outras bases de dados públicas, com o objetivo de identificar possíveis concessões indevidas de aposentadorias por idade e tempo de contribuição;

Controladoria Geral da União - Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 099921/2002

Recomendação:

- a) as inconsistências/irregularidades devem ser regularizadas;
- b) as fraudes advindas desses casos necessitam de apuração, inclusive com a abertura de processo administrativo disciplinar;
- c) providenciar o cruzamento e integração com outras bases de dados (Receita – CPF e Justiça Eleitoral-Título de Eleitor), visando melhorar o processo de crítica e mecanismos de controle dos sistemas previdenciários;
- d) criação de trilhas de auditoria com elaboração de Relatórios Gerenciais das críticas realizadas pelos sistemas, para que os órgãos responsáveis pela avaliação e aplicação dos controles internos façam sistematicamente verificações da eficácia desses procedimentos.

Em resumo, após as ações preliminares descritas, identificou-se as seguintes situações a serem enfrentadas:

- a) inexistência de sistema que realize preventivamente, de modo automático e contínuo, a verificação de conformidade da Folha de Pagamento de Benefícios (Maciça);
- b) inexistência de ferramenta que receba os benefícios para correção imediata das ocorrências de erros na folha de pagamento;
- c) inexistência de processo operacional para correção imediata das ocorrências de erros na folha de pagamento;
- d) inexistência de processo para acompanhamento das ações realizadas pelas unidades do INSS nas correções das disfunções apresentadas;
- e) inexistência de acompanhamento automático dos Pagamentos Alternativos de Benefícios - PAB, com base em critérios e parâmetros previamente definidos; e
- f) inexistência de acompanhamento automático dos benefícios elegíveis para comprovação de vida, de forma a se conhecer os benefícios cujos titulares não realizaram prova de vida e que estão bloqueados, suspensos, cessados e reativados.

Qual foi a inovação implementada?

A verificação de conformidade da Folha de Pagamento de Benefícios (Maciça), na forma proposta, aprimorou o processo de validação para identificar as situações de possíveis erros ou indícios de irregularidades, de forma contínua e estruturada.

Para tanto, foi desenvolvido um sistema que realiza, de forma preventiva, automática e contínua, a verificação de conformidade da Folha de Pagamento de Benefícios (Maciça), visando conferir maior segurança na geração do crédito para pagamento do benefício.

O Sistema de Verificação de Conformidade da Folha de Pagamento de

Benefícios (SVCBEN) foi estabelecido de maneira a evitar a ocorrência de pagamentos indevidos não somente ocasionados por erro no cálculo do valor do benefício, mas também nos casos de possíveis indícios de irregularidades ou falhas nos pagamentos decorrentes do cadastro por meio de um acompanhamento sistemático da situação cadastral do beneficiário.

O sistema disponibiliza aos servidores do INSS uma visão geral do quantitativo de benefícios ativos com um profundo detalhamento dos seguintes aspectos:

- universo de benefícios assistenciais, rurais e benefícios urbanos e os respectivos valores pagos;
- benefícios de pensão por morte com tratamentos especiais (02, 03, 05, 06, 07, 09, 11, 42, 48, 49, 58, 61, 70, 71, 72, 75), em face de sua criticidade;
- benefícios concedidos por determinação judicial e recursal.

Entre esses benefícios, são automaticamente identificados aqueles que necessitam de tratamento por apresentarem situações que possam gerar pagamentos indevidos, entre as quais cita-se:

- utilização de uma mesma conta corrente, não pertencente ao titular ou representante legal, para recebimento de vários benefícios;
- benefícios com acumulação indevida;
- benefícios com o campo CPF zerado ou inconsistente;
- benefícios com data de nascimento em branco ou inconsistente;
- benefícios com o campo NIT zerado ou inconsistente;
- NIT utilizado em benefícios de diferentes segurados;
- CPF utilizado em benefícios de diferentes segurados;

- incompatibilidade entre o tratamento e a espécie do benefício;
- benefícios com valor acima do permitido por Lei;
- pensões por morte não relacionadas com múltiplo pagamento integral das cotas;
- Pensão Alimentícia não relacionada com o instituidor;
- benefícios com campo sexo do titular do benefício ativo em branco;
- benefícios com nomes abreviados;
- benefícios com nomes da mãe com caractere numérico, ou o campo está em branco ou possui nomes da mãe dos titulares com a expressão “não consta, NC, não informado, não declarado, mãe desconhecida, ignorado, inexistente, mãe desconhecida, sem registro”, nomes abreviados;
- benefícios com nomes de titular com caractere numérico, ou o campo está em branco ou está preenchido ou contém as expressões: não consta, NC, não informado, não declarado, ignorado, inexistente, sem registro, tutor ou curador, nomes abreviados;
- benefícios com nomes do titular com a expressão “Tutor” ou “Curador”;
- benefícios com nome do titular igual ao nome do Procurador;
- benefícios com nome do titular igual ao nome do Representante Legal;
- benefícios com nome do titular igual ao nome do Instituidor;
- benefícios com nome do titular igual ao nome da Mãe;
- benefícios com incompatibilidade entre o tratamento e a espécie do benefício;

- benefícios com tratamentos que não permitem a leitura de dependentes;
- benefícios cessados com pagamento após o óbito;
- benefícios com indicativo de óbito para verificação Lisver;
- gênero de titulares de benefícios ativos com divergências.

Todas as inconsistências identificadas pelo SVCBEN são exibidas em um painel, construído exclusivamente com essa finalidade, denominado Painel de Qualidade de Dados do Pagamento de Benefícios (QDBEN) que proporciona, ainda, o acompanhamento do tratamento dos benefícios, seu histórico e evolução.

O sistema ainda notifica automaticamente aos interessados, com emissão de correspondência, na qual se descreve a inconsistência detectada, as providências e documentos necessários à regularização do benefício, bem como, em paralelo, dá início ao processo eletrônico interno que subsidiará a eventual atuação de servidor do INSS. Para tanto, foi desenvolvida rotina de geração de arquivo contendo os benefícios com as respectivas tipologias identificadas pelo Sistema de Verificação de Conformidade da Folha de Pagamento de Benefícios (SVCBEN) e interface de comunicação com o Gerenciador de Tarefas (GET) para recebimento desses benefícios e respectivas tipologias para criação de tarefas.

Quais são os objetivos da iniciativa?

São objetivos da iniciativa:

1. Implantação de processos que garantam, preventivamente, a qualidade dos dados mantidos nos cadastros.

2. Gerar bases de dados com informações qualificadas que tragam mais confiabilidade nas concessões e manutenção dos benefícios.
3. Diminuição do lapso temporal entre a identificação de inconsistências e suas respectivas correções.
4. Economia de recursos públicos com a suspensão ou cessação de benefícios irregulares.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

Em um contexto mais amplo, dada a relevância do sistema previdenciário, toda a sociedade se beneficia da ação, no sentido de proporcionar um sistema mais hígido do ponto de vista atuarial, com o necessário aprimoramento da destinação dos recursos públicos. De um outro ponto de vista, são mais diretamente ligados à medida os titulares de benefícios administrados pelo INSS e os servidores do Instituto.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

Foram realizados diversos estudos internos que detectaram disfunções nos registros do Sistema Único de Benefícios (SUB), utilizado para geração da Folha de Pagamento de Benefícios, entre as quais destaca-se:

- a) gênero de titulares de benefícios ativos com divergência;
- b) data de nascimento dos titulares de benefícios zerada ou inconsistente;
- c) nomes abreviados;
- e) nomes da mãe com caractere numérico, ou o campo está em branco ou possui nomes da mãe dos titulares com a expressão “não consta, NC, não informado, não declarado, mãe desconhecida, ignorado, inexistente, mãe desconhecida, sem registro”, entre outras;

- f) nomes do titular com a expressão “Tutor” ou “Curador”;
- g) NIT utilizado em benefícios de diferentes CPF;
- h) NIT zerado ou inconsistente;
- i) CPF utilizado em benefícios de diferentes segurados;
- j) CPF zerado e inconsistente;
- k) nome do titular igual ao nome do Procurador;
- l) nome do titular igual ao nome do Representante Legal;
- m) nome do titular igual ao nome do Instituidor;
- n) nome do titular igual ao nome da Mãe;
- o) incompatibilidade entre o tratamento e a espécie do benefício;
- p) benefícios com valor acima do permitido por Lei;
- q) tratamentos que não permitem a leitura de dependentes;
- r) pensões por morte não relacionadas com múltiplo pagamento integral das cotas;
- s) Pensão Alimentícia não relacionada com o instituidor;
- t) pensões por morte sem a identificação do instituidor;
- u) benefícios com o mesmo número de conta corrente para titulares diferentes e não relacionadas a representantes legais;
- v) benefícios cessados com pagamento após o óbito;
- w) benefícios com indicativo de óbito para verificação Lisver;
- x) benefícios (invalidez, BPCLOAS, dependente maior incapaz, Auxílio-doença, Renda Mensal Vitalícia e Amparos), cujo titular retornou voluntariamente ao trabalho (BATINV);
- y) instituidores de Pensão por Morte, de pensão que possuem no NIT vínculos, remuneração ou contribuição após o óbito (BATPEN).

Como medidas de correção imediatas, foram adotadas ações atinentes às correções necessárias e possíveis com todos os meios disponíveis, notadamente:

- a) Recuperação de 198.118 CPFs e 19.465 NIT que foram atualizados nos respectivos benefícios ativos na maciça, por solicitação da Direção Central do INSS, sem a participação dos servidores das unidades do INSS.
- b) Recuperação do nome de titular e do nome da mãe do titular do benefício que possuíam caracteres numéricos no nome.
- c) Recuperação de 30.441 nomes de mãe, do titular do benefício que possuíam a expressão “não consta, NC, não informado, não declarado, mãe desconhecida, ignorado, inexistente, mãe desconhecida, sem registro”, que foram atualizados nos respectivos benefícios ativos na maciça, por solicitação da Direção Central do INSS, sem a participação dos servidores das Unidades do INSS.
- d) Avaliação do gênero de titulares e das mães dos titulares de benefícios ativos para corrigir o cadastro.
- e) Avaliação das datas de nascimento dos titulares de benefícios ativos para corrigir o cadastro.
- f) Verificação de benefícios de Pensão por Morte com tratamento especial, sem tratamento adequado de dependentes.
- g) Avaliação dos pagamentos alternativos de benefícios (PAB).
- h) Readequação dos critérios de batimento dos registros de óbito.
- i) Redefinição das regras de processamento do batimento de óbito, com redução de aproximadamente 30% no tempo de processamento do batimento e de 90% de registros pendentes de verificação.

Tais ações, para além de aprimorar os sistemas e processos envolvidos na folha de pagamento de benefícios, serviram como preparação para que o conjunto de elementos de controle estivesse alinhado com o cenário mais consistente que se desejava construir.

Após essa fase preliminar, foi desenvolvido o SVCBEN, que utiliza dados extraídos mensalmente da Maciça para fazer o acompanhamento sistemático da situação cadastral do beneficiário, para identificar possível inconsistência ou indício de irregularidade que possa interferir na correta geração do pagamento de benefício.

Paralelamente, foi desenvolvido o Painel QDBEN para apresentar as informações sobre o cadastro de benefícios em relação à quantidade de benefícios em manutenção, permitindo detalhar os grupos de benefícios urbanos, rurais e assistenciais e os dados selecionados pelo Sistema de Verificação de Conformidade da Folha de Pagamento de Benefícios, que contenham inconsistências e informações sobre benefícios com indícios de irregularidade no pagamento de benefícios, de forma a permitir a tomada de decisão tempestiva por parte do gestor, em relação à correção de desvios nas rotinas de trabalho, melhorias nos sistemas ou solicitação de desenvolvimento de novas funcionalidades.

O QDBEN possui diversas opções de consulta de informações gerenciais para visualizar a relação dos benefícios com inconsistências a serem verificadas:

- a) as informações serão apresentadas de forma agregada para dar uma visão geral ao gestor da situação em que se encontra a Folha de Pagamento de Benefícios;
- b) podem ser exibidos gráficos mostrando os percentuais e os tipos de disfunções encontradas;
- c) podem ser exibidas as relações dos benefícios com inconsistências para correção;
- d) permitir a geração de informações gerenciais por tipo de disfunção ou indícios de irregularidades detectadas;
- f) as informações gerenciais poderão ser visualizadas pela Direção Central, pelas diversas abrangências, Brasil, Superintendência, Gerência Executiva e Agência da Previdência Social;

- g) cada Superintendência Regional poderá visualizar as informações de suas Gerências Executivas e Agências da Previdência Social;
- h) cada Gerência Executiva poderá visualizar as informações de suas Agências da Previdência Social; e
- i) as agências da Previdência Social somente poderão visualizar suas informações.

Após o desenvolvimento inicial das ferramentas, foi publicada a Resolução nº 678, de 23 de abril de 2019, que aprovou a implantação nacional do Sistema de Verificação de Conformidade da Folha de Pagamento de Benefícios (SVCBEN) e do Painel de Qualidade de Dados do Pagamento de Benefícios (QDBEN) e instituiu o processo operacional para tratamento dos benefícios selecionados pelos indicadores do SVCBEN.

A implantação do sistema ocorre em etapas que, após a fase inicial, dedicada aos benefícios em manutenção, foi continuada com o desenvolvimento do módulo de acompanhamento do PAB, de forma preventiva, por meio do SVCBEN e exibição no QDBEN. A seguir, a funcionalidade de monitoramento automático da Comprovação de Vida.

Por fim, do ponto de vista operacional, destaca-se a criação de um repositório nacional, para tratamento prioritário das inconsistências identificadas, o que garante a pretendida celeridade na conclusão do processo de correção ou suspensão/cessação dos benefícios com inconsistências não sanadas.

Por que a iniciativa é inovadora?

A implantação do Sistema de Conformidade da Folha de Pagamento de Benefícios pelo INSS corrige falhas sistêmicas de longo tempo, proporcionando a atuação preventiva, de modo automático e contínuo, aprimorando a conformidade da folha de pagamento de benefícios administrada pelo INSS.

Além disso, a ação contribuiu para correção tempestiva das ocorrências de erros na folha de pagamento, bem como aprimorou o processo operacional para correção das ocorrências, inclusive com a possibilidade de acompanhamento das ações realizadas pelas unidades do INSS.

Todas as medidas se alinham de forma complementar na direção do aprimoramento operacional e ganho de eficiência, sem, contudo, exigir alocação de força de trabalho adicional, aumento de gastos para além dos já contratados usualmente ou aquisição de novos recursos tecnológicos, servindo, nesse sentido, para demonstrar que há melhoria da eficiência com os meios já disponíveis.

Pode-se afirmar, nesse aspecto, com a frequência que se observa nos processos inovadores, que a iniciativa utiliza-se de partes (*building blocks*) já conhecidas, por meio da aplicação de uma nova visão e tratamento desses meios, alicerçados em conhecimento técnico sólido; o resultado obtido produziu um novo padrão de conformidade na geração da folha de pagamento de benefícios.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou?
Implantação de processos que garantam, preventivamente, a qualidade dos dados mantidos nos cadastros.	Processo implantado	248.024 benefícios atualizados sem a necessidade de participação de servidores ou demanda de documentos aos seus titulares.	01/2018 a 12/2020	Benefícios atualizados no sistema SUB em decorrência da ação.
Gerar bases de dados com informações qualificadas que tragam mais confiabilidade nas concessões e manutenção dos benefícios.	Base de dados qualificada.	Redução de 30% no tempo de processamento do batimento de registro de óbitos com a consequente identificação e cessação de 41.283 benefícios inconsistentes, gerando economia anualizada média de R\$ 674.549.776,80.	01/2018 a 12/2019	Inconsistências identificadas e benefícios com <i>status</i> alterado no SUB.
Diminuição do lapso temporal entre a identificação de inconsistências e suas respectivas correções.	Implantação da carga automatizada das inconsistências identificadas no sistema GET e emissão de notificação aos interessados.	Rotina automatizada de carga no GET, com criação de processos de apuração e notificação de interessados, implantada de forma escalonada, com mais de 600 mil benefícios já incluídos.	02/2020 a 12/2020	Tarefas criadas no sistema GET e correspondências emitidas.
Economia de recursos públicos com a suspensão ou cessação de benefícios irregulares.	Identificar automaticamente a ocorrência de inconsistências na folha de pagamento de benefícios.	Implantadas 33 tipologias de inconsistências com verificação mensal automatizada.	01/2020 a 12/2020	Rotina automatizada implementada.

Fonte: Elaboração própria

Outras informações sobre os resultados da iniciativa

A partir do desenvolvimento e implantação das ações descritas, o SVCBEN/QDBEN já identificou 2.674.518 (dois milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e dezoito) benefícios com inconsistências a serem sanadas. Desses, ao longo do ano de 2020, mais de 600 mil já foram notificados, com processos eletrônicos iniciados automaticamente, o que resultou na cessação de 35.460 benefícios cessados, 3.688 benefícios suspensos, além de 281.908 benefícios com inconsistências sanadas e mantidos ativos.

Somados, os 39.148 benefícios cessados e suspensos representam uma economia anualizada média de R\$ 639.664.623,80 (seiscentos e trinta e nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e três de reais e oitenta centavos).

Quando a essa economia somam-se os valores economizados em razão do saneamento dos 41.283 benefícios com inconsistências já tratados quando do aprimoramento da base de dados, chega-se à economia total até dezembro de 2020 de R\$ 1.314.214.400,60 (um bilhão, trezentos e quatorze milhões, duzentos e quatorze mil e quatrocentos reais e sessenta centavos).

Ressalta-se que, para o cálculo da economia anualizada média, foi utilizado como parâmetro o número de 13 parcelas anuais, com valor médio de R\$ 1.256,89, identificado como sendo o valor médio da renda mensal dos benefícios com inconsistências identificadas.

Como os recursos foram utilizados?

- | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| a) Recursos humanos: A equipe de servidores do INSS mobilizada para a implantação do SVCBEN e do QDBEN foi designada para o planejamento do projeto, reunião e análise de dados, bem como especificação e homologação do sistema e painel de dados de conformidade. Foram envolvidos, em grande medida, os servidores da Coordenação-Geral de Pagamento e Gestão de Serviços Previdenciários, notadamente a Coordenação de Pagamento e Gestão de Benefícios e a Divisão de Manutenção de Direitos. A essas equipes, foram acrescentados outros servidores do INSS, que atuaram como colaboradores eventuais em etapas diversas do processo. Portanto, não houve necessidade de acréscimo de recursos humanos para além dos próprios servidores do INSS. |
| b) Recursos financeiros: Os custos de desenvolvimento do SVCBEN e do QDBEN foram completamente cobertos pelo contrato vigente entre INSS e Dataprev. Portanto, não houve necessidade de acréscimo de recursos financeiros para além daqueles já destinados ao contrato referido. |
| c) Recursos tecnológicos: Não houve necessidade de acréscimo de recursos tecnológicos para além daqueles já disponíveis no INSS. Nesse aspecto, ressalta-se, ainda, que a qualificação das bases de dados já disponíveis e o cruzamento desses dados reforçam a característica inovadora do projeto, conforme já citado. |
| d) Outros recursos: Não foram necessários recursos adicionais ao desenvolvimento da iniciativa. |

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

Conforme já descrito no item 1 do presente formulário, foram realizados estudos internos, associados aos achados de ações de auditoria interna do TCU e CGU que, ao longo dos últimos anos, apontavam para situações específicas de desconformidade e que foram, então, com a iniciativa, compilados e tratados a partir de uma visão sistêmica e abrangente, constituindo-se não mais como ações pontuais e limitadas, mas como mecanismo permanente de aprimoramento da conformidade.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

A iniciativa garante não apenas a melhoria da conformidade da folha de pagamento de benefícios administrada pelo INSS, como demonstra objetivamente os benefícios com inconsistências, quais as inconsistências detectadas, além da resolutividade da atuação sobre tais situações, por meio de painel que indica, inclusive, o percentual de benefícios cessados ou suspensos em decorrência de tais apurações.

A melhoria na disponibilização da informação e, portanto, dos instrumentos à disposição do gestor, vem acompanhada de substancial melhoria procedimental, que contribui para o ganho de eficiência operacional, a racionalização na aplicação dos recursos disponíveis e o ganho de efetividade na destinação de recursos orçamentários.

Nesse sentido, o SVCBEN como ferramenta de tratamento rotinado de dados voltados ao controle de conformidade do pagamento de benefícios encontra no Painel QDBEN seu complemento adequado e necessário, na medida em que permite o acompanhamento dos resultados desde a identificação à conclusão do tratamento das inconsistências de forma transparente e tecnicamente orientada.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Como já apontado anteriormente, para além de todo o desenvolvimento de sistemas e processos, cumpre ressaltar que a implantação do SVCBEN exigiu o tratamento de benefícios anteriores à própria existência de um sistema unificado de previdência. Dessa maneira, a baixa uniformidade e consistência das informações disponíveis em algumas situações foi um óbice significativo ao desenvolvimento do sistema.

Adicionalmente, é importante destacar a publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019 e do Decreto nº 10.410/2020, que alteraram profundamente as regras incidentes sobre o sistema previdenciário, o que demandou enorme esforço institucional para atualização de suas normas internas e sistemas informacionais. Esse esforço exigiu de todos os envolvidos um redirecionamento da força de trabalho e, concorreu, portanto, com o desenvolvimento da iniciativa.

Do ponto de vista operacional, ao longo de 2020, destaca-se o papel restritivo imposto pelas medidas de enfrentamento à Pandemia da Covid-19, que obrigou o INSS a adotar um planejamento mais conservador na notificação de interessados, considerando a eventual necessidade de deslocamento desses às unidades de atendimento.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

O alto conhecimento técnico dos servidores envolvidos no projeto foi, sem dúvida, o grande diferencial do projeto que, somado ao seu profissionalismo e dedicação, resultaram na superação dos óbices apresentados.

Cabe ainda ressaltar como fator de sucesso a coordenação e o patrocínio da Diretoria de Benefícios e da Presidência do INSS que, além de compreenderem a importância e peso dos projetos, não mediram esforços para sua continuidade e fortalecimento.

Sob tais aspectos, a iniciativa demonstra a associação de empenho da alta direção com a aplicação do conhecimento técnico como os sólidos alicerces que sustentam o sucesso do desenvolvimento e implantação do SVCBEN / QDBEN.

Responsável institucional:

Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro – Diretor de Benefícios

Equipe envolvida:

Elisangela Nagata Miranda	Técnico do Seguro Social
Fábio Comanduci Nascimento	Analista do Seguro Social
Kelly Eliane Benzak	Técnico do Seguro Social

Parceiros:

Francisco Antonio de Sousa Filho	Técnico do Seguro Social
Gerson Borges de Carvalho	Analista do Seguro Social
Saulo Milhomem dos Santos	Técnico do Seguro Social



3º Lugar

Automatização do mapeamento diário das manchas de óleo no litoral Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Em 30 de agosto de 2019, teve-se notícia do surgimento de óleo de origem desconhecida em praias do litoral nordestino. Ao longo dos meses seguintes, a crise se expandiu totalizando onze estados atingidos por óleo em diferentes graus.

O Ibama, a Marinha, a Agência Nacional do Petróleo e a Defesa Civil decidiram reunir suas estruturas e passaram a realizar vistorias *in loco* em todo o litoral do Nordeste e dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. No entanto, era preciso produzir um mapa diário da situação e não havia um mecanismo eficiente para fazer a coleta diária dos dados de campo, compilar e mapear todos os pontos recebidos.

Para superar esse problema, foi elaborado um sistema para a coleta e o envio das informações de campo e o processo de compilação e mapeamento das vistorias de campo foi automatizado com o *software* livre QGIS. Com isso a produção das informações necessárias para a tomada de decisão que antes levava até 8 horas passou a ser feita em 50 minutos.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

Em 30 de agosto de 2019, teve-se notícia do surgimento de óleo de origem desconhecida em praias do litoral nordestino, inicialmente no litoral da Paraíba, seguido por Sergipe e Pernambuco nos dias subsequentes. Ao longo de setembro, outubro e novembro de 2019, foram atingidos os demais estados da região Nordeste e os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, totalizando onze estados atingidos por óleo em diferentes graus. Durante o mês de setembro, o Ibama estabeleceu seu Posto de Comando (PC) nas áreas mais atingidas naquelas ocasiões, com início em Natal/RN, passando para São Luís/MA e, em seguida, para Aracaju/SE no final de setembro. Do PC, eram repassadas as designações de trabalho para os integrantes dos Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais do Ibama (NUPAEM) dos demais estados afetados.

Com a continuidade e intensificação dos aparecimentos de óleo ao longo do litoral nordestino, o Ibama, a Marinha e a Agência Nacional do Petróleo decidiram por reunir suas estruturas de resposta a partir de Salvador/BA, que era o estado mais atingido no momento da decisão.

O Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) foi instalado em 14 de outubro no Comando do 2º Distrito Naval. A partir desse comando unificado, do qual participou também a Defesa Civil Nacional, foram definidos os objetivos, as estratégias e as ações operacionais para resposta ao evento. As instituições envolvidas passaram a realizar vistorias *in loco* em todo o litoral do Nordeste e dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, com o objetivo de, entre outras coisas, identificar e classificar as localidades afetadas segundo a metodologia internacional SCAT. As vistorias classificavam diariamente as localidades afetadas em três categorias:

1. Mancha – quantidade de óleo livre superior a 10%, representando as áreas prioritárias para limpeza.
2. Vestígio / óleo esperso – até 10% de recobrimento de óleo.
3. Não observado – não foi observado qualquer fragmento de óleo.



Fonte: Elaboração própria

Todas as vistorias precisavam ser diariamente mapeadas para monitorar a extensão do dano ambiental e subsidiar a tomada de decisões para os dias seguintes. Nos momentos de maior intensidade, a chegada do óleo ocorria em mais de 700 pontos diferentes ao mesmo tempo, o que demandava a vistoria contínua *in loco*.

O problema encontrado se dividia, portanto, em duas partes. Garantir a comunicação diária das equipes de vistoria de campo para o envio dos dados ao GAA e compilar e mapear todos os pontos recebidos diariamente.

O registro das vistorias foi feito inicialmente por meio de comunicação eletrônica (aplicativo de mensagens) diária entre as equipes de campo e o GAA, que realizava manualmente a compilação das informações para inclusão nos mapas e relatórios diários. Contudo, com a ampliação da área atingida e das equipes que realizavam as vistorias, foi necessário implementar uma ferramenta padronizada para registro das informações e elaboração do mapa diário, pois o tempo disponível para publicação do mapa já não era suficiente mesmo que os analistas virassem a noite trabalhando.

Manchas de óleo no litoral



Fonte: Elaboração própria

Qual foi a inovação implementada?

Para melhorar a coleta e o envio de informações de campo, a primeira ferramenta utilizada foi o formulário *online* “JotForm”. Os vistoriadores preenchem um formulário *online*, sendo os dados repassados diretamente ao GAA via *web*.

Todos os vistoriadores foram orientados a tirar três fotos de cada área sendo I – registro do fragmento de óleo; II – vista longitudinal da linha de praia; III – vista transversal da linha de praia. Foram também orientados a utilizar aplicativos que registram a coordenada geográfica na foto.

As coordenadas geográficas do ponto vistoriado eram carregadas automaticamente para o sistema, desde que o celular estivesse conectado a uma rede de dados ou internet. Dessa maneira, muitas vezes o registro era enviado somente quando o vistoriador acessava a internet, causando erros de localização. Cabia ao servidor responsável pela elaboração do mapa verificar se os registros do sistema estavam condizentes com as coordenadas anotadas nas fotos, gerando um trabalho manual sem tamanho.

Considerando a inexistência de rede de dados em muitos locais vistoriados, o que levava aos erros de localização acima citados, e que o aplicativo JotForm possuía limite de armazenamento, foi desenvolvido pelo Censipam em colaboração com o Ibama um aplicativo específico para atender a essa demanda. Dessa maneira, passou-se a usar o aplicativo denominado Olhos de Águia, que foi disponibilizado para os sistemas Android e IOS.

O Olhos de Águia foi desenvolvido especificamente para esse evento da chegada de óleo no litoral brasileiro. O aplicativo fazia a coleta das fotos e possibilitava o registro automático das coordenadas geográficas, mesmo quando não havia rede celular disponível no local. Além disso, todos os dados coletados ficavam disponíveis na *web* dando transparência ao trabalho dos agentes em campo.

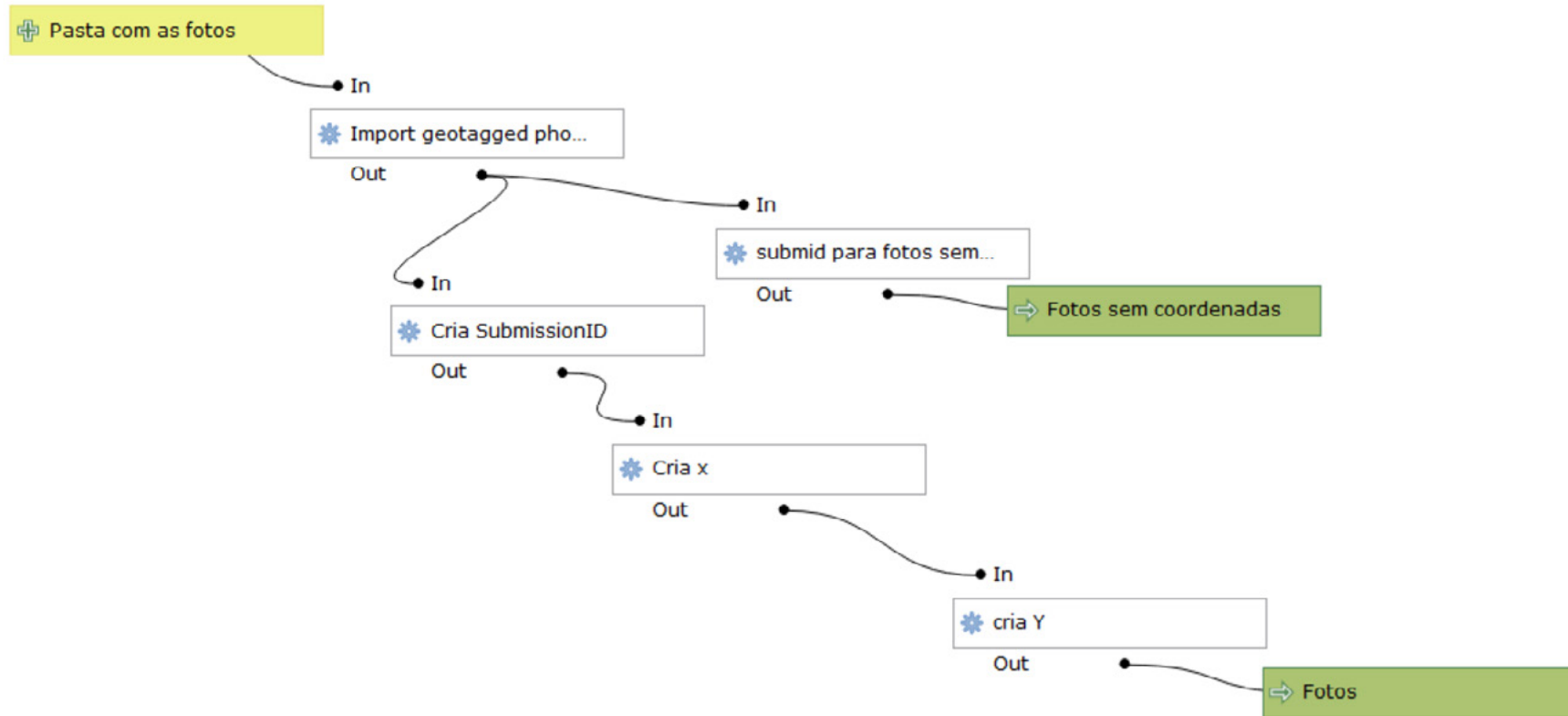
A última etapa consistia em transformar os dados em informação mapeada para tomada de decisão. Para isso, foram desenvolvidos no Desktop QGIS três modelos de processamento que automatizaram a compilação dos dados de campo.

Os três modelos de processamento foram usados em dois momentos diferentes. Primeiramente, com os dados do JotForm a rotina tentava corrigir em duas etapas as coordenadas das ocorrências cujo ponto recaia fora de uma faixa de 500 metros do litoral brasileiro. Nesse caso, eram usadas primeiramente as coordenadas armazenadas nas propriedades (exif) das fotografias enviadas e caso as fotografias não possuíssem essa informação, a segunda tentativa seria pela concordância de uma chave criada com três fatores: o nome da localidade, o município e o estado.

Por fim, o terceiro modelo compilava os dados para identificar em cada zona qual era a situação mais recente encontrada em campo.

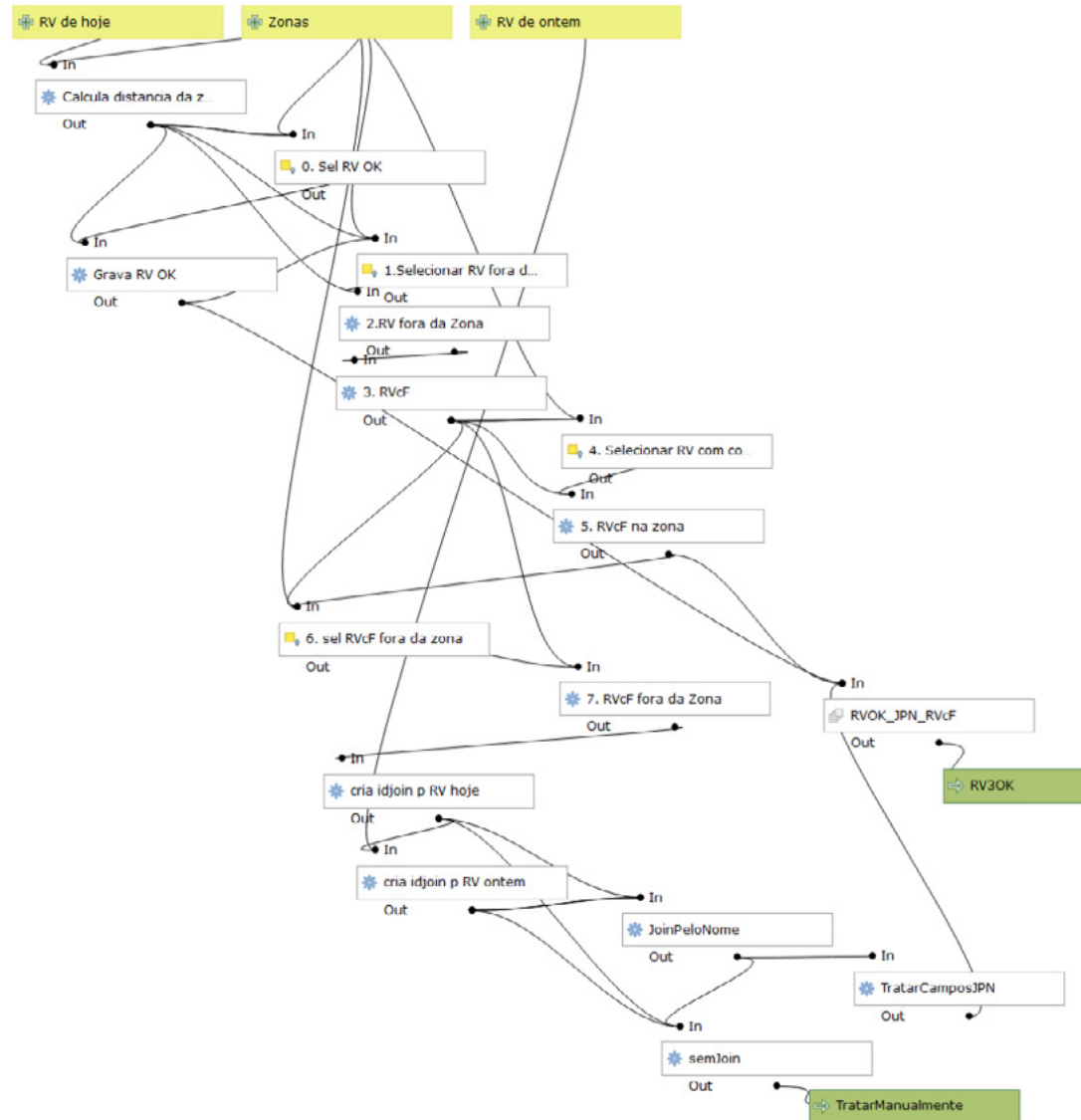
* zona = área de 1000 x 500 metros ao longo da costa

1) Extração das coordenadas armazenadas nas fotografias de campo.



Fonte: elaboração própria.

2) Triagem dos pontos coletados classificando-os em pontos válidos ou pontos a serem tratados manualmente.



Fonte: elaboração própria.

3) Geração do dado consolidado para elaboração do mapa do dia.



Fonte: elaboração própria.

Quais são os objetivos da iniciativa?

A iniciativa foi implementada com dois objetivos principais:

- 1) garantir a comunicação diária das equipes de vistoria de campo para o envio dos dados (coordenadas, fotos, classificação SCAT: mancha, vestígio / óleo esperso, não observado) ao GAA; e
- 2) compilar e mapear diariamente todos os pontos vistoriados naquele dia.

Para alcançar esses objetivos, decidiu-se atacar o problema em duas frentes. Elaborar um sistema *mobile* para a coleta e envio das informações de campo ao GAA e automatizar o processo de compilação e mapeamento das vistorias de campo usando modelos de processamento encadeado desenvolvidos no *software* livre QGIS.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

O público-alvo da iniciativa abrangeu desde a alta administração pública até o cidadão preocupado com as questões ambientais brasileiras.

1. Decisores que necessitavam de informação confiável sobre as ocorrências de óleo de origem desconhecida no litoral brasileiro.
2. Agentes públicos que atuaram no monitoramento e na coleta de resíduos de óleo no litoral brasileiro.
3. Organizações que atuaram na coleta e limpeza de resíduos de óleo no litoral brasileiro.
4. Cidadãos preocupados com a qualidade ambiental do litoral brasileiro.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

1. Fase Inicial

1. articulação entre as instituições envolvidas (Ibama, Marinha, ANP, Defesa Civil, Secretarias estaduais e municipais do meio ambiente) para realização das vistorias de campo;
2. criação de canal de comunicação com todos envolvidos via aplicativo de mensagem por telefone móvel;
3. padronização da coleta de dados de campo;
4. definição dos mapas e informações a serem produzidas com base nos dados coletados em campo.

2. Fase JotForm

5. criação de formulário eletrônico JotForm;
6. teste do formulário eletrônico;
7. disponibilização e divulgação para uso do formulário eletrônico em campo;
8. recepção, tratamento e compilação dos dados no GAA;
9. elaboração dos mapas de forma manual.

3. Fase QGIS

10. definição e criação da geometria das zonas que definem o limite de cada localidade (faixa de 1000x500 metros ao longo da costa);
11. elaboração dos *scripts* para tratar e compilar os dados recebidos via JotForm;

12. correção manual dos dados que não puderam ser tratados pelo *script*;
13. elaboração dos mapas de forma automatizada.

4 Fase Olhos de Águia

14. definição das funções a serem disponibilizadas no app;
15. desenvolvimento do aplicativo;
16. teste do aplicativo;
17. disponibilização do aplicativo nas lojas;
18. difusão da nova forma de coletar os dados de campo com o aplicativo;
19. adequação dos *scripts* para geração dos mapas automatizados via QGIS;
20. geração dos mapas automatizados.

Por que a iniciativa é inovadora?

A iniciativa é inovadora pois foi implementada de forma inédita no calor da crise, quando se necessitava de uma solução rápida, pois à medida que o tempo passava a crise se tornava mais aguda.

A iniciativa é inovadora pois foi criado um novo processo para atacar um problema nunca antes enfrentado pelo governo brasileiro nessas proporções.

A iniciativa é inovadora pois, se não fosse implementada, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação não teria as informações em tempo hábil para tomar as decisões.

A iniciativa é inovadora pois, com poucos recursos, se resolveu um problema que normalmente mobilizaria um montante considerável de recursos financeiros.

A iniciativa é inovadora pois utilizou ferramentas livres de código aberto com funcionalidades desenvolvidas de forma colaborativa, aproveitando-se do conhecimento prévio implementado anteriormente em situações semelhantes, onde foi necessário o encadeamento de processos.

A iniciativa é inovadora pois foi utilizada no primeiro acionamento formal do Plano Nacional de Contingência (PNC - Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013).

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou?
Monitorar em tempo real as ocorrências de óleo no litoral brasileiro.	Disponibilizar diariamente no site do Ibama o mapa e a planilha contendo as ocorrências de chegada de óleo das últimas 24 horas no litoral brasileiro.	A compilação dos dados e a elaboração dos mapas referentes a 300 localidades que levava 8 horas para ser feito manualmente, passou a ser elaborado em 50 minutos, mesmo quando a quantidade total de localidades passou de 1.000 (um mil).	02/set/2019 a 20/mar/2020	Com o relato dos analistas que geravam os mapas antes e depois da criação dos <i>scripts</i> .
Possibilitar a produção e coleta de dados de campo em tempo hábil sobre as ocorrências de óleo no litoral brasileiro.	Tornar a coleta em campo e o envio dos dados mais ágil e fácil para os agentes de campo e independente da cobertura da rede celular.	As coletas, que antes exigiam a digitação de diversos campos em um formulário e não levavam menos de cinco minutos, passaram a ser feitas em menos de 1 minuto com campos de preenchimento facilitado por botões de múltipla escolha. Além disso, com a implantação do Olhos de Águia, a coleta não mais dependia da rede celular.	02/set/2019 a 20/mar/2020	Com o relato dos agentes de campo que realizaram as coletas.
Possibilitar a produção de informações de forma organizada, transparente e padronizada sobre as ocorrências de óleo no litoral brasileiro.	Publicar na internet diariamente os dados das coletas feitas em campo de forma estruturada e padronizada.	Antes da implantação dos <i>scripts</i> e do Aplicativo Olhos de Águia, a melhor informação disponível consistia em um mapa em PDF com as localidades atingidas. Após sua implementação, os dados passaram a ser disponibilizados no site do Ibama em mapas e planilhas padronizadas e os dados brutos passaram a estar disponíveis para <i>download</i> no sítio do Sipam.	02/set./2019 a 20/mar./2020	Através dos mapas que estão disponíveis no site do Ibama antes e depois do dia 15/outubro/2019, conforme pode ser verificado pelo site do Ibama e pelo site do Sipam.

Fonte: elaboração própria.

Outras informações sobre os resultados da iniciativa

Com a implantação da inovação, os mapas e as estatísticas da chegada de óleo passaram a chegar na imprensa de forma padronizada, sendo difundidos amplamente pelos noticiários. A comunicação clara e padronizada através dos mapas e estatísticas possibilitou que a sociedade acompanhasse o evento de forma clara e transparente até o seu encerramento em março de 2020.

Como os recursos foram utilizados?

a) **Recursos Humanos:** Para elaboração dos três *scripts* na ferramenta desktop QGIS, foi necessário o trabalho em tempo parcial de um Analista Ambiental do Ibama ao longo de duas semanas.

Para elaboração do Aplicativo Olhos de Águia e do WebGIS que disponibiliza os dados na internet, foram necessários um Analista Ambiental do Ibama e um Analista de Tecnologia Militar do Censipam ao longo de duas semanas.

b) **Recursos Financeiros:** Salários do Analista Ambiental do Ibama e do Analista de Tecnologia Militar do Censipam (aproximadamente R\$ 10 mil pelas duas semanas).

c) **Recursos Tecnológicos:**

- Computador Desktop para Utilização do QGIS pelo Analista Ambiental do Ibama.
- Computador Desktop para Utilização desenvolvimento do Aplicativo móvel e pelo Analista Ambiental do Ibama.
- Servidor de dados do Sipam para disponibilização do WebGIS na Internet.
- Não foram gastos recursos com licenças de *software*, pois todas as aplicações utilizadas fazem parte do grupo *software* livre de código aberto.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

A iniciativa promoveu a participação dos usuários das agências envolvidas (Ibama, Marinha, ANP, Defesa Civil e Secretarias estaduais e municipais do meio ambiente) nas fases de elaboração, implementação e avaliação da iniciativa.

Na fase de elaboração, foi criado um grupo de mensagens via aplicativo móvel onde as equipes de campo informaram os requisitos do sistema a ser criado. Na implantação, as equipes testaram em tempo real o aplicativo coletando fotografias e coordenadas de casos reais para então iniciar seu uso efetivo por todo contingente.

Ao final, a iniciativa foi avaliada por todo Grupo de Avaliação e Acompanhamento (GAA, foto anexa) composto por Ibama, Marinha, ANP e Defesa Civil. Relatório de toda ação foi disponibilizado através do Processo Administrativo nº 02001.002614/2020-01.



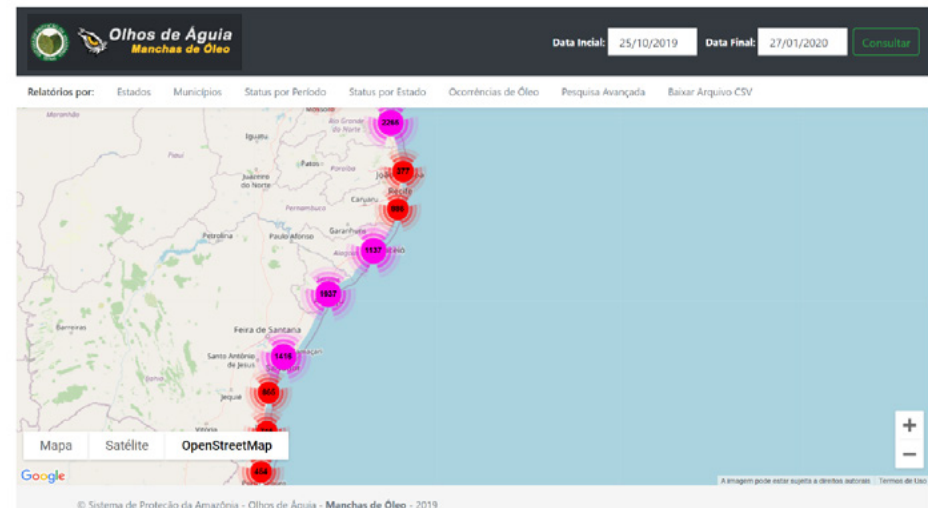
Fonte: imagem produzida pelo autor.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

Todos os dados levantados eram diariamente disponibilizados publicamente através da internet. A visualização de todos os dados brutos (em tempo real) era feita através do link <<http://olhosdeaguia.sipam.gov.br/>> (indisponível atualmente).

A visualização dos mapas e planilhas com a informação consolidada para cada dia de coleta continua disponível através do link <<https://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-localidades-atingidas>>.

Abaixo, encaminha-se um print da versão web do aplicativo Olhos de Águia.



Fonte: imagem produzida pelo autor.

Obs: Caso seja necessário ver a versão web da aplicação Olhos de Água funcionando, será necessário um tempo para que possamos contatar o Censipam e disponibilizar a ferramenta.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Inicialmente o longo caminho hierárquico a ser percorrido para que a comunicação fluísse no nível técnico de uma instituição a outra se mostrou como um empecilho para que a solução fosse entregue no curto prazo. No entanto, quando os dirigentes das instituições perceberam que pelos caminhos normais a inovação proposta levaria muito tempo, decidiram colocar os técnicos envolvidos diretamente em contato, confiando que a entrega seria feita no prazo proposto.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

A urgência em se buscar uma solução para um problema que era desconhecido, inédito e que envolvia o meio ambiente criou um clima de união e comprometimento entre os envolvidos que certamente contribuiu positivamente para o sucesso da prática inovadora.

Outro fator que certamente contribuiu foi a definição prévia das competências de cada instituição envolvida. O Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional onde essas competências ficam explícitas.

Links:

<https://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-localidades-atingidas>

https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.sipam.olhos_de_aguia_manchas

<https://apps.apple.com/app/id1489419152>

<http://olhosdeaguia.sipam.gov.br/>

<https://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-galeria#videos>

Responsável institucional: Fernanda Cunha Pirillo Inojosa – Coordenadora-Geral de Emergências Ambientais

Equipe envolvida:

Frederico Fonseca Galvão de Oliveira	Analista Ambiental
George Porto Ferreira	Analista Ambiental
Rafael da Cunha Moraes	Analista Ambiental
Victor Quaresma	Analista Ambiental

Parceiros

Fabio Ricarte	Ministério do Meio Ambiente	Analista Ambiental
José Mario Fraga Miranda	SIPAM	Analista de Tecnologia Militar

Categoria

Inovação em serviços ou políticas públicas no Poder Executivo federal



1º Lugar

Pix

Banco Central do Brasil



2º Lugar

Conecta gov.br

Ministério da Economia



3º Lugar

Novos modelos de trabalho no serviço público (Free-LA! e time volante)

Ministério da Economia



1º Lugar

Pix

Banco Central do Brasil

O Pix é a solução de pagamento instantâneo, criada e gerida pelo Banco Central do Brasil (BC), que proporciona a realização de transferências e pagamentos. O Pix é concluído em poucos segundos, inclusive em relação à disponibilização dos recursos para o recebedor. Está disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano, inclusive finais de semana e feriados. É gratuito para a pessoa física pagadora e tem baixo custo para os demais casos. Possui uma estrutura ampla de participação, possibilitando pagamentos entre instituições distintas. É um instrumento multiproposta, que pode ser usado para pagamentos independente de tipo e valor da transação, entre pessoas, empresas e governo.

Além de aumentar a velocidade em que pagamentos ou transferências são feitos e recebidos, o Pix tem o potencial de alavancar a competitividade e a eficiência do mercado, baixar o custo, aumentar a segurança e aprimorar a experiência dos clientes, incentivar a eletrônica do mercado de pagamentos de varejo, promover a inclusão financeira e preencher uma série de lacunas existentes na cesta de instrumentos de pagamentos disponíveis atualmente à população.

O acesso ao Pix ocorre exclusivamente pelos canais de atendimento das instituições financeiras e de pagamento (celular, internet banking, agências, caixas eletrônicos) ou nos correspondentes bancários, como lotéricas, por exemplo. O Pix é um meio de pagamento disponibilizado por esses prestadores de serviço. Para evitar golpes, tenha a certeza de que está acessando um dos canais autorizados pelo seu banco ou instituição. Não acesse *links* de *sites* falsos.

Qualquer pessoa física ou jurídica que possua uma conta transacional (conta de depósito à vista, popularmente conhecida como conta corrente, conta de depósito de poupança ou conta de pagamento pré-paga) em um prestador de serviço de pagamento (instituições financeiras ou instituições de pagamento) participante do Pix pode fazer um Pix.

A chave é um “apelido” utilizado para identificar a conta. Ela representa o endereço da conta no Pix e pode ser o CPF/CNPJ, o e-mail, o número de telefone celular ou uma chave aleatória. A chave vincula uma dessas informações básicas às informações completas que identificam a conta transacional do cliente (identificação da instituição financeira ou de pagamento, número da agência, número da conta e tipo de conta). Não é necessário cadastrar uma chave para fazer ou receber um Pix. No entanto, o cadastramento da chave é altamente recomendável para receber um Pix. Ainda que você possa receber transações apenas informando os dados da sua conta, essa forma não tem a mesma praticidade que o uso da chave possibilita e pode gerar demora na iniciação da transação, diminuindo o benefício do pagador em fazer um Pix.

Por fim, o Pix foi construído com mecanismos robustos de segurança. Além de contar com medidas existentes nos outros meios de pagamento eletrônicos, adicionou novas sistemáticas para garantir maior proteção aos usuários.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

Em busca de juros baixos duradouros, serviços financeiros melhores e a participação de todos no mercado, o Banco Central mantém a Agenda BC#, pauta de trabalho centrada na evolução tecnológica para desenvolver questões estruturais do sistema financeiro. Um dos pilares da Agenda BC# é a competitividade, que visa a promover inovações e trazer mais eficiência para o mercado.

Em seu histórico de órgão regulador, o Banco Central atuou de forma contundente ao longo dos anos, apontando falhas no mercado de pagamentos brasileiro e aprimorando a regulação, a fim de tornar o sistema mais eficiente e de diminuir fricções decorrentes de uma concentração no mercado. Visando atingir os objetivos estabelecidos na Agenda BC# e incentivar a eletronização do mercado de pagamentos de varejo, o Banco Central instituiu um arranjo de pagamentos instantâneos, o Pix.

O Pix surge para suprir lacunas existentes nos meios de pagamentos existentes como, por exemplo, a falta de competitividade, lentidão na adoção de novas tecnologias, baixa inclusão social, tarifas altas, concentração, inconveniência na experiência do usuário, alto custo de aceitação para empresas, demora no recebimento do recurso, casos de uso limitados, demora na liquidação do pagamento.

Qual foi a inovação implementada?

O Pix por si só é uma inovação; é o único arranjo aberto de pagamentos instantâneos no Brasil. O Pix tem diversas características inovadoras que o tornam um arranjo de pagamento único. (1) Velocidade: fazer um Pix é instantâneo e leva poucos segundos para disponibilização dos recursos. Um Pix leva no máximo 10 segundos para ser concluído, mas 50% deles são concluídos em até 6 segundos. (2) Disponibilidade plena: o Pix está disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano, inclusive aos finais de semana e feriados. (3) Multiplicidade de casos

de uso: o Pix é perfeito para ser usado entre pessoas e/ou empresas; nos pontos de venda de estabelecimentos comerciais; no comércio eletrônico; para pagamento de contas e para pagamentos envolvendo o governo, tanto na posição de pagador como na de arrecadador. (4) Conveniência: realizar um Pix é tão fácil, simples e rápido quanto mandar uma mensagem de texto. A iniciação do pagamento pode ser via inserção manual dos dados, via QR Code ou por meio da inserção de chave (CPF, CNPJ, e-mail ou chave aleatória), simplificando muito a experiência do usuário. Além disso, a conciliação dos dados da venda e as notificações são centradas nas necessidades do usuário, tanto pagadores quanto recebedores. (5) Informações agregadas: as informações da transação podem cursar junto com a ordem de pagamento, facilitando a conciliação, a automatização de processos e a integração de sistemas. (6) Segurança: as transações Pix cursam na Rede do Sistema Financeiro Nacional, apartada da internet; há meios de autenticação digital que utilizam as funcionalidades disponíveis em grande parte dos telefones celulares (biometria e reconhecimento facial, por exemplo); o Pix conta com “motores antifraude” operados pela instituição que ofertam o serviço, que permitem identificar transações atípicas, fora de perfil do usuário, bloqueando para análise as transações suspeitas por até 30 minutos, durante o dia, ou 60 minutos à noite e rejeitando aquelas que não se confirmarem uma transação segura; o Pix possui “marcadores de fraude” em sua base de dados, onde uma transação (e o fraudador) é marcada como “fraude” na hipótese de suspeita de fraude ou fraude consumada e liga o alerta para todos as outras instituições participantes do sistema. (7) Ambiente aberto: o Pix promove um ambiente aberto que permite a entrada de diferentes agentes e promove a competição entre os seus mais de 700 participantes. O Pix é interoperável, o que significa que não importa se a instituição do pagador é diferente da instituição do recebedor, a transação acontece normalmente, sem custos ou tempo adicionais entre os participantes do Pix.

A concepção do Pix, além de trazer os benefícios já elencados, também inovou em seus processos organizacionais, incluindo a sociedade brasileira de forma ampla para uma abordagem de construção colaborativa. O reconhecimento da importância da centralidade nas necessidades prementes de todos os agentes envolvidos levou à criação de um fórum amplo de discussão, o Fórum Pix. Esse canal aberto permitiu que o Pix fosse desenvolvido a múltiplas mãos, atendendo às mais diversas necessidades do mercado e da sociedade.

A inovação também ocorreu no campo regulatório, uma vez que, para atingir os objetivos e dores existentes, novas instituições antes não integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiros foram possibilitadas a oferecer o Pix, através de uma modernização das normas.

O Pix não somente inovou com suas características visíveis a todos os seus usuários. A inovação permeou também seu processo de construção, tanto do ponto de vista do seu processo de construção quanto do ponto de vista regulatório.

Vale ressaltar que, dado que as plataformas centrais são providas pelo BC, o custo operacional para a realização de um Pix é ínfimo, o que possibilita um baixo custo para o usuário. Fazer um Pix é gratuito para pessoas físicas, MEIs e empresários individuais, e, nos casos passíveis de tarifação, tem um custo mais baixo que os demais instrumentos eletrônicos.

Quais são os objetivos da iniciativa?

O objetivo do Pix é fomentar a competitividade e a eficiência do mercado de pagamentos, reduzindo os custos para os usuários pagadores e recebedores, e promover a inclusão financeira, por meio da implantação de um novo arranjo de pagamento que preencha as lacunas e as oportunidades identificadas na cesta dos instrumentos atualmente disponíveis.

Adicionalmente, pretende-se alavancar a eletrônica dos pagamentos, possibilitando a redução do custo social relacionado ao uso de instrumentos baseado em papel. A redução do custo social, por sua vez, tem reflexo na sociedade como um todo, impactando pessoas naturais e empresas de maneira geral. Trata-se, portanto, da busca harmônica de diversos objetivos, que leva em consideração usuários pagadores e recebedores, bem como instituições participantes do Pix.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

O público-alvo do Pix é a sociedade como um todo, tanto o cidadão, como empresas de qualquer porte ou setor, e também órgão de governo. Todos aqueles que possuem conta corrente, conta poupança ou conta pré-paga de pagamento em um dos participantes do Pix são diretamente beneficiados; mas de uma forma mais ampla, o Pix traz uma revolução nos meios de pagamento, com um impacto geral no estímulo da economia, o que reverte em benefícios sociais indiretos também.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

As principais etapas foram (1) o estudo aprofundado de soluções implementadas com sucesso em outras jurisdições; (2) diagnóstico do mercado de pagamentos do Brasil, analisando-se não só os benefícios e lacunas de cada instrumento, como a realização de uma pesquisa de hábitos de pagamento com usuários finais e estabelecimentos comerciais, que incluiu a realização de um *survey* e o diário de pagamento; (3) a instituição do Fórum Pix, comitê consultivo com mais de 200 instituições que tem o objetivo de promover a transparência e a adequada representatividade de todos os envolvidos na operacionalização do ecossistema Pix; (4) a especificação dos requisitos do Pix, tais como formas de provimento de liquidez, infraestrutura de liquidação, formas de iniciação de pagamento, base de endereçamento, padrão QR Code, padrão de mensageria, padrões tecnológicos, requisitos de segurança, mapeamentos dos fluxos, etc.; (5) o desenvolvimento das plataformas tecnológicas (SPI e DICT) pelas equipes do Banco Central com base nas especificações e regras de negócio estabelecidos; (6) a publicação do Regulamento do Pix da infraestrutura de liquidação (SPI); (7) o processo de adesão das instituições para participar do Pix (obrigatórias e facultativas), que inclui etapa cadastral e etapa homologatória, com a realização dos testes; (8) o cadastramento das chaves Pix pelo cidadão; (9) o início da operação restrita com clientes selecionados pelas instituições participantes do Pix; (10) o lançamento pleno da operação do Pix para todos os cidadãos.

Por que a iniciativa é inovadora?

O Pix é o pagamento instantâneo brasileiro. O Banco Central extraiu o melhor das experiências internacionais e implementou um modelo alinhado à realidade brasileira, seguindo as melhores práticas e corrigindo inadequações existentes em outros sistemas de pagamentos instantâneos.

Por meio de todas as inovações mencionadas na pergunta 2, o Pix contribui para revolucionar o sistema de pagamentos brasileiro e fomentar a competição e a inovação em todo o mercado. O Pix também carrega consigo a capacidade de continuar se multiplicando em mais facilidades para o cidadão.

Por isso, a agenda evolutiva do Pix está em andamento e, ao longo de 2021 e dos anos seguintes, o Banco Central trabalha para lançar novos produtos e funcionalidades inovadoras que reforçam o propósito do Pix no sentido de alavancar a eficiência do mercado.

Alguns dos produtos previstos para serem entregues ainda em 2021 são o Saque Pix e o Troco Pix, que são serviços de saque ou compra associada a saque a serem disponibilizados pela rede varejista por meio da infraestrutura e das facilidades do Pix. Também está prevista a entrega do QR *offline*, onde o pagador sem acesso a internet poderá ainda assim fazer uma transação Pix, além de outras.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou?
Fomentar a competitividade e a eficiência do mercado de pagamentos.	HHI abaixo de 10% na quantidade de transações (na ponta dos iniciadores da transação de pagamento) dentro do primeiro ano.	Dos 6 meses de operação plena do Pix, o HHI tem consistente se mantido baixo (nov. 9,7%, dez. 10%, 9,8% jan., 9,5% fev., 9,2% mar., 8,9% abr. 9,1%).	16/11/2020 a 30/04/2021	Cálculo do HHI
Reduzindo os custos para os usuários pagadores e recebedores.	Diminuir tarifa da TED, tanto para pessoas naturais quanto pessoas jurídicas.	Em comparação com valores da TED atuais (https://www.bcb.gov.br/fis/tarifas/htmls/htarco11f.asp?), o Pix é gratuito para pessoas naturais, e custa em média R\$0,33 (33 centavos de real) para pessoas jurídicas.	16/11/2020 a 30/04/2021	O BCB recebe a informação da receita por transações pelos participantes do Pix através do documento 1201. Dados informados são declaratórios.
Promover a inclusão financeira.	Incluir no primeiro ano de operação 5% da população brasileira.	Em seis meses de operação plena, o Pix inclui mais de 18 milhões de cidadãos que antes não realizavam TEDs (quando comparado aos 12 meses antes da entrada de operação do Pix).	16/11/2020 a 30/04/2021	Mais informações podem ser obtidas em < https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/estatisticaspix >.
Alavancar a eletrônica dos pagamentos com redução do custo social relacionado ao uso de instrumentos baseado em papel.	Aumentar o tamanho da fatia dos meios digitais no mundo dos pagamentos em, ao menos, 10% no primeiro ano.	Além da inclusão de mais de 18 milhões de cidadãos no mundo digital de pagamentos, o perfil de utilização dos meios eletrônicos foi alterado para aqueles que já tinham acesso ao sistema. Para aqueles que já realizavam TEDs, o perfil de uso das TED se manteve, e, em média, cada cidadão realizou pelo menos mais três transações por mês do que já realizava.	16/11/2020 a 30/04/2021	Comparamos a base de dados do Pix com a base de dados da TED e avaliamos a quantidade média de transações realizadas pelos cidadãos.

Fonte: Elaboração própria

Outras informações sobre os resultados da iniciativa

Em complemento ao objetivo da iniciativa “Fomentar a competitividade e a eficiência do mercado de pagamentos”, informamos que o cálculo do HHI leva em consideração o *market share* de cada participante do arranjo e indica o índice de concentração no mercado. No guia para Análise de Atos de Concentração, divulgado pelo Comunicado BCB 22.366, de 27 de abril de 2012, há a definição abaixo:

1. entre 0% e 10% - baixa concentração
2. acima de 10% até 18% - moderada concentração
3. acima de 18% até 100% - elevada concentração

Outra evidência de que o Pix foi bem aceito pela sociedade é o fato de que, com menos de três meses de lançamento, a quantidade de transações Pix superou a quantidade de TED e DOC somadas. As inovações do Pix proporcionaram mais eficiência ao mercado, trazendo benefícios reais à realidade dos empreendedores, desde os pequenos até as grandes empresas.

Por fim, hoje, o Pix tem 231.272.851 milhões de chaves Pix cadastradas entre 82.067.404 milhões pessoas físicas e 5.415.094 milhões de pessoas jurídicas e esse número segue aumentando todos os dias. Mais dados sobre o Pix podem ser encontrados na página de estatísticas do Pix listada no item 14.

Como os recursos foram utilizados?

Recursos Humanos: Os servidores do Banco Central foram os responsáveis pela concepção, especificação e desenvolvimento do Pix. O Banco Central promoveu a realocação interna de servidores entre os departamentos, buscando uma maior otimização da força de trabalho e, portanto, não houve gasto extra para o erário.

Recursos Financeiros: Os custos para o desenvolvimento do Pix, envolvendo investimento de TI e o custeio em 2020 e serviços de mão de obra terceirizada, totalizaram aproximadamente R\$ 13 milhões. Além desses valores, estavam previstos recursos para a realização de eventos e viagens para reuniões técnicas. Dado o cenário de pandemia, as viagens e eventos presenciais foram suspensos, tendo sido substituídos pela realização de eventos virtuais e reuniões via videoconferência; portanto, houve significativa economia de tais recursos, com um alcance maior de público nos eventos realizados.

Recursos Tecnológicos: As plataformas tecnológicas para o funcionamento do Pix, que são providas pelo Banco Central, a saber – (i) infraestrutura de liquidação centralizada (SPI); (ii) Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT); (iii) sistema de monitoramento –, foram desenvolvidas exclusivamente para o Pix e os gastos estão incluídos nos investimentos mencionados no item anterior.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

A necessidade foi identificada após o aprofundamento da análise sobre o mercado de varejo ao longo dos anos, resultando na publicação de diretrizes, estudos e relatórios. Relatórios como o “Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil”, o “Relatório sobre a indústria de cartões de pagamento”, além da atribuição legal dada ao BC, por meio da Lei nº 12.685, de 09 de outubro de 2013, para organizar e ajustar o estoque de arranjos de pagamento, resultou pela primeira vez, em 2014, no “Relatório de Vigilância do Sistema de Pagamentos Brasileiro”, onde, pela primeira vez, o Banco Central manifesta o interesse em desenvolver uma solução de pagamento instantâneo no Brasil.

Foram realizadas mais de 10 visitas técnicas em outras jurisdições para mapear as experiências, além da realização de uma pesquisa de hábitos de uso de meios de pagamento, em 2019, que envolveu a aplicação de um survey com pessoas físicas (1.519 entrevistados em todo o Brasil), survey com estabelecimentos comerciais (615 entrevistas), bem como a aplicação de um diário de pagamentos (1.379 diários recolhidos).

Adicionalmente, foram realizadas diversas interlocuções com agentes específicos de diversos setores, bem como adotada sistemática de consulta por meio de grupos de trabalho, no âmbito do Fórum Pix, que envolvia não só instituições do sistema financeiro e de pagamentos, como representantes do varejo, automação comercial, entre outros. Foram ainda realizados workshops e painéis, bem como o Regulamento do Pix passou por um processo de consulta pública.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

Desde o início do trabalho, foi criada uma página específica para o Pix no site do Banco Central, bem como uma seção de perguntas frequentes. Foram realizadas diversas coletivas à imprensa e veiculadas inúmeras notícias no site do BC e *posts* nas redes sociais.

O Fórum Pix é o ambiente de discussões e de coordenação dos diversos agentes de mercado. O objetivo do Fórum é subsidiar o BC no papel de definidor das regras de funcionamento do ecossistema de pagamentos instantâneos e dar transparência aos trabalhos desenvolvidos.

São participantes do Fórum Pix representantes de prestadores de serviços de pagamento (através de associações representativas de âmbito nacional), prestadores e potenciais prestadores de serviços de conectividade; potenciais prestadores de serviço de iniciação de pagamentos; usuários finais de serviços de pagamento (tanto pagadores quanto recebedores, por meio de associações representativas de âmbito nacional) e o Banco Central do Brasil.

A sessão plenária acontece a cada 45 dias, totalizando seis reuniões no ano, e trata sobre a agenda de trabalho, sobre a atualização do andamento dos trabalhos nos Grupos Temáticos e esclarecimento de dúvidas. No âmbito do Fórum Pix, existem três grupos temáticos: (1) o GT Negócio, (2) o GT Padronização e Requisitos Técnicos e (3) o GT de Segurança, onde são discutidas especificidades do desenvolvimento do projeto. Além disso, foi publicado no site do BC toda a especificação das regras, à medida que as discussões evoluíam.

O Fórum Pix continua em pleno funcionamento em razão dos trabalhos relacionados à agenda evolutiva do Pix prevista para os próximos anos.

Há um e-mail corporativo específico aberto para receber dúvidas e questionamentos relacionados ao Pix, sendo um canal direto especialmente com as instituições participantes ou potenciais participantes do Pix.

Além disso, o Banco Central disponibiliza o RDR que é o sistema de Registro de Demandas do Cidadão. É através dele que todas as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central tomam conhecimento e prestam esclarecimento sobre as reclamações e denúncias registradas no BC pelo cidadão demandante em relação ao Pix e outras demandas relacionadas à área de atuação do BC.

Por fim, o Banco Central disponibiliza o Registrato, que é um extrato que viabiliza a consulta das chaves Pix cadastradas em um CPF ou CNPJ. Essa consulta permite que o cidadão controle em quais instituições financeiras ou de pagamento ele contém chaves Pix cadastradas.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Os principais desafios foram: (1) garantir que fosse implementado um sistema de pagamento instantâneo no Brasil aberto e competitivo, o que levou o Banco Central a assumir a responsabilidade por centralizar a discussão e desenvolvimento da solução; (2) garantir a integração e a interlocução com todos os agentes do mercado levou o BC a instituir o Fórum Pix e a criar as caixas de e-mail, gerenciadas diariamente por equipes especializadas, com foco em atender às demandas dos participantes do Pix; (3) garantir que o Pix seria de fato acessível à maior parcela da população exigiu do Banco Central o estabelecimento de gratuidades para usuários finais e definiu a obrigatoriedade de participação no Pix para instituições autorizadas pelo BC com mais de 500 mil contas, consideradas as contas de

depósito à vista, as contas de depósito de poupança e as contas de pagamento pré-pagas e também a permissão para que instituições de pagamento não sujeitas à autorização pelo Banco Central participassem do Pix. Essas instituições passam a integrar o SPB a partir do momento em que apresentarem pedido de adesão ao Pix, ficando sujeitas à regulação e à supervisão do BCB, por meio de um processo proporcional aos riscos; (4) garantir a competição entre os participantes do Pix levou o BC a desenvolver a API Pix padronizada e a estabelecer a interoperabilidade nas transações; (5) garantir a melhor experiência Pix ao usuário pessoa física levou o BC a criar um Manual de Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário, parte do regulamento do Pix; (6) comunicar os benefícios do Pix e incentivar o seu uso demanda do BC um diálogo constante com a população por meio de suas redes sociais, site oficial e campanhas em outros meios de comunicação.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Os principais fatores foram: (1) trabalho coordenado entre as diversas equipes do Banco Central, (2) escopo do projeto bem definido, (3) patrocínio e apoio da Diretoria do Banco Central, (4) servidores qualificados e comprometidos com a busca de resultados, (5) relevância da iniciativa para a sociedade.

Links

https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/estatisticaspix
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/perguntaserespostaspix
https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/registrato
https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/bchashtag

Responsável institucional: Angelo José Mont Alverne Duarte –
Chefe de unidade

Equipe envolvida:

Alexandre Guido Vallerao	Consultor
Angelo José Mont Alverne Duarte	Chefe de Unidade
Breno Santana Lobo	Consultor
Caio Moreira Fernandes	Chefe-Adjunto de Unidade
Carlos Eduardo Chioquetta	Analista
Carlos Eduardo de Andrade Brandt Silva	Chefe-Adjunto de Unidade
Eduardo Weller	Chefe-Adjunto de Unidade
Filipe Correa Lima da Silva	Coordenador
Flavia Silveira Correia	Chefe-Adjunto de Unidade
Guilherme Buscacio Paolucci	Analista
Gustavo Santinoni Vera	Chefe de Subunidade
Irvys Rennan Soares Bonfim	Chefe de Subunidade
Janaina Pimenta Attie	Chefe de Subunidade
Judah Barbosa Rodrigues Reis	Coordenador

Lilian Holmes Maranhão	Assessor Sênior
Mayara Trindade Yano	Assessor Pleno
Natacha Gadelha Rocha	Assessor Pleno
Ricardo Pereira de Araujo	Chefe de Subunidade
Ricardo Teixeira Leite Mourão	Consultor
Willame Ferreira de Miranda	Analista

Parceiros:

Flavia Filippi Giannetti	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Gerente de Relacionamento com o Sistema Financeiro
Ildeu Borges	Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Conexis)	Regulatório
Reiner Araujo Fonseca	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	Assessoria Institucional da Diretoria – AID



2º Lugar

Conecta gov.br Ministério da Economia

O Conecta gov.br é um programa que promove a troca automática e segura de informações entre os sistemas para que o cidadão não tenha que reapresentar informações que o governo já possui.

O programa fomenta uma mudança cultural na prestação de serviço público, proporcionando uma transformação digital mais profunda, baseada no reuso de dados. Isso desonera o cidadão, simplifica o serviço público, reduz fraude e traz segurança e economia para todo o processo.

O Conecta gov.br, da Secretaria de Governo Digital, oferece os seguintes serviços aos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional: (1) um catálogo de API, para facilitar a descoberta dos dados disponíveis; (2) custeio de API por meio de contrato centralizado para diminuir o tempo necessário para implementar uma integração de dados, evitando ainda que cada órgão faça um contrato específico para acesso aos dados; (3) barramento de interoperabilidade, para gerenciar os acessos e adequar o uso de dados à Lei Geral de Proteção de Dados.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

A prestação de um serviço público, em geral, exige, por um lado, que o cidadão apresente documentos e preencha formulários e, por outro lado, que o governo valide manualmente as informações prestadas. Muitas vezes, essas informações já foram apresentadas previamente pelo cidadão para o governo, como, por exemplo, o nome, a data de nascimento etc.; ou são geradas pelo próprio governo, como, por exemplo, a certidão de antecedentes criminais.

Essa situação gera insatisfação do cidadão, traz custos operacionais e aumenta os riscos de ocorrência de erros e fraudes.

Nesse contexto, a integração de dados aparece como uma solução para a simplificação dos serviços públicos, sendo um dos componentes da transformação digital. Todavia, os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional nem sempre percebem o problema ou não buscam solucioná-los. Um dos motivos é a dificuldade de integrar dados: (1) para acessar os dados de outro órgão, primeiro é preciso que o órgão detentor da informação autorize o órgão que deseja recebê-la, o que pode demorar entre seis meses e três anos; (2) para acessar os dados que estão nas empresas públicas Serpro e Dataprev, é necessário contratá-las, o que custa dinheiro e tempo. Em 2019, apenas 20% dos órgãos federais validavam de maneira automática os dados de CPF, por exemplo.

O Conecta gov.br visa, primeiramente, sensibilizar os gestores de serviços ao princípio “apenas uma vez”, pelo qual o cidadão não precisa apresentar seus dados ao governo mais de uma vez. Além disso, o Conecta gov.br visa facilitar o acesso aos dados pelos órgãos e entidades, diminuindo as barreiras atuais. O objetivo final é alcançar um cidadão mais satisfeito, um governo menos burocrático e uma maior economia para ambos.

Qual foi a inovação implementada?

O Conecta gov.br atua em dois grandes eixos:

1. Promover a mudança cultural para um governo integrado

Trata de promover uma sensibilização para que os gestores públicos entendam o princípio “apenas uma vez”, que já é bastante difundido no exterior (*once only principle*), sobretudo em países como a Estônia, Dinamarca, Reino Unido, Canadá e Uruguai.

Essa mudança cultural está sendo possível pela divulgação do tema interoperabilidade nos planos de transformação digital dos órgãos. As iniciativas do Conecta gov.br já estão presentes em mais de 55 órgãos e entidades.

A abordagem é a seguinte:

- primeiro, é feita uma apresentação dos conceitos, dos ganhos obtidos com a interoperabilidade e das iniciativas disponibilizadas pelo Conecta gov.br;
- em seguida, os órgãos e entidades são convidados a fazerem um diagnóstico de necessidades que revela quais serviços públicos poderiam obter dados de maneira automática, mas ainda não o fazem;
- de posse desse levantamento, é feito um planejamento para que os órgãos promovam as alterações nos serviços públicos.

Isso tudo é gerenciado no âmbito dos planos de transformação digital de cada órgão, cuja responsabilidade de execução é do Comitê de Governança Digital, presidido pelo secretário-executivo do órgão, conforme preconiza o art. 2º da EGD - Estratégia de Governo Digital (Decreto nº 10.332/2020).

Uma ação importante que ajudou na sensibilização dos gestores foi a criação da calculadora de economia com a interoperabilidade, que permite calcular os impactos econômicos das ações de interoperabilidade.

Para estimar a economia, foram identificadas quais tarefas, tanto dos cidadãos quanto dos agentes públicos, foram eliminadas em função da integração de dados promovida em um serviço específico. Para cada tarefa eliminada, foi estimado o tempo economizado, e esse tempo foi então transformado em um valor financeiro com base no valor de remuneração dos agentes públicos e da renda média dos usuários do serviço. Por fim, foi multiplicado pelo volume anual de atendimentos que se beneficiam da integração.

Para estimar o tempo médio gasto na execução das tarefas eliminadas, foi desenvolvida uma pesquisa por meio de um simulador *on-line*. Foram criados dois formulários eletrônicos para a simulação, sendo um com tarefas executadas pelo cidadão e outro com tarefas executadas pelo agente público. O tempo de realização das tarefas foi registrado automaticamente e cerca de 250 pessoas participaram da simulação.

Tempo gasto para realização das tarefas

Tarefas do cidadão	Tempo
Digitização de campos de formulários	11 segundos por campo
Busca de informação/documentos em casa	1 minuto e 39 segundos por documento
Busca de informação/documentos na internet	2 minutos e 48 segundos por documento
Busca de informação/documentos presencial em algum órgão	90 minutos
Apresentação de documentos (<i>upload</i>).	1 minuto e 54 segundos por documento
Tarefas do governo	Tempo
Conferência de campos de formulários	8 segundos por campo
Validação de Certidão	5 minutos e 19 segundos por documento

Essa pesquisa revelou que um serviço público que obtém dados de maneira automática economiza, em média, R\$ 8,00 por atendimento.

Dessa maneira, o gestor pode perceber mais objetivamente os impactos da interoperabilidade.

2. Facilitar a obtenção automática de dados

A mudança cultural foi o primeiro passo, mas era necessário facilitar o acesso aos dados, caso contrário, haveria um longo período para que essa mudança cultural se efetivasse na prática.

Para acelerar essa transformação, o Conecta gov.br proveu as seguintes soluções:

Catálogo de APIs

O Catálogo de APIs é um portal de informação sobre as principais APIs governamentais. O objetivo é facilitar a descoberta das APIs disponíveis. API é uma tecnologia que permite um sistema “conversar” com outro sistema sem intervenção humana.

O catálogo disponibiliza informações como:

- Quais são as API e quais informações elas disponibilizam.
- Quais ganhos elas proporcionarão para o serviço público.
- Como acessá-las e com quem tirar dúvidas.
- Quais são as API gratuitas, oferecidas pela Secretaria de Governo Digital por meio de contratos centralizados.

O portal conta hoje com mais de 40 API catalogadas e pode ser acessado pelo link: <gov.br/conecta/catalogo>.

Custeio de API

A disponibilização de API exige uma infraestrutura tecnológica e, para suportar esse custo, as empresas públicas Serpro ou Dataprev cobram pelo acesso à API. De acordo com o Decreto nº 10.046, quem deve pagar por esse custo é o órgão que está recebendo a informação.

Para evitar que cada órgão faça um contrato específico e para diminuir o custo das consultas pelo ganho de escala, o Conecta gov.br centralizou a contratação desses serviços. Isso simplificou muito o acesso aos dados, porque o órgão interessado faz apenas uma adesão ao contrato centralizado (por meio de ofício de adesão).

Uma demonstração dessa catalização é a rapidez com que os órgãos acessam os dados. De janeiro/2020 a abril/2021, mais de 50 órgãos e entidades aderiram ao Conecta. Tentando fazer um paralelo, não seria razoável acreditar que 50 órgãos fariam, cada um, um contrato específico nesse mesmo período.

Atualmente, são quatro API custeadas de maneira centralizada pelo Conecta:

- Cadastro Base do Cidadão - CPF (Receita Federal);
- Dados cadastrais de CNPJ (Receita Federal);
- Beneficiário do BPC - Benefício de Prestação Continuada (INSS);
- Cadastro Base de Endereço - CEP (Correios).

Barramento de Interoperabilidade de Dados

Com o aumento da disponibilização de API e do número de órgãos conectados a elas, foi necessária uma ferramenta para gerenciar essa rede de conexões. A ferramenta, que é o barramento de interoperabilidade de dados instituído pelo Decreto nº 8.936/2016, permite:

- liberar ou revogar o acesso a uma API;
- ter o controle de quem está acessando as API e para qual finalidade (conforme Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD);
- proteger a infraestrutura tecnológica do cedente de dados;
- gerar relatórios de acesso aos dados, tanto para quem cede os dados, como para quem recebe os dados;
- auditar os acessos.

A plataforma também é oferecida aos órgãos e entidades por meio de contrato centralizado, sem custo para os órgãos aderentes. Atualmente, são 11 API disponibilizadas na plataforma:

- Cadastro Base do Cidadão - CPF (Receita Federal);
- Dados cadastrais de CNPJ (Receita Federal);

- Beneficiário do BPC - Benefício de Prestação Continuada (INSS) ;
- Cadastro Base de Endereço - CEP (Correios);
- Certidão de Antecedentes Criminais (Polícia Federal);
- Certidão de Quitação Eleitoral (TSE);
- Dados Biográficos da ICN - Identificação Civil Nacional (TSE);
- Dados Biométricos - Digital - da ICN - Identificação Civil Nacional (TSE);
- Dados Biométricos - Facial - da ICN - Identificação Civil Nacional (TSE);
- Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sipra (Incra);
- Siape Ocorrências (SGP/ME).

O barramento está em expansão, com mais seis órgãos interessados em disponibilizar API: Ministério do Turismo, Anvisa, Aneel, Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, Ministério da Defesa e CADE. A disponibilização irá ocorrer ainda em 2021.

Quais são os objetivos da iniciativa?

1. Simplificar os serviços públicos por meio da integração de dados.
2. Viabilizar o princípio “apenas uma vez”, pelo qual o cidadão não deve rerepresentar informação que o governo já possui.
3. Promover a mudança cultural para um governo integrado.
4. Facilitar a obtenção automática de dados pelos órgãos e entidade federais.
5. Facilitar a adequação do uso de dados à LGPD por meio de plataforma centralizada.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

1. Cidadão usuário do serviço público, pois terá serviços simplificados pela integração de dados.
2. Órgãos da administração pública federal, que terão facilidade em obter dados de maneira automática.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

Para execução do projeto, as seguintes etapas foram realizadas:

- *Contratação centralizada do acesso aos dados*

Como grande parte dos dados governamentais são operados pelas empresas públicas Serpro e Dataprev, foi realizada contratação para custeio centralizado do acesso aos dados.

- *Disponibilização de dados*

A partir de um levantamento das necessidades comuns dos órgãos, foi realizada a priorização dos dados a serem disponibilizados no Conecta, levando-se em conta a quantidade de serviços públicos que, potencialmente, iriam se beneficiar da obtenção automática de dados. A partir dessa priorização, foram feitas negociações com os detentores dos dados para que eles autorizassem o acesso aos dados por meio do Conecta.

- *Sensibilização dos órgãos e entidades*

No âmbito dos planos da transformação digital de cada órgão, foram feitas diversas apresentações sobre o projeto para demonstrar o princípio “apenas uma vez”, a calculadora de economia com interoperabilidade e as soluções disponíveis no Conecta gov.br.

- *Diagnóstico de necessidades dos órgãos*

Cada órgão realiza uma análise para identificar quais serviços

públicos poderiam consumir dados de maneira automática, mas não o fazem ainda.

- *Pactuação*

Cada órgão faz um planejamento de quando os serviços públicos serão integrados, identificando as datas de entrega para o cidadão. Esse planejamento é pactuado no plano de transformação digital do órgão.

- *Monitoramento*

Mensalmente, os órgãos são monitorados quanto ao cumprimento dos acordos feitos na pactuação. O monitoramento avalia o andamento do projeto e auxilia na resolução de eventuais impedimentos.

Na verdade, essas etapas denotam um ciclo que será repetido diversas vezes. Em cada ciclo, novos dados serão disponibilizados para os órgãos.

Até a data corrente, o projeto já executou dois ciclos:

- 1º ciclo: ofereceu dados do Cadastro Base do Cidadão (CPF), entre janeiro/2019 a dezembro/2020.
- 2º ciclo: ofereceu dados do CNPJ, CEP, Certidão de Antecedentes Criminais e Certidão de Quitação Eleitoral, iniciado em janeiro/2020 e ainda está em andamento.

Em paralelo, existe o desenvolvimento da disponibilização dos conjuntos de dados a serem ofertados para o próximo ciclo, de acordo com o levantamento realizado junto aos órgãos.

Cabe destacar que, entre o primeiro e o segundo ciclo, foi elaborada a calculadora de economia com interoperabilidade, já detalhada no item 2.

Por que a iniciativa é inovadora?

Primeiramente, porque o Conecta promove uma mudança cultural na prestação do serviço público. Em que pese já houvesse integração de dados em grandes serviços públicos, isso não representava, antes do Conecta, um movimento institucional, estratégico e coordenado.

Segundo, porque a iniciativa tem um impacto direto na vida dos cidadãos de uma maneira diferente. Já estamos acostumados com a digitalização dos serviços: eles deixam de ser presenciais e passam a ser digitais. Porém, o cidadão, na maioria das vezes, continua precisando preencher diversos formulários (agora *online*) e apresentar diversos documentos (por meio de *upload* de arquivos). Com a integração, a transformação no serviço público é mais profunda. Os serviços se tornam mais simples, mais ágeis, mais seguros e mais acessíveis. Por mais acessíveis, consideramos que a população de baixa renda acessa a internet com precariedade e, portanto, quanto menos formulários e menos documentos a serem apresentados, mais acessível é o serviço público.

Terceiro, porque desconhecemos, no Brasil, uma iniciativa similar, que visa disponibilizar dados de órgãos diferentes de maneira centralizada. Alguns órgãos já disponibilizavam o acesso aos seus dados, mas não havia uma racionalização dos processos. Cada órgão que queria obter o acesso a um dado, precisava descobrir, isoladamente, quais dados estavam disponíveis, entender o processo de solicitação de acesso, realizar uma contratação com o fornecedor de dados. Com o Conecta, os órgãos são guiados pelo processo de ponta a ponta. Os resultados obtidos em um curto espaço de tempo demonstram o caráter inovador da solução.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivos da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou?
Promover a integração nos serviços públicos.	900 serviços públicos até 2020 (EGD).	406 serviços públicos.	Jan/2020 a Abr/2021	Os órgãos relatam mensalmente os serviços públicos que foram integrados ao Conecta nos planos de transformação digital.
Quantificar os impactos da integração de dados.	R\$ 1,6 bilhão de economia	R\$ 632 milhões de economia	Jan/2020 a Abr/2021	Por meio da quantidade de transações gerenciadas no barramento de interoperabilidade de dados, considerando a economia unitária revelada pela calculadora de economia com interopera.
Expandir a política de integração nos órgãos e entidades federais.	100 órgãos aderentes	34 órgãos	Jan./2020 a Abr./2021	Por meio do barramento de interoperabilidade de dados que gerencia o acesso dos órgãos e entidades.

Fonte: Elaboração própria

Como os recursos foram utilizados?

Recursos Humanos: <ul style="list-style-type: none">Equipe de 10 pessoas da Secretaria de Governo Digital
Recursos Financeiros: <ul style="list-style-type: none">Cinco contratos centralizados, três com Serpro e dois com a Dataprev.Despesa executada de R\$ 8,2 milhões e custo estimado até final de 2021 de mais R\$ 3,7 milhões, totalizando R\$ 11,9 milhões em dezembro de 2021.Economia estimada já proporcionada de R\$ 632 milhões, conforme calculadora de economia com interoperabilidade apresentada anteriormente.
Recursos Tecnológicos: <ul style="list-style-type: none">Barramento de interoperabilidade de dadosAPIsRede blockchain

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

Inicialmente, a necessidade surgiu a partir dos planos de transformação digital do Governo Federal. A Secretaria de Governo Digital, em conjunto com a Escola Nacional de Administração Pública, realizou em 2017 o Censo de Serviços Públicos, que levantou várias informações sobre os serviços públicos prestados por cada órgão, incluindo os documentos exigidos para a prestação dos mesmos. Foi possível, então, identificar quais os principais documentos exigidos e também priorizar quais deveriam ser as primeiras ofertas para incentivar a obtenção automática de informações, sempre com a visão de desonerar o cidadão da obrigação de apresentar documentos cujas informações já estão de posse do governo.

Em paralelo a esse processo, um *benchmark* internacional revelou que outros países possuíam iniciativas de integração de dados. Na União Europeia, o movimento é muito forte, identificou-se o princípio “*once only*”, que considera que o cidadão não deve fornecer informações ao governo que já tenham sido fornecidas, somente uma vez. Essa identificação também colaborou para o início do projeto.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

A iniciativa e seus resultados encontram-se divulgados no site gov.br/conecta.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

1. Dificuldade histórica de compartilhamento de dados entre os órgãos e entidades governamentais

Historicamente, sempre houve necessidade de compartilhamento de dados entre órgãos e entidades governamentais. No entanto, o tratamento para se alcançar o compartilhamento era realizado bilateralmente, órgão a órgão. Não haviam processos ou critérios de compartilhamento padronizados no governo como um todo, e, muitas vezes, para ceder o acesso ao seu dado, o órgão exigia o acesso a outro dado do órgão interessado como contrapartida. Os poucos órgãos que cediam dados estavam acostumados com seus processos lentos e burocráticos.

Essa cultura retrógrada foi um dos dificultadores do projeto. Não foi fácil convencer alguns órgãos a simplificar seus processos e a ceder o acesso sem exigir contrapartidas. O Conecta reforçou a visão de que o dado não pertence ao órgão, mas sim ao cidadão. E que o fato de um órgão custodiar esse dado, não lhe dá o direito de utilizá-lo como moeda de troca. O dado é para uso do governo como um todo, resguardadas todas as regras de segurança e privacidade definidas na Lei Geral de Proteção de Dados.

Para romper com essa cultura, foram necessárias diversas reuniões de articulação, estudos sobre a legislação brasileira e estrangeira e o apoio da alta gestão, diretamente dos secretários de governo digital e de modernização do Estado.

2. Contratação complexa, com modelo de precificação que ainda não estava consolidado para um contrato genérico

Do ponto de vista financeiro, disponibilizar o acesso aos

dados possui um custo de desenvolvimento e operação da solução tecnológica para tanto, que muitas vezes era repassado ao órgão interessado no acesso, trazendo um impedimento associado à capacidade orçamentária e também administrativa de se fazer uma contratação.

Além disso, contratações de soluções tecnológicas de acesso aos dados por meio de APIs não eram comuns no Governo Federal e as existentes eram para acesso a uma API específica.

O desafio foi, então, fazer um contrato genérico que não explicitasse quais API seriam suportadas no contrato, de forma que novas API pudessem ser incorporadas ao longo do tempo. Da mesma forma, não existia modelo de contratação para a solução tecnológica de *blockchain*. Foi necessário a definição de um modelo novo de precificação que atendesse aos requisitos acima, em conjunto com a Central de Compras do Ministério da Economia, o Serpro e a Dataprev, que levou pelo menos dois anos para estar maduro o suficiente para a realização da contratação.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

1. engajamento da equipe;
2. trabalho em conjunto com os órgãos para priorização da iniciativa;
3. planos de transformação digital dos órgãos, com uma rede de monitoramento envolvendo a alta administração;
4. arcabouço normativo promovido no âmbito do projeto, como a
 - Lei nº 14.129/2021, inciso IX do Art. 3º
 - Lei nº 13.726/2018, § 3º do Art. 3º
 - Decreto nº 9.094/2017, Art 2º
 - Decreto nº 10.046/2019

Links

<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/conecta-gov.br/conecta.mp4>

Responsável institucional: Renan Mendes Gaya Lopes dos Santos - Coordenador Geral

Equipe envolvida:

Antônio Felipe Ferreira Pires	Analista Técnico Administrativo
Cleiton Araújo de Oliveira	Analista em Tecnologia da Informação
Cívio Couto Oliveira	Analista em Tecnologia da Informação
Diego Mariano de Oliveira	Analista em Tecnologia da informação
Henrique Benassi de Oliveira	Analista Técnico Administrativo
Liz Costa Rocha Alves	Analista Técnico Administrativo
Luis Otávio Pires Farias	Analista Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Márcia Mendonça Cardador	Analista em Tecnologia da Informação
Paulo Giovanny Rodrigues de Souza	Analista em Tecnologia da Informação
Roberto Gil de Andrade	Analista em Tecnologia da Informação
Rodrigo Gonçalves de Brito	Analista em Tecnologia da Informação
Rone Alves Ribeiro Lima	Analista em Tecnologia da Informação
Sarah Ferreira Sena	Analista em Tecnologia da Informação
Tyessa Neiva de Freitas	Analista em Tecnologia da Informação

Parceiros:

Clarice Gomes Oliveira	Secretaria Especial de Modernização do Estado – Presidência da República	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Juliano Brito da Justa Neves	Receita Federal do Brasil – RFB	Auditor Fiscal da RFB
Loyane de Sousa Tavares	Secretaria de Governo Digital	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Luciano Augusto Alves Valadares	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev)	Analista de Negócios
Lucy Mitiko Tashiro	Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	Analista de Negócios



3º Lugar

Novos modelos de trabalho no serviço público (Free-LA! e time volante)

Ministério da Economia

O LA-BORA! gov é o laboratório de gestão inovadora de pessoas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), Ministério da Economia. Desde o início de nossa atuação, em dezembro de 2019, encontramos dificuldade em montar um time. O cenário mostra uma atuação de servidores moldada por regras rígidas, que limitam as atividades a atribuições específicas e que não refletem as necessidades atuais. Mais ainda, encontram-se barreiras para movimentar pessoas no Governo. Porém, até hoje, a maioria das soluções para esse desafio se baseia na criação de mais normativos.

Com esse diagnóstico – e a partir da observação da realidade e de *feedbacks* dos servidores –, tivemos um *insight*: no serviço público não faltam competências, interesse ou vontade de aprender por parte dos servidores. Falta um modelo flexível e desburocratizado, que adequa a necessidade da administração pública às competências disponíveis. Foi assim que vislumbramos uma oportunidade de ação: como podemos criar modelos de trabalho simplificados e desburocratizados, que ampliem as possibilidades de trabalho para os servidores e os engajem a gerar valor público? Desse desafio nasceram duas modalidades de trabalho: o time volante e o Free-LA!

O time volante é composto por servidores selecionados por edital, que atuam no LA-BORA! gov duas vezes por semana, em projetos específicos, de acordo com suas competências, mas mantendo o vínculo e a unidade de exercício original.

O Free-LA! é composto por servidores que se cadastram voluntariamente em nosso banco de colaboradores e podem ser convidados a atuar conosco eventualmente em um projeto ou serviço, de acordo com suas competências e interesses.

Ambas as modalidades dispensam ritos burocráticos, baseiam-se em acordos informais entre os atores (servidores, suas chefias e LA-BORA! gov) e têm custo zero para a administração pública. Os servidores do time volante e do Free-LA! melhoram suas experiências no trabalho, constroem redes, disseminam os aprendizados em seus órgãos de origem e oxigenam ideias no serviço público. Esse ganho se reflete em maior engajamento, motivação e no aumento da produtividade.

Esse *case* é um agradecimento e um *feedback* aos servidores do time volante e do Free-LA! Testamos esses processos no LA-BORA! gov. Aprendemos com os erros e qualificamos os modelos. O caminho percorrido foi trilhado pela primeira vez, explorado, muitas vezes arbustivo. As pessoas que o percorreram saíram de suas zonas de conforto para desbravar e experimentar um ambiente desconhecido, instigante. Foram ousadas, corajosas e humildes ao expor suas vulnerabilidades em prol da inovação. Agora é o momento de agradecermos – mostrarmos o quão importante a atuação dessas pessoas é para nós e para os usuários – e escalar!

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

No serviço público, há atividades e projetos ocorrendo simultaneamente, em diversas áreas e demandando competências variadas. A atuação de servidores, entretanto, ainda é moldada por regras rígidas, que limitam as atividades a áreas e atribuições específicas. Muitas dessas atribuições de cargos e atividades foram criadas para atender a necessidades que não refletem a realidade atual. Mais ainda, foram estruturadas como regras inflexíveis, não adaptáveis.

Porém, o mundo atual tem uma dinâmica acelerada, com mudanças abruptas em nível global, como o recente colapso mundial causado pela pandemia do Covid-19. Essas mudanças são percebidas no setor público, que tenta se ajustar, ao mesmo tempo em que precisa realizar entregas de qualidade à sociedade.

Nesse contexto, aumenta-se a procura por servidores qualificados, mas, ao mesmo tempo, encontram-se barreiras para movimentar pessoas no Governo. Algumas iniciativas foram implementadas para tentar dirimir esse problema, como, por exemplo, a Instrução Normativa nº 95, de 30 de setembro de 2020, do Ministério da Economia, que tenta flexibilizar a movimentação para composição da força de trabalho. Concursos e editais para contratação temporária também tentam suprir o gargalo do remanejamento de servidores.

Essas soluções, baseadas em criação de mais normativos, porém, ainda mantêm, por natureza, ritos burocráticos dispendiosos, que muitas vezes resultam em frustração. Assim, verifica-se que existe um vácuo no setor público: apesar de haver interesse dos servidores em atuar em projetos de acordo com seus interesses e competências e de acordo com o interesse da administração pública, esta ainda não conseguiu adequar-se para aproveitar essa oportunidade e, com isso, gerar valor público.

Em nossa história, também passamos por esse desafio. O Laboratório de Gestão Inovadora de Pessoas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia (LA-BORA! gov) nasceu em dezembro de 2019. Desde o início, tivemos dificuldade em absorver servidores: primeiro porque não havia funções ou gratificações disponíveis em número suficiente para atrair o interesse das pessoas, mas, principalmente, em função da demora nos processos de cessão ou movimentação e das reiteradas negativas em liberar servidores por parte de seus órgãos de origem.

Nesse contexto desafiador e de escassez, tivemos um *insight*: não faltam competências, interesse ou vontade de aprender por parte dos servidores. Falta um modelo flexível e desburocratizado, que adequa a necessidade da administração pública ao interesse e às competências disponíveis. E desse *insight*, surgiu a oportunidade de ação!

Qual foi a inovação implementada?

Criamos e implementamos, no LA-BORA! gov, dois novos modelos de trabalho: o time volante e o Free-LA!

Em dezembro de 2019, quando o LA-BORA! gov foi criado, havia apenas uma pessoa em atuação no laboratório. A primeira urgência era formar um time. Para driblar a demora, a burocracia e uma eventual negativa ao final, criou-se um novo processo, o qual chamamos de “time volante”: uma modalidade inédita de trabalho dentro do serviço público brasileiro, que serviu para solucionar os problemas de absorção de servidores. Lançamos dois processos seletivos ao mesmo tempo: um para o time fixo, com duas vagas, e outro para o time volante, com quatro vagas.

Em 12 de fevereiro de 2020, realizamos uma oficina de cocriação da carta de serviços (https://drive.google.com/file/d/1nEaypRHxLbbM-V7XNXD_IXFvjDB04Btb3/view?usp=sharing), ainda no formato presencial, com mais de 60 servidores de mais de 30 órgãos diferentes. Nessa oficina, os grupos criaram, prototiparam e apresentaram sugestões de serviços para a carta. Um deles foi o “intercâmbio de aprendizado” (<https://drive.google.com/file/d/1yUNJ813QT12tqrrjnoX26eY-rwOaBc7MS/view?usp=sharing>), uma plataforma baseada em oferta e demanda de serviços de curto prazo, em que servidores podem atuar em atividades diversas, de acordo com suas competências. Nessa proposta, toda a administração pública estaria contemplada.

Serviço	Objetivo	O que é?	Periodicidade
Intercâmbio de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> → MOVIMENTAR IDEIAS E CONHECIMENTO → PROMOVER MENTORADO → CONECTAR SERVIDORES → GERAR EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS 	PLATAFORMA DE OFERTA E DEMANDA PARA OPORTUNIDADES DE INTERCÂMBIOS DE CURTO PRAZO ENTRE SERVIDORES E ÓRGÃOS QUE TÊM ATIVIDADES EM COMUM.	SERVIÇO A SER OFERTADO DE FORMA CONTÍNUA.
Intercâmbio de Aprendizagem			
Momentando Ideias			

Fonte: : LA-BORA! gov.

Refletimos sobre a importância de oportunizar esses intercâmbios, porém decidimos implementar, primeiro, no próprio laboratório para testar e aprender. Adaptamos a ideia e criamos o Free-LA!, uma forma de trabalho pontual, por projeto ou atividade e com prazo limitado.

O nome foi inspirado no termo ‘freelancer’, um profissional que guia seus trabalhos por projetos, que é livre para agir, pensar, se desenvolver, para encontrar-se em movimento e livre de amarras e com autonomia.

Dessa forma, o time do laboratório é formado por três modalidades de trabalho:

1 - Time fixo: servidores selecionados por edital, com unidade de exercício na SGP e trabalho integral no LA-BORA! gov / Gabinete da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal / Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital / Ministério da Economia.

2 - Time volante: servidores selecionados por edital, que atuam no LA-BORA! gov duas vezes por semana ou o equivalente a 16 horas semanais, em projetos específicos, mas mantendo o vínculo e a lotação na unidade de exercício original. É necessária a anuência da chefia imediata e não há duração específica, já que o fim do acordo pode acontecer a qualquer momento, a pedido de qualquer uma das partes: chefia imediata, servidor ou LA-BORA! gov. Baseia-se em uma troca: os membros do time volante desenvolvem competências de inovação, têm a oportunidade de atuar em um ambiente de aprendizagem e experimentação e levam a prática do laboratório e o conhecimento para dentro de suas unidades.

3 - Free-LA! servidores que se cadastram voluntariamente em nosso banco de colaboradores e podem ser convidados a atuar conosco eventualmente, em um projeto ou serviço, de acordo com suas competências e interesses. Qualquer servidor ou empregado público de qualquer instituição das três esferas pode atuar como Free-LA! e é necessária a anuência da chefia imediata, por e-mail, quando o trabalho ocorre no horário de trabalho.

Não há remuneração adicional pelas atividades desenvolvidas e o custo para a administração é zero. Ademais, os colaboradores não precisam passar por qualquer trâmite administrativo em seu órgão de origem, como no caso de cessão ou de movimentação.

Uma grande diferença na forma de atuação entre as duas modalidades é que o time volante faz parte da equipe e possui responsabilidades e atividades regulares, enquanto no Free-LA! as pessoas interessadas em colaborar são convidadas para atuarem em demandas pontuais do LA-BORA! gov, como na realização de pesquisas e análises de dados, mapeamento de *insights*, elaboração e facilitação de oficinas, produção de vídeos, formulação de materiais e até na criação de um *case*, como esse!

A ideia é considerar a tendência mundial da flexibilidade no trabalho, da atuação diversificada e sob demanda, em contraste ao formato rígido e circunscrito a áreas específicas de atuação. Afinal, trabalhar em um único tipo de tarefa ou passar anos no mesmo ambiente de trabalho, exercendo as mesmas atividades, pode não ser mais uma opção interessante ou possível no mundo digital.

A interação do laboratório com os potenciais colaboradores do Free-LA! ocorre por meio de um banco de colaboradores, criado a partir de um formulário (<http://bit.ly/FreeLa>), em que servidores compartilham as suas competências, interesses e como gostariam de atuar junto ao laboratório. O formulário é consultado pelo time do LA-BORA! gov no planejamento ou durante a execução de projetos, no intuito de agregar perspectivas e saberes externos para enriquecer nossos resultados.

Isso significa que é um processo sem intermediários, horizontalizado, onde o próprio servidor opta por se inscrever e, se for chamado, pode ou não escolher participar.

Em ambos os modelos – Free-LA! e time volante – existem ganhos para todas as partes:

LA-BORA! gov:

- ganha com a diversidade, pois com um time ampliado e com perspectivas variadas, temos mais chances de criar soluções inovadoras e suceder em nossos desafios;
- mantém o olhar na realidade, pois os servidores trazem a visão de fora de um laboratório;
- amplia ou diminui a força de trabalho de acordo com o desafio e as necessidades;
- dribla a burocracia enrijecida de maneira ágil e sem incorrer em riscos quanto às normas vigentes;
- amplia e fortalece a rede de inovação em governo;
- entrega melhores serviços aos usuários (que são os próprios servidores), ao tê-los não só como foco, mas também como criadores das soluções que impactarão em seus trabalhos;
- coloca em prática seu propósito de gerar valor a partir da melhoria da experiência do servidor.

Servidores do Free-LA! e time volante:

- ampliam e fortalecem suas redes;
- praticam novas perspectivas para lidar com desafios de trabalho;
- adquirem novos conhecimentos;
- aprendem metodologias inovadoras;

- transformam a forma como pensam e se comportam diante de problemas públicos;
- têm oportunidade de trabalhar com o que realmente gostam ou que faz sentido para eles;
- trabalham com mais engajamento e motivação.

Unidades de exercício dos servidores do Free-LA! e time volante:

- têm uma ponte direta com um laboratório de inovação;
- aumentam a produtividade por conta do maior engajamento dos servidores;
- têm preferência no pedido de serviços ao LA-BORA! gov.

Após a participação como Free-LA!, o colaborador recebe um certificado com a carga horária dedicada ao LA-BORA! gov e realiza uma avaliação de como foi sua participação. Essa avaliação permite melhorar nossos serviços e aprimorar a interação com os nossos colaboradores eventuais.

Já o time volante é mensalmente certificado, inclusive para comprovar as horas trabalhadas, e periodicamente avaliado em sua atuação. Além disso, cada membro do time volante é mentorado por um membro do time fixo, em reuniões semanais que abordam planejamento do trabalho, apoio emocional e auxílio técnico com relação aos projetos de atuação (essa iniciativa de mentoria tem dado super certo e será um *case* ano que vem!).

Assim, criamos um ambiente interativo no qual todos saem ganhando e aprendendo: o LA-BORA! gov, o colaborador Free-LA!, o time volante, as unidades de origem desses servidores e as pessoas impactadas pelos serviços do LA-BORA! gov.

Quais são os objetivos da iniciativa?

1. criar soluções inovadoras em gestão de pessoas para melhorar a experiência do servidor e gerar valor público (nosso propósito);
2. transformar os modelos usuais de trabalho no setor público;
3. entregar melhores serviços aos usuários;
4. valorizar os servidores, oxigenar e modernizar a gestão de pessoas no governo;
5. otimizar os recursos humanos em um cenário de restrições orçamentárias;
6. animar a rede de troca de experiências e competências no serviço público;
7. aproveitar as competências disponíveis para atuar de forma horizontal, conforme necessidades;
8. furar a bolha da inovação e alcançar mais servidores;
9. inspirar outras unidades a adaptar esses modelos e implementá-los;
10. desafiar e inspirar servidores a atuarem transversalmente, fazer networking e aprimorar os processos de trabalhos na sua área;
11. disseminar conhecimentos, experiências, ferramentas e técnicas de inovação no serviço público.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

O público-alvo da iniciativa são os servidores e os empregados públicos do Brasil, que são impactados diretamente com a possibilidade de atuarem em projetos de inovação, de aprenderem em ambientes colaborativos, criativos e inovadores e têm a oportunidade de aplicar as suas competências fora do seu ambiente usual de trabalho.

Os demandantes e os beneficiários dos serviços prestados pelo LA-BORA! gov são impactados indiretamente pela iniciativa, ao entrarem em contato com os especialistas em assuntos diversos que estão dispostos a compartilhar os seus conhecimentos a fim de gerarem valor e significado público. Além disso, as unidades de origem do time volante e dos Free-LA! também são beneficiárias indiretas.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

Time Volante

- Dezembro de 2019: apresentação da proposta do time volante às lideranças da SGP/SEDGG/ME, que aprovaram a ideia.
- Dezembro de 2019: lançamento do 1º processo seletivo para composição do time volante, com quatro vagas.
- Janeiro de 2020: escolha dos quatro servidores, sendo três do Ministério da Economia e um de um órgão externo (Capes).
- Janeiro de 2020: negociação e realização dos acordos informais com as chefias imediatas sobre a liberação para a atuação no laboratório, com definição das contrapartidas aos setores de origem.
- Fevereiro de 2020: início do trabalho do time volante do 1º edital.

- Agosto de 2020: lançamento do 2º processo seletivo para composição do time volante, com três vagas.
- Agosto de 2020: escolha dos três servidores, sendo um da Agência Espacial Brasileira, um da Polícia Federal e um da UnB.
- Agosto de 2020: negociação e realização dos acordos informais com as chefias imediatas sobre a liberação para a atuação no laboratório, com definição das contrapartidas aos setores de origem.
- Outubro de 2020: início do trabalho do time volante do 2º edital.
- Novembro de 2020: *onboarding* e treinamento do time volante.
- Semanal: mentoria individual com uma pessoa do time fixo.
- Mensal: envio de certificado às chefias com as horas trabalhadas.
- Semestral: reunião com unidades de origem para mostrar os resultados, entregas e realinhar expectativas.

Free-LA!

- Fevereiro de 2020: em nossa oficina de cocriação da carta de serviços, um dos oito grupos de trabalho criaram uma solução chamada “intercâmbio de aprendizagem”.
- Março de 2020: essa ideia foi incubada e testada dentro do próprio LA-BORA! gov, batizada como Free-LA! e lançada em nossa carta de serviços (<https://drive.google.com/file/d/1jOKbIKyryTfWoKTq-zRj5MVNiaG3hT6m/view?usp=sharing>).



Fonte : LA-BORA! gov

- Março de 2020: disponibilização do formulário de inscrição para o Free-LA! Hoje contamos com 153 inscritos.

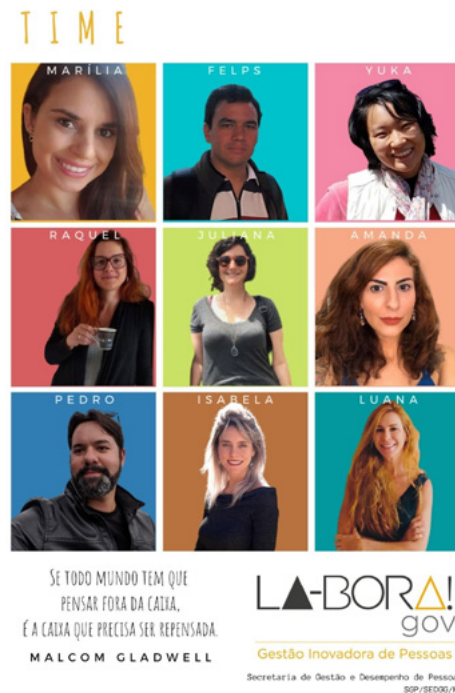


Fonte : LA-BORA! gov

Com o sucesso que tivemos com a experiência do time volante durante oito meses de atuação dos quatro participantes, a decisão de saída de um dos colaboradores e em função do crescimento da demanda do trabalho, decidiu-se pelo lançamento de um segundo processo seletivo em agosto de 2020.

Hoje, somos nove pessoas no time:

- Cinco no time fixo (inclusive uma pessoa que era do time volante e veio para o fixo).
- Quatro no time volante (uma pessoa da AEB, uma da UnB, uma da Capes e uma do ME).



Fonte : LA-BORA! gov

Por que a iniciativa é inovadora?

A iniciativa dos novos modelos de trabalho implementou uma forma de colaboração original no governo brasileiro, que representa uma mudança no paradigma de como se pode trabalhar com mais flexibilidade, explorando competências dos servidores sem precisar passar pelos entraves burocráticos e enrijecidos. Tanto o Free-LA! como o time volante fogem da necessidade de remanejamento-padrão entre órgãos e facilita, dessa forma, uma lógica de colaboração mais dinâmica, alinhada aos interesses e aptidões dos colaboradores e da administração pública.

Podemos ressaltar as seguintes características inovadoras dessa iniciativa:

- a. flexibilidade:** não envolve burocracia por não necessitar da abertura de processo de cessão ou de movimentação do servidor-colaborador;
- b. sem custos adicionais ou perdas:** não há alteração na carga horária do servidor, nem nos rendimentos;
- c. disseminação do conhecimento:** o servidor contribui em áreas de seu interesse e afinidades, o que possibilita o intercâmbio de conhecimentos e a materialização de práticas inovadoras;
- d. mudança de paradigma:** dos trâmites burocráticos à impulsão da liberdade criativa através de um modelo novo e disruptivo de trabalho;
- e. pessoas primeiro:** estruturado por servidores e para servidores;
- f. originalidade:** é uma iniciativa inédita na administração pública;
- g. horizontalidade:** dispensa intermediários e é discricionário do próprio usuário;
- h. valor agregado:** gera valor público e beneficia a todos os atores: servidores atuantes, suas unidades de origem, LA-BORA! gov e cidadãos.
- i. Escalabilidade:** são modelos replicáveis e escaláveis, podendo ser adotados por diversos órgãos que desejem aproveitar as habilidades dos seus servidores.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou?
Transformar os modelos usuais de trabalho no setor público.	Free-LA!: formar um banco de colaboradores amplo e informal para colaboração em projetos conectados às suas competências.	153 inscritos e 40 serviços realizados.	02/2020 a 04/2021	Banco de Colaboradores; relatório de atividades realizadas; formulário de avaliação de serviços.
Transformar os modelos usuais de trabalho no setor público.	Time volante: implementar um time volante no LA-BORA! gov, por meio de edital, com 16h de dedicação semanal, p/ troca de conhecimentos e aprendizagem de metodologias inovadoras.	Sete colaboradores desde o início do LA-BORA! gov. Atualmente, quatro colaboradores membros do time volante.	12/2019 a 04/2021	Inscrição no edital; relatório de atividades realizadas; formulário de avaliação de serviços.

Fonte: elaboração própria.

Outras informações sobre os resultados da iniciativa:

Para avaliar os modelos que criamos com o Free-LA! e o time volante, todas as pessoas que participam dessas iniciativas respondem a um formulário de forma anônima. O formulário é enviado aos Free-LA! após a realização do serviço e, no caso do time volante, o formulário é preenchido a cada seis meses.

Todos os Free-LA! que colaboraram com o LA-BORA! gov, no período de fevereiro de 2020 a abril de 2021, responderam à avaliação e 100% deles afirmaram que participariam novamente de outras atividades. Nas avaliações, 92% consideraram a experiência como excelente e 8% como boa. Nenhum avaliou como regular ou ruim. Do time volante, em sua última avaliação ocorrida em 2021, 100% dos colaboradores afirmaram que recomendariam essa experiência a outros servidores e todos avaliaram a experiência no time volante como excelente.

Atualmente, existem 153 colaboradores inscritos no banco do Free-LA! de mais de 30 instituições diferentes e quatro membros do time volante. Em serviços Free-LA!, já houve 40 participações em atividades de pesquisa, planejamento, elaboração, facilitação e palestra em oficinas, apoio em eventos, produção e edição de vídeos e produção de materiais. Já no time volante, tivemos sete colaboradores desde o início do LA-BORA! gov. Hoje são quatro: um colaborador saiu por iniciativa própria depois de três meses de atuação, um saiu a pedido do LA-BORA! gov, na avaliação do time, após dois meses, por não atender aos requisitos do trabalho e uma pessoa migrou do time volante para o time fixo.

Os comentários dos servidores do Free-LA! e do time volante nas avaliações foram usados para construir um mapa de *insights* que demonstrou resultados qualitativos importantes.

Alguns dos *insights* mais importantes foram:

- As pessoas querem parar de imitar máquinas em seu trabalho para desenvolver e colocar em prática suas competências humanas.
- O Free-LA! e o time volante trazem um fator-chave frente aos desafios públicos: a diversidade de perspectivas.
- Número não é necessariamente valor: as pessoas sentem falta de ambientes de trabalho mais voltados para geração de valor do que simplesmente números.
- Os servidores do Free-LA! e do time volante se conectam com a autenticidade, empatia, organização e animação do time do LA-BORA! gov. O sucesso do engajamento deles depende de mantermos fortes essas características.
- O alto engajamento no Free-LA! e no time volante ajuda a desmistificar a percepção negativa de que os servidores são acomodados e que não desejam aprender, se desafiar, experimentar novas formas de trabalho e impactar as realidades dos usuários.
- É necessário considerar a possibilidade de demandas concorrentes entre o LA-BORA! gov e as unidades de origem dos servidores do time volante e do Free-LA! e conciliar competências, desafios e prazos para manter os servidores engajados.
- O problema da eventual sobrecarga de trabalho dos servidores do time volante e Free-LA! é dirimido quando há suporte mútuo, colaboração e confiança criativa no time.
- Servidores querem aplicar metodologias, técnicas e práticas inovadoras não somente no LA-BORA! gov, mas também em suas realidades profissionais.

- O Free-LA! e o time volante promovem um ambiente em que os servidores podem mostrar o seu melhor lado.
- Os servidores do Free-LA! e do time volante não querem ser microgerenciados ou ensinados como fazer. Querem ter clareza do resultado esperado e ser livres e autônomos para criar e experimentar os caminhos até ele.
- Existe um sentimento de orgulho em participar do time volante e do Free-LA!, que se traduz pela percepção da geração de valor circular: para os usuários/cidadãos, para outros servidores e para si mesmos.

Com o mapa, foi possível identificar as oportunidades de ação para melhorar os serviços de forma iterativa, em um ciclo contínuo de aprendizagem e considerando a perspectiva dos próprios servidores que neles atuam.

Além disso, essas novas modalidades já inspiraram outras iniciativas em outros órgãos. O objetivo do nosso laboratório não é formalizar essas modalidades em normativos, mas sim inspirar que outras unidades as adaptem às suas realidades, sempre qualificando o modelo inicial. Assim, escalamos a ideia sem enrijecê-la ou torná-la burocrática.

A Central de Compras do Ministério da Economia adotou um modelo semelhante ao do Free-LA! para selecionar colaboradores para atividades voluntárias e pontuais nos seus projetos: a Central Colab (<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/central-de-compras/central-colab>).

O projeto Impacta Gov, liderado pelo Departamento de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas, DESEN/SGP/SEDGG/ME, adotou o modelo de time volante para selecionar servidores: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-de-pessoas/pndp/paginas/edital-lideres>.

O projeto 'Experimentação GNova - Projeto engajamento de servidores públicos', da Enap, recrutou parte do seu time inspirando-se no modelo de time volante e usou o banco de colaboradores Free-LA! para apoio em diversas etapas do projeto.

Como os recursos foram utilizados?

Recursos Humanos: O único recurso necessário é o humano: o fator-chave para o sucesso da iniciativa é o acolhimento dos novos colaboradores pelo time fixo do laboratório que presta apoio técnico, emocional, apresenta novas técnicas e ferramentas e organiza o planejamento dos projetos e das atividades que serão realizadas. As mentorias semanais servem justamente para prestar esse apoio ao time volante. No caso do Free-LA!, os colaboradores são inseridos no trabalho que se prestou a fazer de forma integral, de ponta a ponta. Isso amplifica o sentimento de acolhimento e participação ativa.

Recursos Financeiros: Entre os maiores méritos do serviço Free-LA! e do time volante é o fato de serem de custo zero. A iniciativa gera impacto economizando recursos, uma vez que dispensa a contratação de consultorias ou outros serviços terceirizados por parte do LA-BORA! gov para execução de serviços especializados. Também poupa a administração pública de longos processos de remanejamento de servidores.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

O LA-BORA! gov desenvolveu essas novas modalidades de trabalho a partir da escuta das dores e dos anseios de servidores públicos e na percepção desse vácuo institucional. Os usuários diretos do LA-BORA! são servidores. Eles não são apenas foco do serviço, mas também desenham e testam as iniciativas com a gente. Esse *case*, por exemplo, foi cocriado com participação de uma Free-LA!

Tanto o Free-LA! como o time volante são avaliados constantemente

pelos próprios participantes e esses servem para geração de *insights* de melhorias para implementações futuras. Exemplo disso, foram as oficinas de geração de *insights* que realizamos para analisar os *feedbacks* dos Free-LA! e dos servidores do time volante no período de março de 2020 a março de 2021.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

Os resultados dos serviços do LA-BORA! gov são disponibilizados em uma árvore de *links* e em nosso site, que são atualizados constantemente e são acessíveis por qualquer pessoa. Semestralmente e anualmente disponibilizamos um balanço das ações realizadas (https://drive.google.com/file/d/1YvLaBz6NOW02FiZtB5vG_FTA3Ffo3igH/view?usp=sharing), inclusive com a avaliação dos usuários quanto aos serviços. Esses resultados são gerados com o apoio dos servidores do Free-LA! e do time volante. Além disso, prestamos contas periodicamente às chefias que liberam os servidores para atuarem no time volante, dando transparência às entregas realizadas.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Uma das primeiras barreiras foi a negociação com as chefias do time volante, em seus órgãos de origem. Por ser um processo novo e diferente do padrão usual, houve resistências. Porém, elas foram manejadas principalmente com o argumento do potencial aumento de produtividade dos servidores que trabalham mais felizes e conectados com seus propósitos. Além disso, negociamos essa troca ofertando serviços às unidades de origem dos servidores volantes.

Uma dificuldade, principalmente no caso do time volante, é a fragilidade, já que, propositalmente, não há vínculo formalizado e a pessoa pode deixar o LA-BORA! gov a qualquer tempo. Isso pode desfalar o laboratório de forma abrupta. Apesar disso, destaca-se que, até hoje, nenhum colaborador do time volante saiu a pedido do órgão de origem.

Para ambos os modelos – Free-LA! e time volante – também há o desafio de conciliar as atividades no LA-BORA! gov com a rotina do trabalho. Os servidores, principalmente do time volante, podem ficar sobrecarregados em momentos de trabalho mais intenso e urgências. Não obstante essa possibilidade real, os *feedbacks* mostram que os servidores do Free-LA! e do time volante são tão engajados e motivados que estão dispostos a enfrentar esses desafios impostos pelo acúmulo de tarefas para trabalharem no laboratório.

Por fim, as avaliações desses modelos de trabalho mostram o quanto os servidores do Free-LA! têm interesse em continuar desenvolvendo trabalhos conosco, atuando em outras frentes, inclusive. Há muitas pessoas que se inscreveram, mas nunca foram chamadas para atuar. Por um lado, isso é positivo, pois demonstra o interesse dos servidores e o alcance que temos. Porém, ainda não conseguimos dar vazão a todo o potencial que esse modelo de trabalho oferece, mesmo priorizando o chamamento dos Free-LA! para atuar em praticamente todos os nossos serviços. Ainda, optamos por convidar pessoas diferentes para os projetos, ou seja, evitamos repetir os Free-LA!, visando alcançar mais servidores.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Identificamos alguns dos principais fatores que contribuíram para o sucesso da implementação das novas modalidades de trabalho no laboratório:

1. a existência de uma demanda reprimida por parte dos servidores públicos em trabalhar de acordo com suas competências e em atividades diversas;
2. a necessidade latente de novos modelos menos verticais, burocratizados e enrijecidos e mais congruentes com o mundo digital;
3. apoio institucional por parte dos nossos patrocinadores, em especial o Gabinete da SGP;
4. a preexistência de plataforma de inovação em governo, favorecendo a mobilização de redes;
5. aceleração da adoção do trabalho remoto, em virtude da pandemia do covid-19, que permitiu que mais servidores, incluindo de outros estados, pudessem participar das nossas ações.

Links:

https://www.youtube.com/watch?v=Q5_9tmOswek

<https://www.youtube.com/watch?v=J98XKBoABhI&feature=youtu.be>

Responsável institucional:

Luana Silveira Faria – Coordenadora-Geral

Equipe envolvida:

Amanda Olimpio de Menezes	Analista de Ciência e Tecnologia – Capes
Felipe Pontes Guimarães	Tecnologista – AEB
Isabela Maria Lisboa Blumm	Analista Técnica de Políticas Sociais
Juliana de Freitas Ulisses Machado	Analista do Seguro Social
Maria Raquel Stacciarini	Administradora
Mariana Yuka Akamine	Analista Técnico-Administrativo
Marília Mesquita Resende	Psicóloga-UnB
Pedro Stoeckli Pires	Analista Técnico de Políticas Sociais

Parceiros

Maria Martha Lauande da Costa	Ministério da Saúde	Analista Técnica de Políticas Sociais
Samirian Viviani Grimberg	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Analista do Seguro Social

Categoria

Inovação em serviços ou políticas públicas no Poder Executivo estadual, do Distrito Federal e municipal



1º Lugar

Segurança alimentar em tempos de pandemia – o caso de Belo Horizonte

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte



2º Lugar

Quero impactar

Prefeitura Municipal de Recife



3º Lugar

Monitora saúde

Prefeitura Municipal de Campo Grande



1º Lugar

Segurança alimentar em tempos de pandemia : o caso de Belo Horizonte Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Diante da pandemia da Covid-19, o Município de Belo Horizonte desenvolveu um programa emergencial para garantir o acesso à alimentação para as crianças e os adolescentes, em substituição à alimentação escolar, em função da suspensão do atendimento presencial das escolas; além disso, garantir alimentação para as famílias mais pobres do município e demais grupos populacionais que sofreram diretamente com os efeitos econômicos da pandemia por trabalharem na informalidade. O acesso a materiais de higiene, especialmente para famílias pobres que residem em locais com grande adensamento populacional, também seria um desafio a ser enfrentado.

O desenvolvimento e a implementação desse programa contou com a resposta integrada de dezenas de áreas de políticas públicas da cidade, por meio da atuação conjunta de equipes intersetoriais no desenvolvimento de um sistema de fácil acesso para a população e que respondesse de forma ampliada, rápida, simplificada, humanizada e contínua, sem que ocorresse aglomerações (filas para cadastramento ou retiradas de produtos) em mais de 160 lojas de redes de supermercados que receberam, em meio eletrônico, listas de pessoas que poderiam retirar produtos em cada local. Todo o atendimento foi realizado de forma digna e sem constrangimentos ou procedimentos vexatórios para as famílias. Após um ano de atuação, mais de 3,2 milhões de cestas básicas e 500 mil *kits* de higiene foram distribuídos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte à população.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

A pandemia provocada pela Covid-19, com início em dezembro de 2019, alcançou escala global em poucos meses, devido, entre outros fatores, à globalização e ao alto potencial de contágio do coronavírus. Em Belo Horizonte (Minas Gerais), o primeiro caso foi confirmado em 14 de março de 2020. Em 17 de março, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) decretou situação de emergência em saúde pública, definindo o regramento do funcionamento de atividades essenciais e não essenciais e a instalação de comitê de enfrentamento à pandemia na cidade.

Os efeitos da pandemia estão sendo sentidos pela população de diferentes formas e em diferentes níveis. No que se refere à segurança alimentar e nutricional, destacam-se: *mudança de hábitos alimentares, dificuldade de acesso à alimentação diante da queda da renda familiar e emprego, aumento da inflação e dos preços dos alimentos, estados nutricionais de magreza, obesidade e sobrepeso devido a hábitos alimentares de má qualidade (aumento do consumo de alimentos ultraprocessados) ou insuficiência no acesso.*

A situação problema a ser enfrentada pela PBH: garantir o acesso à alimentação para as crianças e os adolescentes em substituição à alimentação escolar, em função da suspensão do atendimento presencial das escolas, assim como para as famílias mais pobres do município e demais grupos populacionais que sofreram diretamente com os efeitos econômicos da pandemia por trabalharem na informalidade. Também seria necessário garantir acesso a materiais de higiene, especialmente para famílias pobres que residem em locais com grande adensamento populacional.

Essa situação-problema precisava de uma solução que considerasse ainda os seguintes problemas secundários: evitar que esses públicos não tivessem o acesso à alimentação negado devido à perda de renda e à alta da inflação em momentos de crise; garantir que o acesso à alimentação desses públicos ocorresse de forma ampliada, rápida, simplificada, humanizada e contínua; atuar para que o processo ocorresse sem aglomerações (filas para cadastramento ou retiradas de produtos); garantir que tudo ocorresse de forma digna e sem constrangimentos ou procedimentos vexatórios para as famílias.

1.1 – Diagnóstico e contextualização: a necessidade da intervenção do governo local

Diversas pesquisas têm trazido evidências dos efeitos da pandemia ao longo dos anos de 2020 e 2021. De forma geral, tem-se que a insegurança alimentar aumentou, sendo mais impactados os indivíduos mais vulneráveis no que se refere ao acesso a refeições e alimentos de forma sustentável. Nesse sentido, a pesquisa “Impactos Primários e Secundários da Covid-19”, de base amostral, com trabalhos de campo realizados em julho de 2020, promovida pela Unicef em parceria com o Ibope Inteligência, analisou, entre outros fatores, a segurança alimentar da população brasileira com 18 anos ou mais durante a pandemia, enfatizando a realidade das famílias que possuem criança e/ou adolescente em seu núcleo.

Uma importante evidência identificada pela pesquisa da Unicef trata da falta de alimentos, dinheiro para compra e fome. Nesse caso, os resultados indicam que em algum momento, desde o início da pandemia, para 21% da população brasileira de 18 anos ou mais (aproximadamente 33 milhões de brasileiros) faltou alimento em seu domicílio e não havia dinheiro para reposição.

Do ponto de vista dos estratos sociais, para o mesmo mês de referência de julho de 2020, os dados indicam que, desde o início da pandemia, as classes “C”, “D” e “E” foram mais impactadas pela pandemia. Aproximadamente 25% dos indivíduos da classe “C” passaram por momentos em que os alimentos acabaram e não havia mais dinheiro para reposição. Para as classes “D” e “E”, essa porcentagem foi de 43%.

Especificamente sobre o público beneficiário do Programa Bolsa Família, 50% passaram por momentos em que os alimentos acabaram e não havia dinheiro para reposição. Esse percentual é consideravelmente mais alto do que no total da população, que foi de aproximadamente 21%.

De maneira complementar, a pesquisa PNAD Covid-19 informa que o rendimento médio real recebido ou efetivamente recebido em Minas Gerais, em novembro de 2020, foi de R\$ 1.902,00, desempenho 6,25% menor do que o normalmente recebido pelos mineiros, que é de R\$ 2.029,00. À luz desse ingresso, do ponto de vista da segurança alimentar, é possível ver o peso da cesta básica sobre o rendimento do trabalhador.

Conforme dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sociais (DIEESE), a cesta básica no mês de novembro de 2020 custou R\$ 552,37 em Belo Horizonte, ante R\$461,28 em março de 2020, também de acordo com o DIEESE. Em outras palavras, tem-se um aumento de 20%, ou seja, quase 17% maior que a inflação estimada para 2020 até o mês de novembro – 3,12% (IPCA).

Considerando o custo da cesta básica em Belo Horizonte e o rendimento efetivamente recebido pelos mineiros, têm-se que 29,30% dos rendimentos dos cidadãos belo-horizontinos podem estar sendo destinados para a compra de alimentos essenciais, conforme PNAD Covid-19. Como o rendimento médio efetivamente recebido está em queda e o custo da cesta básica em tendência de alta, constata-se um quadro de maior pressão sobre a renda das famílias para fins de promoção da segurança alimentar.

Essa situação torna-se mais crítica durante o ano de 2021 em função da suspensão do pagamento do Auxílio Emergencial, previsto pela Lei nº 13.982 de 02 de abril de 2020, cujo valor varia entre R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00 por família. Conforme dados do Observatório das Metrôpoles em parceria com a PUC do Rio Grande do Sul e com a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina, caso esse benefício não tivesse sido pago à população durante o ano de 2020, o quadro de desigualdade de renda aferido pelo Coeficiente de *Gini* nas capitais do país seria ainda mais crítico do que a realidade existente no país anterior à crise. Destaca-se que o Auxílio Emergencial contribui para a redução de 0,06 do *Gini* em Belo Horizonte, em agosto de 2020. Esse estudo estima ainda que a cidade de Belo Horizonte teria, vivendo em situação de pobreza ou extrema pobreza, respectivamente, 1.373.890 e 477.998 indivíduos, caso não estivesse recebendo o auxílio financeiro emergencial em agosto de 2020.

Tendo em vista os dados relativos ao mês de setembro de 2020 constantes do boletim “Informação Socioterritoriais das Famílias Cadastradas no Cadastro Único do Município de Belo Horizonte”, constata-se o incremento no número de famílias inscritas nesse cadastro com um aumento de 1.516 famílias, indicativo do aumento da demanda das famílias por serviços públicos em geral e serviços de proteção social especificamente.

Do ponto de vista da renda *per capita*, 35,20% das famílias cadastradas encontram-se em situação de extrema pobreza, isto é, possuem renda

per capita familiar menor que R\$ 89,00. Com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00, ou seja, em situação de pobreza, tem-se 10,31% das famílias cadastradas. Considerando a renda entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo, tem-se 26,55% das famílias. Para rendimento superior a um salário mínimo, tem-se 27,94% das famílias. Considerando o custo da cesta básica do mês de novembro de 2020 em Belo Horizonte apresentado pelo DIEESE, 72% das famílias não teria condições de comprar esse *kit* alimentar.

Qual foi a inovação implementada?

A inovação implementada foi a estruturação de **um benefício emergencial para acesso a cestas básicas e kits de higiene para a população em situação de vulnerabilidade social ou econômica do município**, a partir do desenho de um modelo logístico e de contratação de itens a serem retirados de forma descentralizada, a partir do georreferenciamento das famílias contempladas, em uma sistemática de consolidação de cadastros de beneficiários e concessão de *vouchers*.

Com o objetivo de criar uma resposta rápida para a garantia de segurança alimentar para a população mais impactada pela redução da renda e, concomitantemente, pelas restrições no acesso a alimentos, a PBH, para concessão do benefício, mobilizou redes de supermercado da cidade, viabilizou contratações e desenvolveu um sistema e página *web* (<http://cestabasica.pbh.gov.br>) em tempo recorde (10 dias) para garantir que a distribuição fosse realizada sem a necessidade de cadastramento por parte das famílias. Foram premissas: a facilidade da consulta e acesso pelos beneficiários; a ausência de filas e aglomerações para o cadastramento ou retirada dos produtos; a menor distância do endereço de cadastro próximo ao local de retirada e a capacidade diária de entrega das lojas de supermercados participantes, evitando grandes deslocamentos; a garantia que o atendimento fosse digno e não criasse qualquer constrangimento para as famílias ou situações vexatórias; e a garantia da segurança de dados.

A implantação desse benefício municipal teve, também, o desafio da intersetorialidade, sendo coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), e contou com apoio de diferentes órgãos municipais, a saber: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, Prodabel - Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte, além de vários outros órgãos responsáveis pelos cadastros no município.

Quais são os objetivos da iniciativa?

Garantir de forma ágil, digna e simplificada o acesso a alimentos e produtos de higiene para pessoas em vulnerabilidade social e econômica e estudantes da rede municipal de ensino que não tem acesso à alimentação escolar devido à suspensão das aulas presenciais.

As cestas básicas possuem 12 itens definidos por nutricionistas, concebidas para atender a uma família de até quatro membros, composta por alimentos não perecíveis básicos, incluindo uma proteína animal (sardinha): 5 kg de arroz; 5 kg de açúcar; 2 kg de feijão; 1 kg de fubá; 500 g de macarrão parafuso; 500 g de macarrão espaguete; 1 kg de sal; 1 frasco de óleo de soja (900 ml); 1 kg farinha de mandioca; 2 pacotes de leite em pó (400 g cada); 1 lata de extrato de tomate (350 g); 1 lata de sardinha (250 g).

Já nos *kits* de higiene, são distribuídos os seguintes itens: oito sabonetes corporais, dois litros de cloro e 10 sabões em barra para limpeza geral.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

O público-alvo foi definido na Portaria SMASAC nº 076/2020. Contempla:

1. Famílias com crianças matriculadas na rede municipal de ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e educação infantil, inclusive creches parceiras da PBH.
2. Famílias ou indivíduos residentes em Belo Horizonte em situação de vulnerabilidade social ou econômica, devidamente identificados por nome e CPF, ou que, conforme recomendação de órgãos do sistema de justiça e garantia de direitos, devido às características de suas atividades laborativas, especialmente ao caráter informal e precário, sofram impactos diretos provocados pelas medidas de distanciamento social, nos seguintes moldes:
 - famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita familiar de até meio salário mínimo e/ou famílias acompanhadas por serviços socioassistenciais do Suas, por meio do representante familiar cadastrado;
 - famílias residentes em vilas, favelas, ocupações urbanas e conjuntos habitacionais, inscritas no CadÚnico, em cadastro do SUS (Sistema Único de Saúde) ou em programas e cadastros da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), por meio do(a) representante familiar cadastrado;
 - beneficiários(as) do Programa Bolsa Moradia, conforme cadastros da Urbel;
 - vendedores(as) ambulantes licenciados(as), com ou sem veículo automotor, conforme cadastros da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU);
 - camelôs com deficiência licenciados, conforme cadastros da SMPU;
 - trabalhadores(as) informais de centros de comércio popular licenciados, conforme cadastros da SMPU;
 - engraxates e lavadores(as) de carro licenciados, conforme cadastros da SMPU;
 - carroceiros(as), conforme cadastros da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans);

- catadores(as) de materiais recicláveis, avulsos e cooperados, cadastrados pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) ou Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (Ancat);
- agricultores(as) urbanos, conforme cadastros da Subsecretaria de Segurança Alimentar da Smasac;
- povos e comunidades tradicionais cadastrados e acompanhados por políticas públicas da Smasac, por meio do(a) representante familiar cadastrado;
- pessoas com medidas protetivas cadastradas e acompanhadas pelas políticas públicas Smasac ou as que tiveram medida protetiva aplicada devido à situação de violência doméstica (mulheres protegidas pela Lei Maria da Penha) no último ano pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
- permissionários(as) pessoas físicas do serviço de transporte suplementar, conforme cadastros da BHTrans, diante da queda brusca de arrecadação;
- trabalhadores(as) do transporte escolar, conforme cadastros da BHTrans, diante da suspensão de atividades;
- famílias atendidas pelo Programa Superar (pessoas com deficiência), conforme cadastros da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL), por meio do(a) responsável pelo cadastro;
- empreendedores(as) de grupos de economia solidária, conforme cadastros da Subsecretaria de Trabalho e Emprego da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE);
- feirantes licenciados pela PBH que tiveram suas atividades interrompidas;
- trabalhadores(as) informais que atuam nos bastidores e palcos das artes cênicas, conforme cadastros da Secretaria Municipal de Cultura.

3. Para acesso ao *kit* de higiene são elegíveis os seguintes públicos:
 - famílias residentes em vilas, favelas e ocupações urbanas inscritas no CadÚnico, por meio do(a) representante familiar cadastrado;
 - povos e comunidades tradicionais cadastrados e acompanhados por políticas públicas da Smasac, por meio do(a) representante familiar cadastrado;
 - catadores(as) de materiais recicláveis, avulsos e cooperados, cadastrados pela SLU ou Ancat.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

A primeira etapa foi definir o modelo, ou seja, o desenho de política pública que respondesse à situação problema e todas as questões secundárias que se apresentavam. Era necessário criar um modelo jurídica e economicamente viável e uma solução ágil e segura, que atendesse de forma digna as famílias e que não promovesse aglomerações, seja para o cadastro, seja para a retirada dos produtos (cestas básicas e *kits* de higiene). Nesse passo, destacamos a elaboração do termo de referência, edital e o credenciamento das redes de supermercados.

A segunda etapa consistiu no desenho do sistema de tecnologia de consulta dos beneficiários, na definição dos processos e fluxos, considerando as possibilidades do poder público e as expectativas dos usuários e conselhos de políticas públicas. Nessa fase, diferentes servidores e áreas se uniram para construir a proposta e o sistema.

A terceira etapa foi viabilizar, concretamente, a contratação das redes de supermercados para que o que foi desenhado na primeira etapa fosse operacionalizado. O processo de contratação envolveu a publicidade para todas as redes de supermercado na fase de orçamentação para fins de contrato emergencial por dispensa de licitação. Ao final, grandes redes de supermercados se tornaram fornecedoras e adequaram suas lojas e sistemas para atender ao público. A contratação teve que considerar a capacidade das redes em trabalhar de forma integrada e com retaguarda tecnológica para operar com o sistema desenvolvido e toda a gestão de dados e informações que tal processo requer.

A quarta etapa consistiu em reunir as informações dos beneficiários, conforme os cadastros oficiais; efetuar as validações sob os critérios de elegibilidade; e gerar a distribuição por loja, data e período de retirada.

A quinta etapa foi divulgar, de forma ampla e irrestrita, a existência dessa política pública emergencial aos beneficiários. Era importante que as famílias soubessem que se tratava de um processo simplificado: bastava acessar o site e digitar o seu CPF e nome que não era necessário o cadastramento. Também era importante informar às famílias que, com o *voucher* gerado no sistema, era necessário que se deslocassem até o supermercado com o documento oficial com foto e CPF.

Veículos de comunicação de grande circulação e alcance público, como emissoras de rádio e televisão, jornais impressos, *blogs* e portais de notícia foram acionados e comunicaram amplamente as etapas de acesso, bem como os públicos elegíveis para o benefício. O uso de redes sociais e envio de SMS para o contato informado pelas famílias em seus cadastros também foram estratégias adotadas para reforçar a comunicação com os públicos. Cada equipe de políticas públicas também atuou diretamente, em campo, informando aos usuários e às lideranças comunitárias sobre a possibilidade de consultar o sistema e acessar o benefício.

A sexta etapa mantém-se até os dias atuais. Trata-se da atualização do sistema de beneficiários, ajustes contratuais, acompanhamento das escalas de retiradas dos supermercados, conferência dos processos, auditoria interna, controle de qualidade dos produtos distribuídos e diálogo constante com os conselhos de políticas públicas

Por que a iniciativa é inovadora?

A iniciativa é inovadora porque associou o uso da tecnologia como instrumento de facilitação entre o usuário/beneficiário, o poder público e o contratado privado envolvido na concessão do benefício. Além disso, o município inovou em sua resposta, criando em um tempo muito curto uma política emergencial que otimizou as informações e bancos de dados do poder público, evitando que durante uma pandemia os(as) cidadãos(as) tivessem que se expor a filas e novos cadastros, rerepresentando documentos para serem elegíveis a um benefício essencial para a alimentação das famílias.

O modelo de contratação e distribuição dos itens também foi inovador, na medida em que mobilizou a capacidade instalada e capilaridade na cidade das principais redes de supermercado que se interessaram em ter um contrato com a prefeitura e viabilizar a logística e controle da entrega nas respectivas lojas. Todas as redes de supermercados da cidade foram acionadas para orçamentos e prestação de serviços. Ao final da negociação, chegou-se a um valor menor do que todos os orçamentos inicialmente apresentados e grandes redes de supermercados aderiram à proposta, garantindo 160 lojas na cidade para atender ao público beneficiário, que poderia retirar os itens sem que esses tivessem que ser entregues à prefeitura para uma posterior distribuição.

O *site* de consulta *on-line* foi desenvolvido e disponibilizado no Portal da Prefeitura de Belo Horizonte para que os beneficiários, mensalmente, informassem apenas o número do CPF e primeiro nome, acessando o *voucher* eletrônico e individual que informa o dia, período (manhã ou tarde/noite) e a loja (supermercado) na qual deverá comparecer para retirar a cesta básica e/ou *kit* de higiene. Esse era o único procedimento que os beneficiários deveriam fazer, já que a disponibilização do seu *voucher* no sistema foi automatizada a partir dos bancos de dados oficiais que o poder público já possuía.

Foram organizados mais de 30 bancos de dados com beneficiários de diversas políticas públicas, com o respectivo cruzamento e georreferenciamento do endereço dos CPF, de acordo com os critérios de elegibilidade para acesso aos benefícios e para evitar duplicidade na oferta e riscos de fraude.

Foi estruturado um algoritmo que divide os beneficiários por lojas para retirada conforme a capacidade de atendimento de cada unidade e a proximidade do endereço de cadastro, sendo que 59% ficaram referenciadas a menos de 1 km de distância e 80% a menos de 2 km. Para retirar a cesta ou *kit* de produtos, era necessário apresentar um documento oficial com foto e CPF em qualquer caixa dos supermercados, evitando aglomerações, filas, demora no atendimento ou qualquer atendimento vexatório ao público.

Uma retaguarda de suporte e atendimento ao cidadão foi estruturada na página de consulta ao *voucher* por meio de três canais de atendimento: chat, whatsapp e telegram. Muitas famílias também realizaram a consulta pelo atendimento telefônico do município (156), tendo a retaguarda de suporte das equipes de cada secretaria municipal responsável pelo cadastro do público beneficiário.

Foi assegurada também a interoperabilidade com os sistemas dos supermercados, de forma que a PBH envie automaticamente arquivos com a escala de retirada dos produtos, com a identificação dos usuários e número do *voucher* correspondente. Isso alimenta os sistemas internos dos supermercados, garantindo que a informação chegue ao operador de caixa. Assim, quando a família chega ao caixa com a cesta básica e/ou *kit* de higiene, basta comprovar que é beneficiário e assinar o recibo que servirá como comprovante de retirada para fins de pagamento pela prefeitura.

Ainda podemos destacar a integralidade e a intersetorialidade das políticas públicas envolvidas como princípios que possibilitaram a elaboração e a execução do benefício, em tempo recorde, com grande impacto na vida da população. Nesse sentido, foi possível a definição do público-alvo da intervenção de maneira ampla e precisa, visto que diferentes bases de dados com perfis diversos em situação de vulnerabilidade social foram integradas. Assim, garantiu-se o acesso a recursos de combate à insegurança alimentar para um amplo e adequado universo de beneficiários.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou?
Atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica e estudantes com matrícula na rede municipal e suas famílias.	275.000	Garantia de Segurança Alimentar	1 ano	Cestas retiradas

Fonte: elaboração própria.

Outras informações sobre os resultados da iniciativa

O principal resultado foi a promoção da segurança alimentar com a garantia de acesso mensal pelas famílias vulneráveis e famílias de estudantes a uma cesta de alimentos com 12 itens, de forma descentralizada, organizada e sem aglomeração, de maneira ininterrupta desde abril de 2020 e enquanto permanecer a situação de isolamento em virtude da pandemia.

Desde o início do fornecimento em 31/03/2020 até 30/03/2021, um total de 3.203.675 cestas básicas foram distribuídas. Sendo que 1.450.336 cestas foram distribuídas para famílias de estudantes e 1.753.339 para famílias em vulnerabilidade social e econômica. Esse quantitativo significa 62 mil toneladas de alimentos e um investimento de R\$266 milhões. A cada mês, são distribuídas em média 268 mil cestas.

Também acessam os *kits* de higiene cerca de 49 mil famílias residentes em vilas e favelas inscritas no CadÚnico, totalizando 538.982 *kits* de higiene entregues até 31/03/2021. O investimento em *kits* de higiene até o momento é de R\$16 milhões.

A título de comparação com outras políticas públicas, enquanto o Programa Bolsa Família teve 73.466 famílias beneficiárias em março de 2021 e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) teve 46.941 famílias, 268 mil famílias foram atendidas com as cestas de alimentos. A cobertura alcançada com a estratégia é a maior já realizada na cidade e uma das maiores do país, considerando as demais capitais nacionais

Como os recursos foram utilizados?

Recursos Humanos:

Equipes de quase 20 órgãos municipais.

Recursos Financeiros:

De março de 2020 até abril, quase 300 milhões de reais foram investidos diretamente na aquisição das cestas básicas e *kits* de higiene.

Recursos Tecnológicos:

Sistema de consulta para os beneficiários (externo) no site da PBH;
Sistema de integração da base de dados e georreferenciamento das ofertas;
Sistema de integração dos dados com os supermercados e controle;
Sistemas internos dos órgãos da PBH.

Outros Recursos:

Comunicação em massa: impressos, TV, rádio, SMS para os telefones dos beneficiários, redes sociais.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

Os indicativos de efeitos sociais agudos e prolongados anunciados desde o início da pandemia evidenciaram que o problema da insegurança alimentar era uma variável a ser considerada. Assim, à medida que a dinâmica socioeconômica foi desvelada durante o ano de 2020 e 2021, ficou claro que a situação de fome e insuficiência de alimentos em qualidade e quantidade suficiente era uma

necessidade premente de um contingente considerável da população do Município de Belo Horizonte, impactada pela redução no acesso a alimentos devido à suspensão de atividades escolares e redução da renda devido à redução do nível de atividade econômica em alguns setores por conta da pandemia e de medidas restritivas adotadas. Pesquisas como a PNAD Covid e o Estudo da Unicef reforçaram essa necessidade de maneira cristalina e endossaram a estratégia do benefício emergencial que se iniciou concomitante aos primeiros casos de contaminação no município ainda em março de 2020.

Além disso, o município tem diálogo permanente com as lideranças comunitárias, conselhos de políticas públicas, inclusive com instâncias locais, como é o caso das 34 comissões locais de assistência social, nos 34 centros de referência da assistência social. As comissões vinculadas à política habitacional também são organizadas na cidade e têm capilaridade nas principais vilas, favelas, ocupações urbanas da cidade.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

A política pública de segurança alimentar e nutricional da prefeitura tem dois conselhos que atuam no controle social, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comusan) e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que são conselhos de assessoramento e deliberação respectivamente.

A prefeitura instituiu ainda uma auditoria interna educativa e, por meio dos “achados de auditoria”, a Controladoria do município envia relatórios orientando a melhoria da transparência, bem como solicitando informações dos dados dos beneficiários e realizando cruzamentos de informações, análises etc.

Por fim, a prefeitura também instituiu um portal, para além dos dados do portal de transparência, com dados e informações relacionadas com o tema Covid-19, cujas resoluções, portarias, editais são publicados, além de criar o marcador Covid-19 no orçamento, dando publicidade aos recursos investidos nas ações de atendimento em virtude da Covid-19, inclusive às cestas básicas de alimentos e kits de higiene.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

A principal barreira foi desenvolver uma política de forma rápida e eficaz, no contexto de uma situação de emergência em saúde pública, que fosse convergente com as medidas de contenção da pandemia, especialmente no que se refere ao isolamento social. As saídas comuns e rotineiras do poder público envolviam cadastramento, comprovação por meio de documentos físicos, além de respostas pouco integradas, considerando as diversas políticas públicas – às vezes os(as) usuários(as) precisam fazer cadastros em diversos setores.

Para superar essa barreira (que tem como consequência várias outras), foi necessária uma atuação integrada, mesmo que parte da equipe estivesse em teletrabalho, buscando soluções compartilhadas. Um dos diferenciais desse trabalho foi o comprometimento das áreas e o entendimento de que cada um tinha um papel fundamental para essa prática inovadora, que contou com a consolidação de um banco de dados preexistentes em diversos órgãos do município. Ao todo, mais de 30 bancos de dados diferentes foram consolidados, para que se garantisse o acesso da população mais vulnerável da cidade.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Primeiramente, a compreensão rápida do modelo pela população beneficiária e adesão ao formato de organização proposto. Também a disposição da administração municipal de despender recursos significativos com tal ação humanitária e o trabalho conjunto e intersetorial dos órgãos da PBH que possibilitou que o acesso a informações e a dados estratégicos subsidiasse o planejamento e a definição de um desenho mais efetivo da iniciativa, estando atrelado a objetivos de atendimento às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Associada a boa estruturação e definição interna da iniciativa, o modelo de contratação e distribuição dos itens é, sem dúvida, um fator que, da mesma forma, contribuiu para o sucesso da ação. A viabilização logística e de controle das entregas pelas redes de supermercado propiciou uma maior diversificação e capilaridade dos pontos de retiradas das cestas, que, além de gerar menores aglomerações, atendeu a cidadãos residentes nas diferentes regiões do município, dentro de um cronograma preestabelecido.

Responsável institucional:

Maíra da Cunha Pinto Colares – Secretária Municipal

Equipe envolvida:

Adilana de Oliveira R. Alcantara	Diretora da Diretoria de Assistência Alimentar
Afonso Nunes da Cruz Neto	Subsecretário de Planejamento Orçamento e Gestão
Andrea da Silva	Coordenadora do Núcleo de Controle de Qualidade
Angela Dalben	Secretária Municipal de Educação
Bruno Vieira da Costa	Diretor de Sistema de Informação
Daniela Caldeira	Gerente de Sustentação de Sistemas de Governo
Darklane Rodrigues Dias	Subsecretária de Segurança Alimentar
Eduardo Macedo Bhering	Analista da Gerência de Integração da Base Geográfica
Isabela de Vasconcelos Teixeira	Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças
Jean Mattos Duarte	Subsecretário de Modernização/Adjunto Planejamento
Jhonatan Henrique Assunção	Gerência de Gestão Administrativa da Assistência
José Crus	Subsecretário de Assistência Social
José Ricardo Ferreira Moura	Gerente de Integração da Base Geográfica
Juliana Santos Duarte	Diretora Administrativa
Karla de Albuquerque de Vasconcelos Borges	Superintendência de Geoprocessamento Corporativo
Maíra da Cunha Pinto Colares	Secretária Municipal
Rafael Lemieszek Pinheiro	Diretor de Pesquisa e Análise Aplicada da Subsecretaria de Planejamento Urbano
Roberta Maia Martins	Assessora de Planejamento
Stenio Henrique de Lima Silva	Diretor de Comunicação SMASAC
Thiago Alves da Silva Costa	Subsecretário de Direitos de Cidadania



2º Lugar

Quero Impactar Prefeitura Municipal do Recife

É a primeira **plataforma web de financiamento coletivo de uma administração pública no Brasil, 100% gratuita**, desenvolvida pela Prefeitura Municipal do Recife, para **doação**, com incentivos fiscais dedutíveis do **Imposto de Renda**, engajando a sociedade na resolução de problemas da cidade, sejam eles físicos ou jurídicos, na resolução de problemas sociais em nossa cidade, por meio do apoio a projetos sociais de iniciativa da sociedade civil e do poder público.

Originada da necessidade de se criar uma solução inovadora e disruptiva no financiamento dos projetos sociais na cidade do Recife, a plataforma “Quero Impactar” é 100% gratuita, não havendo a cobrança de quaisquer taxas de administração de quem insere o projeto.

Somos a primeira plataforma de financiamento coletivo virtual do setor público do Brasil, inovando ao utilizar a tecnologia do financiamento coletivo aliada às leis de incentivo fiscais, federal ou estadual.

Importante registrar que há diversas modalidades de financiamento coletivo no mundo. Elas já são responsáveis por movimentar mais de US\$ 65 bilhões na economia mundial anualmente, segundo pesquisa de 2014: Crowdfunding PR, Social Media & Marketing Campaigns. Esse mercado vem apresentando um crescimento anual superior a 20%.

A plataforma “Quero Impactar” tem ainda como objetivos específicos os seguintes propósitos:

- contribuir para dinamizar a economia recifense por meio da destinação de recursos de impostos federais a projetos locais;
- dar ampla visibilidade aos projetos sociais em nossa cidade;
- sensibilizar e incentivar doações a esses projetos;
- facilitar o processo de doação, sendo online e totalmente transparente;
- gerar *feedbacks* aos doadores sobre as etapas do projeto social que foi impactado.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

A atual legislação de incentivos fiscais às doações para entidades que executam projetos sociais tem se apresentado como de difícil entendimento e de processo moroso e tem um alcance muito limitado. É o que aponta o diagnóstico apresentado na publicação “Incentivos regulatórios à filantropia individual no Brasil”, a partir dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil, realizado pelo Gife em parceria com a Coordenadoria de Pesquisa Jurídica Aplicada da FGV Direito SP e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo aborda os incentivos regulatórios às doações de pessoas físicas às organizações, analisando a efetividade desses incentivos em comparação com regimes internacionais.

A expectativa é que 32 milhões de contribuintes declarem o Imposto de Renda por ano. Por meio de uma adequada aplicação de incentivos fiscais, esse montante poderia gerar doações a organizações da sociedade civil (OSCs) brasileiras e em especial do Município do Recife, fortalecendo, assim, diversas causas de interesse público.

O primeiro obstáculo diz respeito aos temas incentivados. As doações só podem ser feitas a OSCs que tenham projetos pré-aprovados por órgãos governamentais ou pelos fundos setoriais de áreas específicas. Nesse sentido, os incentivos fiscais para as doações individuais estão restritos às áreas de cultura, esporte, saúde e assistência à criança e ao adolescente, à pessoa com deficiência e ao idoso. Outras áreas de interesse público tão relevantes quanto essas, como proteção dos direitos humanos ou do meio ambiente, não contam com o benefício.

A segunda limitação se refere à ineficácia dos mecanismos de incentivo, sobretudo em relação ao engajamento de doadores pessoas físicas. Nos incentivos temáticos, o valor doado não é deduzido da base de cálculo, mas descontado (até certo limite) do próprio valor do imposto a pagar. O resultado é que, em muitos casos, o contribuinte consegue compensar integralmente o valor doado, não precisando desembolsar qualquer quantia adicional àquela que já pagaria ao fisco. Nesse contexto, era de se esperar que os contribuintes fizessem largo uso dos incentivos existentes. Novamente, porém, não é o que se verifica na realidade, como aponta a pesquisa.

Um dos gargalos está no acesso ao mecanismo. O benefício é restrito àqueles que declaram renda pelo modelo “completo” (em contraste ao “simplificado”). Segundo estimativas da mesma pesquisa, em um cenário ideal no qual todo esse grupo utilizasse plenamente os incentivos disponíveis, cerca de R\$ 7,6 bilhões seriam destinados a projetos ou fundos de interesse público. Porém, apenas 51,8 mil contribuintes (0,45% do potencial) fizeram uso dos mecanismos em 2015, doando um total de R\$ 78,6 milhões (1,04% do potencial), conforme dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

O mesmo ocorre do lado das empresas porque a legislação brasileira permite doações incentivadas apenas por aquelas tributadas pelo regime de lucro real, que corresponde a uma minoria, já que a maioria acaba adotando o regime de lucro presumido.

“A complexidade não está no mecanismo em si, mas nas circunstâncias que o qualificam. Pela legislação brasileira, a doação tem de ser feita no exercício anterior ao do pagamento de imposto. Isso é problemático porque o doador, além de não possuir necessariamente os recursos para doar, não sabe exatamente quanto pagará de imposto no ano seguinte. Além disso, os contribuintes não sabem se optarão pela modalidade completa ou simplificada até o momento da declaração, quando terão a confirmação de qual opção lhes será mais vantajosa. Isso traz um desincentivo para a doação no exercício anterior.”

Outro desafio apontado pela publicação diz respeito ao desconhecimento. Boa parte dos indivíduos que recolhem Imposto de Renda e poderiam destinar uma parte desse imposto na forma de doação para organizações e projetos de interesse público, muitas vezes, não sabem dessa possibilidade ou desconhecem os mecanismos para operacionalizar essa iniciativa e, por isso, acabam não utilizando o benefício.

Assim é necessário aperfeiçoar os estímulos à doação através de leis de incentivo fiscais, bem como facilitar os caminhos apontados para superação dos desafios e efetivo aprimoramento do ambiente legal em prol do fortalecimento da atuação da sociedade civil.

Qual foi a inovação implementada?

O projeto Quero Impactar traduziu a união entre tecnologia e leis de incentivo fiscal em uma plataforma de financiamento coletivo do setor público, amplificando a apresentação dos objetivos e alcance dos projetos, além de facilitar o mecanismo de doação, aumentando o conhecimento da população em geral sobre as formas de incentivo fiscais, em especial as baseadas no Imposto de Renda.

Quais são os objetivos da iniciativa?

- contribuir para dinamizar a economia recifense por meio da destinação de recursos de impostos federais a projetos locais;
- dar ampla visibilidade aos projetos sociais em nossa cidade;
- sensibilizar e incentivar doações a esses projetos;
- facilitar o processo de doação, sendo online e totalmente transparente;
- gerar *feedbacks* aos doadores sobre as etapas do projeto social que foi impactado.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

Pessoas físicas que declaram seu Imposto de Renda na modalidade completa e pessoas jurídicas tributadas no regime de lucro real.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

- a) Análise dos dados de doações apresentados pelos Fundos Municipais e OSCs, e de dados oferecidos pela Receita Federal.
- b) Criação das regras em conjunto com as secretarias do município envolvidas, a saber: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte, Procuradoria Geral do Município e Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude, Política sobre as Drogas, para a otimização e gestão da plataforma.
- c) Criação da plataforma e módulo de emissão de boletos para facilitação do processo de doação direta aos projetos cadastrados na plataforma.
- d) Divulgação e fomento ativo de doações através de contatos com entidades de classe, pessoas físicas e jurídicas de várias ordens.

Por que a iniciativa é inovadora?

Porque é a primeira plataforma do setor público que une a tecnologia e o conceito do financiamento coletivo utilizados largamente no setor privado, aliados ao fomento e conhecimento de leis de incentivo fiscal e dos processos de doação.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou?
Aumento de doações a projetos sociais aprovados em fundos e leis de incentivo fiscal.	5.000.000,00	10.175.886,93	2019	Dados fornecidos pelos fundos e projetos.
Aumento de doações a projetos sociais aprovados em fundos e leis de incentivo fiscal.	5.000.000,00	5.153,329,94	2020	Dados fornecidos pelos fundos e projetos.

Fonte: elaboração própria.

Outras informações sobre os resultados da iniciativa

Durante a existência da plataforma inaugurada em Julho/2019 e relançada em Abril/2021, se conseguiu a conversão de doações potenciais em doações efetivas na ordem total de R\$ 15.329.216,80, ou seja, de cerca de R\$ 901.718.635,00 mensais.

Um exemplo claro da melhoria na arrecadação foi o caso do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – Recife, que obteve o repasse por meio da DIRPF 2020, em 31/07/2020, do montante de R\$ 555.096,37 e, no mesmo período, obteve o repasse da Plataforma Quero Impactar na ordem de mais de R\$ 5.700.000,00, consolidando assim uma ampliação das doações fomentadas pela plataforma em uma proporção de quase 10 vezes mais.

Assim os dados de avaliação são objetivos traduzidos na análise do valor total doado aos fundos e projetos existentes no período de 2019/2020.

Como os recursos foram utilizados?

Recursos Humanos: A equipe de gestão do Quero Impactar é utilizada também em outras iniciativas de inovação e captação de investimentos privados e públicos, contribuindo para economia na contratação de pessoal.

Recursos Financeiros: A alocação financeira é de pequeno porte, compreendendo apenas a contratação de *webmaster* do site e eventuais pequenas despesas extras.

Recursos Tecnológicos: Necessária se fez a criação de uma plataforma de facilitação de doações e conhecimento sobre os temas.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

Através da análise dos dados fornecidos pelos fundos municipais e gestores das OSC, verificou-se a demanda reprimida de doações possíveis e que não eram convertidas em doações efetivas.

Nessa análise, ficou clara a necessidade e possibilidade do aumento das doações efetivas.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

Todos os projetos que receberam doações prestam contas aos fundos municipais e aos gestores nacionais e locais das leis de incentivo fiscais respectivos, tendo assim um controle auditado.

No caso, por exemplo, dos projetos aprovados no Fundo Municipal da Pessoa Idosa, a fiscalização, o acompanhamento das ações e a avaliação da prestação de contas dos instrumentos jurídicos celebrados com recursos do FMDPI são de competência do COMDIR.

A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios: a) relatório de execução do objeto, elaborado pela entidade de atendimento, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados; o relatório de execução financeira do termo de colaboração ou fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

- desconhecimento pelo público-alvo dos mecanismos de doação com incentivo fiscal;
- desconfiança das pessoas físicas e jurídicas em relação à ligação do Setor Público e doações por incentivos fiscais;
- adaptação da administração pública ao processo de financiamento coletivo materializada em um site;
- adaptação de processos utilizados para financiamento coletivo privado ao inovado financiamento coletivo público.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

- engajamento de todos que conhecem a plataforma e seus mecanismos;
- A doação incentivada fiscal é algo que facilita o processo de convencimento das pessoas físicas e jurídicas no sentido da efetiva doação.

Links

<https://queroimpactar.recife.pe.gov.br/>

Responsável institucional: Maria Cristina de Oliveira e Luna – Gerente Geral de Atração de Investimentos

Equipe envolvida:

Gelisa de Lara Couto Bosi	Secretária Executiva de Desenvolvimento e Inovação
Grinaldo Gadelha Júnior	Gestor de Núcleo de Promoção de Investimentos
Kamila Accioly Teixeira Soares Cavalcanti	Gestora de Melhoria do Ambiente de Negócio
Roberto Gomes do Rêgo	Gerente Administrativo



3º Lugar

Monitora Saúde Prefeitura Municipal de Campo Grande

O Monitora Saúde é o primeiro passo para um controle sistemático de endemias e pandemias no âmbito da cidade de Campo Grande (Mato Grosso do Sul). Antes do início de sua implementação, a realidade nos apontava um total ambiente de desinformação dos cidadãos quanto a serem assintomáticos ou sintomáticos, quanto à necessidade de se deslocarem para as unidades de saúde ou não, quanto a medicamentos que poderiam ser administrados para aliviar os sintomas, enfim, diversas informações que, após a implementação do Monitora Saúde, foram de crucial importância para os municípios e os gestores públicos municipais.

A tecnologia de desenvolvimento é replicável e o sistema é modular, o que permite à Prefeitura Municipal de Campo Grande realizar pequenas alterações em seu escopo para adaptar o projeto para quaisquer situações de endemias, pandemias, monitoramento de quadros infectocontagiantes, acompanhamento de vacinações, realizações de triagens, enfim, diversas aplicabilidades para a área da saúde municipal que farão a diferença na gestão pública.

O sistema facilita o trabalho dos profissionais das unidades de saúde, responsáveis por contatar e fazer o acompanhamento desse paciente, com a distribuição quase que automática das notificações para os distritos e, conseqüentemente, para a unidade de abrangência, proporcionando uma maior organização e celeridade no processo de rastreamento do paciente. Além disso, funciona como um prontuário eletrônico, o que auxilia o profissional da unidade de saúde na hora de preencher, atualizar e monitorar a situação de cada paciente.

O sistema indica os atendimentos que devem acontecer no dia, os pendentes de execução, os pacientes com necessidade de atendimento emergencial e disponibiliza a lista de finalizados e perdidos por desistência. Além de também permitir a classificação de risco do paciente dia a dia, com listas de alertas para casos graves serem identificados e atendidos rapidamente pelas equipes de urgências da Secretaria de Saúde. Os dados dos pacientes diagnosticados com Covid-19 são extraídos diretamente da base nacional de infectados, o Sistema e-SUS VE, sendo o sistema atualizado periodicamente.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

Com o início da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o mundo enfrenta um grande desafio de conter o vírus. Os gestores públicos de todos os países buscam medidas de controle social para conter o avanço do vírus nas populações locais, evitando um sobrecarregamento dos sistemas de saúde (hospitais, clínicas e unidades de saúde).

Diante desse desafio, a Prefeitura Municipal de Campo Grande, observando o avanço do vírus em território brasileiro entre março e abril do ano passado, onde os primeiros casos foram confirmados em São Paulo, Rio de Janeiro e outros grandes centros urbanos, desenvolveu uma ferramenta tecnológica que fizesse frente ao problema do monitoramento das pessoas infectadas em solo campo-grandense.

Os gestores públicos municipais e as autoridades buscaram soluções para atender à crescente demanda por unidades de saúde, medicações, leitos de UTI, enfim, todo o aparato municipal público de saúde. No entanto, havia a necessidade de se conhecer a dimensão da situação na capital. Identificar a quantidade de pessoas que iriam necessitar de leitos, de medicamentos, de buscar uma unidade de saúde. Além disso, a prefeitura também buscou se antecipar ao ritmo de vacinações no município, antevendo a necessidade de vacinas para que se estabelecesse grupos prioritários para as imunizações iniciais contra a Covid-19.

As necessidades – (a) de triagens para saber a demanda de utilização do sistema de saúde municipal para tratar os pacientes; (b) de acompanhamento dos pacientes com Covid-19; e (c) de reconhecer o público a ser vacinado para cálculos de doses e grupos prioritários – fizeram com que a prefeitura buscasse uma solução em meio digital.

Qual foi a inovação implementada?

A Prefeitura Municipal de Campo Grande, por meio da Agência Municipal de Tecnologia da Informação e Inovação e com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde, ao buscar soluções prontas no mercado para atender a essa pandemia, deparou-se com fator inédito: soluções no mercado para lidar com esse tipo de situação eram inexistentes até então. O ineditismo da situação motivou o poder público municipal a desenvolver soluções próprias, com auxílio de ferramentas tecnológicas.

O desenvolvimento do Monitora Saúde pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, em seu princípio, deu-se pela necessidade de realizar triagens nos cidadãos, afim de que se controlasse a quantidade de usuários da rede municipal de saúde que se deslocam até uma unidade de saúde, sem que houvesse necessidade de fazê-lo. Com início de sua implementação em abril de 2020, já com os primeiros casos confirmados do coronavírus em Campo Grande, a ferramenta

de triagem do Monitora Saúde evitou o deslocamento desnecessário de cidadãos para unidades de saúde, poupando recursos das unidades, evitando aglomerações e realizando um trabalho eficiente de filtragem dos possíveis pacientes.

Em um segundo momento, o Monitora Saúde evoluiu para um sistema de acompanhamento dos pacientes com Covid-19 na cidade, com um controle sendo feito pela Secretaria Municipal de Saúde, onde os pacientes são cadastrados e acompanhados sistematicamente, sendo enviados constantes mensagens por e-mail e telefonemas para averiguar a situação do cidadão que foi diagnosticado. No início, os dados da triagem eram o principal banco de dados dessa ferramenta; no entanto, com a evolução dos quadros e da situação do vírus, houve a necessidade de integrar dados e, por isso, o Monitora Saúde passou a buscar dados diretamente do banco de dados do Governo Federal (e-SUS), que são os dados dos usuários que buscam as unidades de saúde do município.

Em dado momento, com a chegada das primeiras doses das vacinas com a melhor medida profilática contra o vírus, o Monitora Saúde fez sua última evolução para um sistema de controle das vacinações. Foi criado um sistema de cadastro prévio para que se tenha uma noção quantitativa do número de cidadãos que receberão a dose. Com base no número de pessoas cadastradas, o sistema permite indicar os grupos prioritários a receber as dosagens, mediante o calendário de vacinação divulgado, e permite também o acompanhamento dos vacinados, para gerar o painel de vacinações disponível no site principal da prefeitura.

Quais são os objetivos da iniciativa?

O objetivo principal do sistema Monitora Saúde consiste em acompanhar e administrar a situação epidêmica causada pelo novo coronavírus (Covid-19), e que suas aplicações poderão ser úteis a quaisquer outras situações envolvendo doenças infectocontagiosas.

Como objetivos secundários, podemos destacar:

- No primeiro módulo de triagem, o objetivo é realizar triagem dos cidadãos a fim de que se poupe a necessidade de deslocamento do munícipe à uma unidade de saúde, o que ocuparia a vaga desnecessariamente de alguém que realmente necessitasse do atendimento. Aliado a isso, o sistema garante que não haja aglomeração nos locais de atendimento.
- No módulo de monitoramento, o objetivo é realizar o monitoramento dos pacientes diagnosticados com Covid-19 nas unidades de saúde.
- No último módulo, adicionado recentemente, de sistema de identificação para vacinação, o objetivo é fazer uma gestão completa das vacinas, com logística que permite o controle geral de estoque e geração de critérios para seleção dos grupos a serem vacinados.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

Durante a execução do projeto de implantação do Monitora Saúde, os escopos foram se ajustando à medida em que se avançava na busca de soluções da problemática enfrentada. Sob um aspecto geral, podemos definir que o público-alvo da ferramenta Monitora Saúde são todos os munícipes residentes no Município de Campo Grande, acima de 18 anos, independentemente de raça, cor, credo, sexo ou classe social, uma vez que se trata de uma iniciativa da gestão pública municipal de monitorar e controlar o número de casos de

coronavírus na cidade como um todo, garantindo o atendimento de saúde à toda a população. Atualmente o município conta com uma população estimada de 906.092 habitantes.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

O planejamento, desenvolvimento e controle da ferramenta tecnológica do Monitora Saúde foi realizado sob uma perspectiva de muita reatividade às necessidades e peculiaridades que foram surgindo ao longo do tempo (à medida em que o vírus avançava, novas pesquisas e estudos eram elaborados e divulgados diariamente e todas essas informações baseavam direta ou indiretamente as decisões do poder público de um modo geral).

Embora seja um projeto reativo (reação à uma demanda especial da sociedade), o Monitora Saúde teve um escopo claro e conciso, para cada um dos módulos já citados. Para sua implementação, foram definidas as seguintes etapas:

1. Diagnóstico Inicial
2. Planejamento
3. Desenvolvimento
4. Implementação em Base de Testes
5. Implementação Real

Na etapa de planejamento, os principais atores e gestores públicos envolvidos diretamente no combate ao coronavírus foram acionados. Foi realizada uma autoavaliação da situação pandêmica momentânea no município. Ao fim dessa etapa, para cada um dos módulos, foi diagnosticada a situação real da gestão da pandemia.

Na etapa de Planejamento, foram definidos os principais objetivos (macro e micro), com estratégias para divulgação interna da ferramenta e a definição dos planos de ação para o desenvolvimento da ferramenta pela Agência Municipal de Tecnologia da Informação e Inovação (Agetec), órgão da administração indireta do município.

Na etapa de implementação em Base de Testes, foram feitos circuitos internos de utilização e teste da ferramenta antes de apresentá-la à sociedade (no caso do Módulo de Triagem) e aos gestores municipais (no caso dos Módulos Monitora e Vacinação).

Na implementação real da ferramenta, em todos os módulos, há um acompanhamento sobre o desempenho e a efetividade de utilização, todos os dados sendo gerados com *dashboards* interativos.

Por que a iniciativa é inovadora?

A solução Monitora Saúde permite o acompanhamento em tempo real de situações epidêmicas, como é o caso do novo coronavírus. Porém, sua aplicação vai além, podendo ser usada em outros cenários. Desde a sua concepção, o Monitora Saúde tem sido pensado e desenvolvido para quaisquer quadros de pandemias e doenças infectocontagiosas que a sociedade pode, eventualmente, enfrentar.

Esta base de desenvolvimento busca aproveitar soluções feitas e que, com pequenos ajustes, poderão ser úteis em quaisquer outras situações similares ao que se está enfrentando no momento. Por ser uma aplicação modular, desenvolvida com tecnologias recentes, suas atualizações não seriam complexas, envolvendo menos tempo nas etapas de planejamento e desenvolvimento.

Além do caráter específico que envolve a pandemia de Covid-19, em que toda e qualquer ação realizada no sentido de controlá-la já é, por si só, uma inovação, o Monitora Saúde produz um legado para a gestão pública municipal, que deixará uma ferramenta tecnológica eficiente e que é capaz de se adaptar a qualquer outra realidade, com pequenos ajustes no escopo de seus projetos.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou?
Realizar triagens dos munícipes para identificação prévia de casos assintomáticos.	Implantar módulo de triagem inicial para cidadãos com suspeitas de infecção por coronavírus.	Realizadas no início da implementação cerca de 15 mil triagens na ferramenta Monitora Saúde.	Julho/2020	Quantidade de triagens no sistema.
Realizar acompanhamento dos munícipes com Covid-19.	Implantar módulo de monitoramento dos casos confirmados da capital.	Desde o início da implementação desse módulo do Monitora Saúde até o dia 27/04/2021, foram realizados cerca de 181 mil monitoramentos e 94 mil casos confirmados de Covid-19.	Setembro/2020 a abril/2021	Quantidade de monitoramentos realizados e quantidade de casos confirmados.

Fonte: Elaboração própria

Outras informações sobre os resultados da iniciativa:

Os principais fatores de contribuição da ferramenta para a sociedade campo-grandense e para a gestão pública municipal são: a diminuição do número de pacientes internados e, conseqüentemente, uma menor ocupação dos leitos na capital (mesmo recebendo pacientes do interior que só encontram tratamentos mais eficazes contra a Covid na capital) e a efetividade e assertividade nos públicos-alvo das campanhas de vacinação.

A triagem e monitoramento antes do agravamento da doença possibilitou que o poder público determinasse políticas mais assertivas no combate à doença, como identificação de bairros onde se concentrava a maior parte da população infectada e, com base nessa informação, desinfecção das vias de grande fluxo e terminais de transporte coletivo.

O sistema também está integrado ao aplicativo Conecta Campo Grande, disponível na Play Store para dispositivos Android. E ainda possibilita acesso a boletins epidemiológicos, ao Plano Municipal de Vacinação e a informações oficiais sobre o processo de vacinação, além da possibilidade de autenticação do documento oficial de vacinação.

Os resultados e impactos quantitativos mensurados compreendem: 181.431 pessoas monitoradas; 94.302 pessoas diagnosticadas com Covid-19; 251.124 pessoas cadastradas para vacinação; 183.959 Documentos Digitais de Vacinação emitidos (todos que tomaram ao menos uma dose) – Posição até 30/04/2021. Os indicadores são: quantitativo de aplicação de vacinas, monitoramentos realizados, diagnosticados com Covid-19, documentos digitais e doses de vacina aplicadas por habitante.

Como os recursos foram utilizados?

Recursos Humanos: A Prefeitura de Campo Grande implementou a prática inovadora com recursos próprios. Ao total, foram envolvidos cinco técnicos da Agência Municipal de Tecnologia e Inovação (Agetec), que geraram o código fonte do sistema, com uso de capital humano, financeiro e tecnológico próprios do município. O sistema utiliza códigos de programação de linguagem aberta. A escolha dos recursos ocorreu por conta do alto grau de urgência, emergência e possibilidade de agravamento da situação, identificada no início da pandemia de coronavírus em 2020, pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde, que resultou na prática inovadora implementada pelo município, ou seja, com menos desperdício de recursos e com o menor tempo possível para sua implantação.

Recursos Financeiros: No percurso do desenvolvimento da ferramenta, recursos financeiros não foram desembolsados pois todos os esforços de desenvolvimento foram internos (ferramenta desenvolvida por servidores da Agência Municipal de Tecnologia da Informação e Inovação - Agetec).

Recursos Tecnológicos: Para o desenvolvimento da ferramenta Monitora Saúde, alguns recursos tecnológicos foram utilizados: HTML, CSS, JavaScript, Razor, ASP.NET, C#, MVC, MySQL.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

O problema decorrente da pandemia de coronavírus consistia na identificação, triagem e vacinação dos cidadãos campo-grandenses. A solução implementada resolveu os três pilares do problema e atende a três públicos distintos que compõem a rede de atendimento municipal da saúde. Os três módulos do sistema Monitora Saúde são: triagem, monitoramento e vacinação.

O primeiro módulo da triagem adequou-se a todos os municípios que precisavam de mais informações sobre seu quadro sintomático, antes que o mesmo se deslocasse até uma unidade de saúde, ou seja, pessoas assintomáticas ou com pequenos sintomas da doença.

O segundo módulo destina-se ao controle/monitoramento dos municípios já infectados pela doença e que, no entanto, não necessitam de tratamento hospitalar por parte da saúde pública do município.

O terceiro módulo destina-se ao controle das aplicações das vacinas, objetivando novamente atingir todos os municípios residentes na cidade de Campo Grande.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

Trata-se do sistema *on-line*, disponibilizado por meio de *link* no portal da Prefeitura Municipal de Campo Grande, onde o cidadão pode acessar seu cadastro pelo computador ou celular, além das linhas telefônicas dedicadas para o auxílio ao usuário. Utilizando de um formulário para cadastramento e posterior triagem, o cidadão pode obter todas as informações para triagem e acompanhamento do *status* da vacinação. No mesmo portal, também são disponibilizadas informações diárias e atualizadas sobre o uso e a aplicação das vacinas e monitoramento da população-alvo do Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Os desafios de se desenvolver ferramentas e soluções para atendimento ao público em geral são de complexidade e natureza ímpar. Somando-se a esses fatores, temos um cenário de uma pandemia em nível global, de um vírus até então desconhecido pela comunidade científica, e que o seu melhor enfrentamento está na vacinação em massa da população. Todo esse conjunto de situações contribuiu para um cenário único, um desafio nunca antes enfrentado pela administração pública e, obviamente, nunca antes enfrentado por qualquer outra esfera da sociedade.

Entre os principais fatores impeditivos ou barreiras encontradas, que foram diagnosticados ainda na fase de concepção do primeiro módulo da ferramenta, está a própria questão do manejo ou políticas de enfrentamento da doença. Hora publicava-se artigo aconselhando uma prática, hora publicava-se artigo científico convencendo-nos do contrário, como foi o caso do uso de máscaras ou de medicamentos como cloroquina e hidroxicloroquina.

As equipes precisavam estar a par de todas as regulamentações em nível federal e estadual, para que dentro do sistema de triagem fossem feitas as recomendações corretas aos municípios. Depois, já no avanço do sistema no módulo de monitoramento dos casos positivos, o sistema precisava aconselhar adequadamente as equipes das unidades de saúde que os acessam. Essa barreira foi vencida com o apoio incondicional da equipe da Secretaria Municipal de Saúde, parceira que embasou e municiou a agência no melhor trato da questão, com indicações corretas do que se fazer em cada cenário que nos aparecia, no desenvolvimento e implementação da ferramenta tecnológica.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Os principais fatores para o sucesso foram o engajamento da Secretaria Municipal de Saúde (Sesau) e redirecionamento de equipe da Agência Municipal de Tecnologia e Inovação (Agetec) para elaboração, treinamento e implementação do sistema. Desde julho de 2020, o monitoramento de pacientes confirmados ou com suspeita de coronavírus vem sendo feito nas 71 unidades básicas e de saúde da família de Campo Grande. Mais de 200 servidores foram capacitados para utilizar o Monitora Covid-19.

Outro fator foi a linguagem acessível com que a ferramenta foi amplamente divulgada para a população, incluindo vídeos explicativos de como acessar o sistema para o abastecimento dos dados. E, principalmente, a própria política pública adotada pelo município, com base nos dados fornecidos pela população no combate ao coronavírus, é prova de que o sistema funciona, já que a capital é uma das que mais vacina no país, com destaque para a logística aplicada até agora, com mais de 30 pontos de vacinação.

Links:

<http://www.campogrande.ms.gov.br/agetec/agetec-play-monitora-covid-19/>

<http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/sistema-desenvolvido-pela-prefeitura-auxilia-no-monitoramento-de-pacientes-com-covid-19/>

<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/01/18/prefeitura-de-campo-grande-lanca-sistema-de-identificacao-previa-para-vacinacao-contr-a-covid.ghtml>

<http://www.campogrande.ms.gov.br/>

<http://vacina.campogrande.ms.gov.br/>

Responsável institucional: Eduardo Aparecido Dias Cardoso –
Direção e Assessoramento

Equipe envolvida:

Edinei Gonçalves Lemes	Diretor-Adjunto
Rodrigo Aparecido dos Santos Ferreira	Direção e Assessoramento

Há 25 anos, o Concurso Inovação no Setor Público premia práticas inovadoras implementadas em órgãos da administração pública federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, reconhecendo e valorizando o trabalho de servidores e equipes que transformam ideias criativas em práticas inovadoras.

Nesta publicação, a Enap apresenta os relatos das nove vencedoras da 25ª edição do concurso, constituindo uma importante fonte de referência para dirigentes e equipes que buscam novas soluções para melhorar a qualidade da gestão no setor público brasileiro e dos serviços prestados à população.

Realizado pela Escola Nacional de Administração Pública desde 1996, o Concurso Inovação, nesta 25ª edição, contou com o apoio da Embaixada da Dinamarca, que ofereceu cursos e missões técnicas às nove equipes vencedoras.

- Faça o *download* gratuito dos livros contendo as iniciativas premiadas em outras edições do concurso em <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/153>>.
- Conheça mais sobre o concurso em <<https://enap.gov.br/pt/pesquisa-e-conhecimento/concursos-e-premiacoes>>, e participe inscrevendo sua iniciativa inovadora!

Apoio:



EMBAIXADA REAL DA DINAMARCA
Brasilia

The logo for ENAP, featuring the letters 'e', 'n', 'a', and 'p' in a stylized, rounded, teal font. The 'e' and 'n' are connected, and the 'a' and 'p' are also connected. The background is a light peach color with large, overlapping teal and light blue circular shapes on the left and right sides.

ENAP